



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA
Mestrado em Desenvolvimento Econômico**

**Rio de Janeiro: Crescimento, Transformações e
sua Importância para a Economia Nacional (1930-2000)**

Robson Dias da Silva

Campinas, 2004

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA
Mestrado em Desenvolvimento Econômico**

**Rio de Janeiro: Crescimento, Transformações e
sua Importância para a Economia Nacional (1930-2000)**

Robson Dias da Silva

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciências Econômicas, sob a orientação do Professor Doutor Wilson Cano.

Campinas, Outubro de 2004

Dedico este trabalho às memórias de João Rosa ,
meu pai, e de Maria, minha avó materna... que lá
do céu me protegem e me dão forças para
continuar minha tarefa...

AGRADECIMENTOS

Este é um momento importante e muito complicado tendo em vista o risco de se cometer algumas injustiças... De modo geral, quero agradecer a todos que sempre me apoiaram, me compreenderam e torceram por mim. Agradeço a Deus pela luz e pelo reconhecimento diário de meus esforços. Agradeço a meus pais, Lucilena e João, pelos exemplos e luta para que nada me faltasse ou impedisse a concretização de meus sonhos e a meu irmão Rodrigo Dias, pela admiração e carinho sempre demonstrados.

Agradeço a fé e o apoio de meus amigos ‘cariocas’, com destaque para Adrianno, Rodrigo, Silvano, Sandro, Wagner, Marla, Samir, Francisco Belmont e Alex, que mais de perto acompanharam meu trabalho. Do Rio, agradeço ainda, aos professores da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Cezar Guedes, Eduardo Scaletsky e Ana Lúcia pelo companheirismo e por terem me iniciado na pesquisa.

Sou muito grato ao professor Wilson Cano, em função de seu engajamento na orientação desta pesquisa, por sua paciência e por me permitir acesso à parte de ser vasto conhecimento. Agradeço, ao professor Brandão pelo exemplo acadêmico e pela sua atitude eternamente companheira, por sua paixão pelas ‘causas regionais’ e pela palavra e atenção amigas quando mais precisamos de conforto. Aos professores Rosélia Piquet e Jorge Natal pela atenção e boa-vontade sempre concedidas.

Aos funcionários da Biblioteca do Instituto de Economia, à equipe do sempre prestativo Daniel (xerox) e, como de praxe, à Cida e Alberto, pelas extremas competência e disposição no exercício de suas atividades. Agradeço, ainda, aos amigos ‘paulistas’, Iracema, Ângelo, Kleber, Ronaldo, Valdeci, Milena, Stela, Gino e às profissionais do Sappe-Unicamp, Valéria e Clarissa, pelo apoio nos momentos mais difíceis.

Por fim, ressalto a importância de minha esposa, Claudiana, em todas as minhas vitórias... com seu jeitinho mineiro ela faz com que todas as minhas conquistas tenham o inconfundível e perene sabor do amor. Ah...imperdoável esquecimento: Giovanna, Manoel e Adriano... meus três sobrinhos que com a simplicidade infantil me trazem esperanças de um mundo cada dia melhor.

*Se não houver frutos valeu a beleza das flores;
se não houver flores valeu a sombra das folhas,
e se não houver folhas valeu a intenção da semente.*

(Henfil)

SUMARIO

Lista de Tabelas, Gráficos e Anexos	VII a XI
Lista de Sigla.....	XII
Resumo e Abstract.....	XIII
Introdução	1
1 – Desenvolvimento Econômico Fluminense entre a Economia do Ouro e os Anos 1920	5
1.1 – Os Antecedentes da Inserção Fluminense na Economia Brasileira	5
1.2 – O Café no Rio De Janeiro: Expansão, Auge e Crise	8
1.3 – O Crescimento Industrial no Rio de Janeiro até os anos 1920	14
1.3.1 – <i>A Indústria Fluminense nas primeiras Décadas do Século XX</i>	21
2 – A Economia Fluminense entre 1929-80: Expansão e Esvaziamento Relativo	29
2.1 – Alguns Apontamentos sobre a Economia Brasileira entre 1930 e 1970.....	30
2.2 – As Linhas Gerais do Movimento Econômico Fluminense entre 1930 e 1980	36
2.3 –O Esvaziamento Industrial Fluminense entre 1930-80 em Análise	50
2.4 – Os Serviços e o Esvaziamento Econômico entre 1930 e 1980	67
3 – A Evolução da Economia Fluminense nas últimas décadas do Século XX	81
3.1 – A economia fluminense nos 1980:nova direção à sua trajetória de esvaziamento.....	83
3.1.1 – <i>O Desempenho Setorial da Economia Fluminense da Década de 1980</i>	88
3.2 – A Economia do Rio de Janeiro na Década de 1990	103
3.2.1 - Indústria Fluminense nos anos 1990: trajetória de sentidos antagônicos	115
3.2.1.1 – <i>A Indústria de Transformação: o outro lado da Moeda</i>	118
3.2.1.2 – <i>O Papel do Petróleo na Recuperação Econômica Fluminense</i>	123
3.2.2 – Considerações sobre o Terciário fluminense nos anos 1990	128
4 – Conclusões.....	141
5 – Anexos.....	147
6 - Apêndice Metodológico	158
7 – Bibliografia.....	159

LISTA DE TABELA

CAPÍTULO 1

Tabela 1.1 - Produção Exportável de Café por Região (em mil sacas)	13
Tabela 1.2 - População Brasil, Cidade e Estado do Rio de Janeiro (1800-1920)	15
Tabela 1.3 - Receitas Públicas <i>per Capita</i> (Em Mil-Réis)	17
Tabela 1.4 – Estrutura Industrial (Valor Bruto da Produção %)	24

CAPÍTULO 2

Tabela 2.1 – Participação do ERJ na Renda Nacional	38
Tabela 2.2 – Taxa de Crescimento Setorial por Região: 1939-80 (% a.a)	40
Tabela 2.3 – Taxas de expansão do PIB agrícola por região, por períodos (% a.a)	44
Tabela 2.4 – Crescimento (em %) da área Produzida (ha) entre 1960-80 por Cultura	45
Tabela 2.5 – Taxas de expansão do PIB industrial por região, por períodos (% a.a).....	46
Tabela 2.6 – Taxas de expansão do PIB serviços por região, por períodos (% a.a).....	47
Tabela 2.7 – Participação Regional no Comércio Exterior do País: 1939/79	49
Tabela 2.8 - Evolução da Estrutura Industrial Fluminense: 1949-80	53
Tabela 2.9 - Participação no VTI Regional por Grupo de Classes de Uso: 1949-80	54
Tabela 2.10 – Participação Regional no VTI Brasileiro por Categorias de Uso: 1949-80	56
Tabela 2.11 - Participação Relativa do Rio de Janeiro no VTI Brasileiro: 1939-80	57
Tabela 2.12 – Crescimento Acumulado da indústria fluminense entre 1939 e 1949	61
Tabela 2.13 - Crescimento real acumulado por setor: 1949-70 (em %)	62
Tabela 2.14 – Crescimento Industrial Regional entre 1970-80	64
Tabela 2.15 – Class. da Ind. fluminense, conforme o cresc. do VTI: 1949-70 e 1970-80	65/66
Tabela 2.16 – Participação do ERJ na Renda Terciária Nacional por Ramos Selecionados	68
Tabela 2.17 – Participação do Terciário na Renda do Rio de Janeiro	70

Tabela 2.18 – Participação Relativa do Comércio Fluminense no Brasil: 1940/80	71
Tabela 2.19 - Taxas de crescimento do PIB Administração Pública (em % a.a)	74
Tabela 2.20 – Participação nos Depósitos Bancários Realizados no Brasil : 1939-76	78
Tabela 2.21 – Participação no Mercado Acionário Brasileiro – RJ e SP - 1940-79	79

Capítulo 3

Tabela 3.1 – Índices do Produto Real: 1980-89 – ERJ, Interior e RMRJ	83
Tabela 3.2 – Participação do ERJ na Renda do Brasil por Setores: 1980-90 (em %)	86
Tabela 3.3 - Balança Comercial Interestadual - Entradas e Saídas (% do PIB)	87
Tabela 3.4 – Produção de Petróleo e Gás natural – RJ e Brasil (1980-90)	93
Tabela 3.5 - Taxa de crescimento acumulado da Indústria de Transformação (em %)	95
Tabela 3.6 – Participação (em %) na indústria brasileira: 1980-90.....	96
Tabela 3.7 – As 40 Maiores Empresas Estatais por sede e Patrimônio: 1980 e 1991.....	98
Tabela 3.8 - Participação do Terciário Fluminense na Renda do Brasil.....	99
Tabela 3.9 - Sedes dos 50 Maiores Bancos Comerciais por Estados – 1980/90.....	101
Tabela 3.10 - Depósitos nos 50 Maiores Bancos Comerciais (em %) – 1980/90.....	102
Tabela 3.11 – Participação nas Operações do Mercado Acionário do País: 1982/89.....	102
Tabela 3.12 - Taxa de crescimento anual, de urbanização e densidade: RJ - 1991-2000.....	108
Tabela 3.13 – Diferenças Relativas das Rendas por Habitantes Regionais: anos 1990.....	109
Tabela 3.14 – Evolução Nominal e Real do PIB Fluminense: 1990-2000	110
Tabela 3.15 - Participações da RMRJ e da Capital na Economia Fluminense (em %)......	112
Tabela 3.16 –As maiores Empresas Exportadoras do Rio de Janeiro em 2001.....	114
Tabela 3.17 - Evolução da Produção Física Industrial Regional: 2000 (1990=100)	120
Tabela 3.18 – Participação no Produto Industrial Fluminense: 1996/2002.....	121
Tabela 3.19 – Part. no grupo das 100 maiores empresas em atividade no país em 2003.....	122

Tabela 3.20 - Evolução da Produção de Petróleo e Gás Natural Brasil e ERJ 1995-2001.....	124
Tabela 3.21 - <i>Royalties</i> Repassados sobre a Produção de Petróleo e Gás Natural 1994-2002.....	125
Tabela 3.22- Razão entre <i>Royalties</i> * e Receita corrente por Região estadual - 1999-00	126
Tabela 3.23 - Razão entre os <i>Royalties</i> * e IPI arrecadado por Região estadual - 1999-00 (%).....	127
Tabela 3.24 - Distribuição da PE sobre a Produção de Petróleo e de GN: 2000/2002	128
Tabela 3.25 - Participação Setorial no PIB Fluminense: 1990-2000 (em %)	129
Tabela 3.26 - Índice de Crescimento do V.P do Terciário BR e RJ: 1990-2000.....	130
Tabela 3.27 – Índice de Crescimento do PIB por setores do terciário – BR e RJ	131
Tabela 3.28 - Participação Fluminense na Respectiva Renda nacional por setores (em %).....	132
Tabela 3.29 – Participação no PIB Terciário fluminense: 1990-2000 (em %)	134
Tabela 3.30 – N° Estabelecimentos por Setor – ERJ e RMRJ: 1992 e 1999 (em %).....	136
Tabela 3.31 – Participação no Grupo dos 50 maiores Bancos em atividade no Brasil: RJ e UF's – 1990 e 2000 (em %).....	138
Tabela 3.32 – Servidores públicos do executivo federal por situação de vínculo por UF.....	139
Tabela 3.33 – Despesa Anual com Pessoal Civil do Executivo Federal: 1997-2002 (em %).....	139
Tabela 3.34 – Participação Estadual no n° de empresas e na massa salarial – 1998 (%).....	140

LISTA DE GRÁFICOS

CAPÍTULO 1

Gráfico 1.1 - Participação na Produção Industrial Brasileira: 1907 (em %)22

Gráfico 1.2 – Participação Regional na Produção Industrial: em 1919 (em %)23

CAPÍTULO 2

Gráfico 2.1 – Taxas de Crescimento Demográfico RJ e BR: 1940-80. (% a.a)37

Gráfico 2.2 – Taxa de Crescimento Médio do PIB Regional: 1939-80 (% a.a)39

Gráfico 2.3 – Taxa de Crescimento Médio do PIB regional por período (% a.a).....43

CAPÍTULO 3

Gráfico 3.1 – Participação no PIB Brasileiro: RJ, SP e MG – 1989-2000 (em %).....106

Gráfico 3.2 - Distribuição do PIB Fluminense pelas Regiões Estaduais: 2000 (em %)111

Gráfico 3.3 - Participação da Indústria de Transformação e da Produção de Petróleo no PIB industrial Fluminense – 1996-2002 (em %)116

Gráfico 3.4 - Crescimento Industrial ERJ e Brasil: 1991-2002 (a.a em %)117

Gráfico 3.5 – Indústria do Rio de Janeiro: variação anual (em %)117

Gráfico 367 – Participação na Receita Total das 100 maiores empresas: RJ, SP, Outras UF's e Sistema Petrobrás123

Gráfico 3.7 – Evolução da relação percentual *Royalties/ICMS*: ERJ 1997-2000127

LISTA DE ANEXOS

- Anexo 1 – População Residente ERJ por Microrregiões: 1940-2000 (em milhares)
- Anexo 2 – Taxas de Crescimento Populacional por período Censitário
- Anexo 3 - Participação das Regiões do RJ na População Estadual (em %): 1940-2000
- Anexo 4 – Distribuição Setorial da PEA Nacional (em %)
- Anexo 5 – Distribuição Setorial da PEA Fluminense (em %)
- Anexo 6 – Diferença entre as Rendas *per Capita* Regionais: 1940/80 (n° índice)
- Anexo 7 - Coeficientes de exportação regional – 1970 a 1994 (em %)
- Anexo 8 - Coeficientes de Importação regional: 1975 a 1994 (%)
- Anexo 9 - Crescimento real acumulado por setor: 1949-59 (em %)
- Anexo 10 - Crescimento real acumulado por setor: 1959-70 (em %)
- Anexo 11 – Participação Relativa do Comércio Paulista no Brasil: 1940/85
- Anexo 12 - Participação do Comércio das ‘Demais Regiões’ no Brasil: 1940/85
- Anexo 13 – Participação no Comércio Intra-estadual por Tipo de Via
- Anexo 14 – Quociente entre o PIB Governo e a Produção Física Fluminense: 1939/80
- Anexo 15 – Participação da População ocupada fluminense na PO Brasileira por setor
- Anexo 16 – Participação na Área Utilizada por Atividade Agrícola (Em %)
- Anexo 17 – Expansão do PIB Comércio por Região e período (% a.a)
- Anexo 18 – Expansão do PIB Transportes e Comunicações por Região e período (% a.a)
- Anexo 19– Participação do ERJ na área plantada (ha) do país por produção principal (em %)
- Anexo 20 – Mapa Político do Rio de Janeiro: 2000
- Anexo 21 – Distribuição (em %) de *Royalties* sobre a Produção de Petróleo e Gás Natural 1994-2002
- Anexo 22 - Participação percentual dos *Royalties* no PIB fluminense*: 1994-2002
- Anexo 23 – Taxa de Crescimento Industrial Fluminense, segundo as classes e gêneros: 1994-00 (% a.a)
- Anexo 24 – Distribuição Regional do VTI Regional , segundo Divisões – 1985 e 1998 (em %)

LISTA DE SIGLAS

ANP – Agência Nacional do Petróleo
BANERJ – Banco do Estado do Rio de Janeiro
BB – Banco do Brasil
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BOVERJ – Bolsa de Valores do Rio de Janeiro
BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo
CEF – Caixa Econômica Federal
CEG – Companhia Estadual de Gás
CERJ – Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro
CIDE – Centro de Informações de Dados Estatísticos do Rio de Janeiro
CNA – Companhia Nacional de Álcalis
COBRA – Companhia Brasileira de Computadores
CONERJ – Companhia de Navegação do Estado do Rio de Janeiro
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce
DIEESE – Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Econômicas
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz
FNM – Fábrica Nacional de Motores
FRONAPE – Frota Nacional de Petroleiros
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRE – Instituto Brasileiro de Economia
ICMS – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IPVA – Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores
IR – Imposto de Renda
IVC – Imposto sobre Vendas e Consignações
NUCLEBRÁS – Indústrias Nucleares do Brasil
OPEP – Organização dos Países Produtores e Exportadores de Petróleo
PAI – Programa de Ação Imediata
PEA – População Economicamente Ativa
PIB – Produto Interno Bruto
PIM-PF – Pesquisa Industrial Mensal – produção física
PL – Patrimônio Líquido
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PO – População Ocupada
RAIS – Relatório Anual de Informações Sociais
REDUC – Refinaria de Duque de Caxias
RMRJ – Região Metropolitana do Rio de Janeiro
SIUP – Serviços Industriais de Utilidade Pública
UF – Unidade da Federação
URV – Unidade Real de Valor
VP – Valor da Produção
VTI – Valor da Transformação Industrial

RESUMO

O principal objetivo deste trabalho foi analisar as transformações ocorridas na economia do Rio de Janeiro entre 1930 e 2000, buscando compreender as causas de seu esvaziamento relativo. Assim, após breve recuperação histórica que abrange o período entre o século XVIII e a década de 1920, analisamos o comportamento setorial da economia em questão, procurando verificar o comportamento de seus diversos setores (produtivos e de serviços) neste processo. Enfatizamos o movimento da região em meio à acelerada urbanização brasileira e ao processo de integração do mercado nacional, à transferência da capital federal para Brasília e à fusão entre os antigos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. Ademais, apontamos as mudanças mais importantes observadas na estrutura econômica estadual nas últimas décadas do século XX, com especial destaque para a crise dos anos 1980 e a retomada do crescimento observada nos anos 1990. Concedemos enfoque especial às transformações sofridas pelos principais setores da economia estadual, entre os quais, o financeiro, administração pública, alugueis, indústria de transformação e extrativa mineral. Acerca da indústria, ressaltamos o movimento antagônico observado entre a extração petrolífera e os diversos setores da indústria manufatureira. Por fim, salientamos a crescente importância da indústria petrolífera para a economia e finanças estaduais, apontando, brevemente, os limites e possibilidades para que esta atividade consiga promover maiores encadeamentos dinâmicos pro todo o conjunto econômico regional.

ABSTRACT

The aim of this dissertation is to analyze the transformations that happened in the economy of Rio de Janeiro between 1930 and 2000, trying to understand the causes of its *relative emptying*. To do so, after a brief historical recovery that includes the period between the 18th century and the 20's, is analyzed the development of the most important economic sectors. We pinpoint the region's development amid the accelerated Brazilian urbanization, the process of integration of the national market, the transfer of the Brazilian capital for Brasília and to the coalition among the old states of Rio de Janeiro and Guanabara. In the last part of the work, we focus on the most important changes observed in the state's economic structure in the last years of the 20th century, highlighting the crisis of the 80's and the recovery of economic growth observed in the 90's. We discuss the situation of the processing and extractive industries, services (emphasizing the financial, public and trade sectors). Finally, we point out the growing importance of the petroleum industry for the economy and state finances, analyzing the limitations and possibilities for this activity to promote dynamic linkages for the whole regional economical group.

INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado tem por objetivo analisar as principais transformações sofridas pela economia do atual estado do Rio de Janeiro durante o século XX. Especificamente, pretendemos estudar sua trajetória de contínuas perdas de participação na renda nacional – comumente denominada esvaziamento econômico –, buscando não apenas qualificá-la, mas também identificar quais foram os principais fatores e setores responsáveis por este processo.

Não obstante manter parcela importante de sua centralidade na economia nacional, a região fluminense passou por transformações que culminaram, em meio ao desenvolvimento econômico brasileiro, em acentuada perda de sua importância relativa no PIB do país, tanto nos setores produtivos, como nos de serviços.¹

O setor primário regional, desde a derrocada de sua cafeicultura, adentrara em um cenário de complexos problemas estruturais que lhe posicionavam, cada vez mais, às margens da produção agrícola brasileira. Por outro lado, desde as décadas iniciais do século XX, a região já vinha apresentando sinais evidentes de retrocesso industrial relativo, perdendo, inclusive, a primeira posição na produção manufatureira do país para a concorrente paulista. O setor terciário, não obstante sua contínua expansão-diversificação, sofria os efeitos derivados da acelerada urbanização que também se manifestava no restante do Brasil, notadamente no eixo sul-sudeste, que implicava em ‘certa desconcentração’ relativa a partir do território fluminense.

A partir da análise da trajetória de perdas de participação regional na economia brasileira desenvolvemos a questão central desta pesquisa: esta trajetória indicaria que o Rio de Janeiro teria sofrido um processo de *esvaziamento econômico real* ou suas perdas teriam sido apenas de caráter relativo? Em outras palavras: a região sofreu reduções reais em alguns de seus setores econômicos ou seu esvaziamento foi resultante do descompasso entre suas taxas de crescimento *vis-à-vis* as do restante do país?

¹ O gentílico ‘fluminense’, salvo nos casos assinalados em contrário, faz alusão ao território do antigo estado do Rio de Janeiro e ao antigo distrito federal, posteriormente estado da Guanabara (cidade do Rio de Janeiro).

Como dito, estas questões nortearam nossa pesquisa, tendo em vista que todos os trabalhos (de nosso conhecimento) que analisaram o esvaziamento econômico regional não responderam suficientemente esta questão.

A partir destas, outras questões surgem no escopo deste trabalho. As principais são aquelas que procuram investigar o comportamento da economia regional durante as etapas da industrialização nacional (1929-80) e as alusivas à análise das principais transformações observadas em sua estrutura durante as décadas finais do século passado (1980 e 1990). Em busca de respostas para tais questões, dividimos esta dissertação em três capítulos, ademais esta introdução e a conclusão.

No primeiro, almejamos apresentar as linhas gerais do processo de formação urbano-econômica da região, destacando os fatores que explicam sua centralidade no que se refere à política e à economia nacionais. Analisamos o desenvolvimento econômico regional do momento de sua inserção nos fluxos comerciais da economia do ouro (século XVIII) até as décadas iniciais do século XX.

Assim, ressaltamos a importância das atividades mercantis, administrativas e financeiras em sua formação urbana, enfatizando, também, a trajetória da cafeicultura em seu território. Apontamos, ademais, a separação institucional entre a cidade do Rio de Janeiro e o interior fluminense, o surgimento de sua indústria, sua posição de vanguarda no cenário nacional e os motivos que levaram-na a ser superada pela concorrente paulista, ainda no começo do século passado.

No capítulo 2, nosso foco analítico se concentra na evolução da economia estadual ao longo do período 1929-80. Objetivamos analisar o comportamento regional durante o momento de mais forte expansão da economia nacional, marcado pela modernização, acelerada urbanização e industrialização do país. Cabe destacar que as principais questões foram relativas ao tipo do esvaziamento econômico regional.

Objetivamos, através da análise de diversos indicadores, compreender melhor o movimento da economia estadual qualificando o esvaziamento observado em seus principais setores. O capítulo enfatiza os movimentos industrial, terciário e urbano durante as décadas em destaque, ademais discutir as linhas gerais da dinâmica agrícola. Neste cenário, discutimos, sucintamente, quais foram os principais impactos observados em

função da transferência da capital federal para Brasília (1960) e da fusão entre os antigos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara (1975).

O capítulo 3 se divide em duas questões centrais: a crise sofrida pela economia fluminense nos anos 80 e parte dos 90 e sua suposta recuperação, observada a partir de meados desta última década.

Na primeira parte, analisamos o que se convencionou chamar *Rio de todas as crises*, em outras palavras, a profunda e complexa crise vivida pela economia regional nos anos 1980, identificando as principais transformações sofridas pela estrutura produtivo-terciária regional.

Na segunda, estudamos a trajetória da economia fluminense nos anos 1990, procurando contribuir para o entendimento da suposta inflexão positiva em sua trajetória de perdas de participação na renda nacional. A questão central desta etapa foi: esta inflexão indicaria o fim do esvaziamento econômico regional?

Para tanto, destacamos a importância da atividade petrolífera para a recuperação economia estadual e apontamos as dificuldades pelas quais passaram as outras atividades durante a década. Apontamos o duplo caminho trilhado pela economia regional: expansão no que concerne à atividade extrativa e retração em quase todos os outros setores. Fazemos, ademais, breve balanço da inserção econômica estadual na economia brasileira, salientando suas principais características e possíveis obstáculos a uma dinâmica de desenvolvimento mais ampliado e sustentado.

1 – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO FLUMINENSE ENTRE A ECONOMIA DO OURO E OS ANOS 1920

Nosso objetivo, neste capítulo, é apresentar as linhas gerais do processo de formação econômica da região referente ao atual estado do Rio de Janeiro. Destacaremos o papel desempenhado pelos mais importantes setores da economia em questão, no tocante à geração da renda regional. O período em análise será aquele compreendido entre o momento que a região fluminense se inseriu na dinâmica econômica referente à economia do ouro nas Geraes (século XVIII) e a Crise de 1929. Para tanto, dividimos o capítulo em três tópicos.

No primeiro, destacaremos, a inserção da região na economia colonial brasileira. Partiremos da economia do ouro (século XVIII), alcançando as décadas iniciais do século XIX, nos momentos iniciais da expansão cafeeira em território fluminense. No segundo, descreveremos a trajetória do café na economia fluminense, analisando sua importância para a inserção da região na economia nacional. Por fim, no terceiro tópico, centraremos nossa atenção no processo de expansão industrial, observado no território em questão, entre 1880-1920. Nesta etapa, discutiremos, ainda que sucintamente, o papel desempenhado pelas atividades terciárias e manufatureiras no desenvolvimento urbano do território em questão.

1.1 – Os Antecedentes da Inserção Fluminense na Economia Brasileira

O território fluminense só adquiriu inserção mais significativa na estrutura econômica colonial, durante a fase da economia mineradora aurífera, no século XVIII. Este período foi marcado por importantes transformações econômicas e urbanas para a região atualmente compreendida pelo sudeste brasileiro. As atividades mineradora e agrícola ajudaram na constituição e consolidação de vários núcleos de povoamento pelo território fluminense,

fosse em sua parte litorânea, onde a atividade portuária se destacava, fosse em seu interior, em localidades próximas às rotas de conexão das regiões mineradoras às sedes portuárias.²

A crescente importância da mineração para a economia colonial e a necessidade de maior controle de sua produção explicam a transferência da capital administrativa, de Salvador (BA) para a cidade do Rio de Janeiro, em 1763. Nesta época, o território fluminense havia se consolidado como importante região portuária para abastecimento dos navios que faziam a defesa do litoral sul da colônia. Assim, a transferência da capital agiu no sentido de incrementar a concentração econômica em seu território. Ademais, o desenvolvimento da cana-de-açúcar nas terras vizinhas à Baía de Guanabara já havia possibilitado a estruturação de uma economia agroexportadora, que tinha no açúcar e na aguardente seus principais produtos.

A partir de então, o Rio foi adquirindo, paulatinamente, papel de destaque e centralidade, no que se refere à política e à economia brasileira. A região pôde usufruir vantagens referentes ao fato de sediar a principal base de exportação existente na época no território brasileiro, assim como, e muito especialmente, aquelas alusivas ao fato de ser sede administrativa colonial.

“(...) tendo em seu porto marítimo a principal porta de entrada e saída dos mais importantes fluxos da atividade mineradora do século XVIII, e da cafeeira no século XIX e passando, também, a ser sede do governo central a partir de 1763, a Guanabara certamente usufruiu parte importante do excedente gerado por tais economias, assim como se beneficiou de boa parcela do gasto público”. (Cano, 1998A: 259/260)

Sabemos que a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil (1808) foi um importante divisor de águas da nossa história. À cidade do Rio, em particular, resultou em

² A expansão da atividade portuária, a cultura de cana-de-açúcar e, futuramente, o fato de ser sede administrativa atuaram na consolidação do núcleo urbano existente às margens da Baía de Guanabara. No interior fluminense, por sua vez, surgiram vários núcleos de povoamento estimulados pela atividade econômica nas Geraes. Vale acrescentar, porém, que outros povoados foram constituídos pelo território fluminense, inicialmente, sob a dinâmica da pecuária extensiva que veio a ser substituída pela cultura de cana-de-açúcar e produção de aguardente.

importantes transformações de ordem social, urbana e econômica, derivadas dos diversos investimentos realizados em seu exíguo espaço físico. Cabe assinalar que em 1815, a cidade do Rio seria elevada à condição de capital do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Não podemos perder de vista que, nesta época, a Revolução Industrial se consolidava na Inglaterra e o Brasil, dada a derrocada da mineração e a perda de participação relativa de seus dois principais produtos agrícolas (açúcar e algodão) no comércio mundial, não dispunha de nenhum produto que permitisse sua (re)inserção expressiva no mercado externo.

Importante frisar, que a condição colonial trazia consigo danosos entraves à economia brasileira, entre os quais o chamado exclusivo metropolitano, e com a transferência da corte alguns deles puderam, paulatinamente, ser superados.³

Cano (2002: 50) afirma que a transferência da corte lusitana antecipou o “processo de independência: a liberalização dos portos e a liberdade de comércio e da indústria praticamente liquidavam o estatuto colonial.” Enfatiza, ademais, que “a criação do primeiro banco e o incremento na circulação monetária” reforçaram o processo, já em andamento, de formação de uma burguesia nacional que posteriormente, e com apoio do estado, promoveria a reinserção do país nos fluxos de comércio internacional, através do café.⁴

Desde então, o Rio de Janeiro passou a atrair crescentes fluxos humanos e de capitais. Com a chegada da corte houve a melhoria da infra-estrutura urbana e a intensa concentração de uma malha de serviços que atendia a nova urbanização territorial. Por outro lado, a quebra do exclusivo metropolitano e a abertura dos portos às nações amigas imprimiram maior dinamismo econômico à cidade, resultando na intensificação das suas atividades comerciais e financeiras.

Com isso, a cidade do Rio de Janeiro conseguiu crescer em meio à desarticulação vivida pela economia brasileira desde a falência da economia do ouro. Uma entre as

³ Obrigação institucional que determinava ao Brasil (colônia) somente poder manter relações comerciais com a metrópole (Portugal).

⁴ Nesse mesmo sentido, Celso Furtado em sua clássica obra *Formação Econômica do Brasil* destaca que “a etapa de gestação da economia cafeeira é também a de formação de uma nova classe empresária que desempenhará papel fundamental no desenvolvimento subsequente do país”. (p.119)

diversas evidências da dinamização carioca neste período foi o “surto manufatureiro” ocorrido na cidade entre, *grosso modo*, a chegada da corte e a proclamação da independência (1822). (Pignaton, 1977: 142)

Vejamos no tópico seguinte a trajetória da cafeicultura em terras fluminenses e sua importância para a expansão e consolidação da economia regional na estrutura econômica agroexportadora brasileira.

1.2 – O Café no Rio De Janeiro: Expansão, Auge e Crise

Sabemos que a cafeicultura representou o mais importante ‘ciclo’ econômico brasileiro no período anterior à industrialização. Este produto permitiu que nossa economia se (re)inserir-se com expressividade nos fluxos do comércio mundial. A trajetória do café imprimiu mudanças de grande alcance na estrutura da econômica do país, assim como, nas das regiões produtoras.

Foi em terras fluminenses que a cafeicultura teve sua primeira etapa de sucesso como atividade central do modelo agroexportador.⁵ Havia, segundo Cardoso de Melo (1998: 56-59), quatro condições necessárias ao sucesso dessa atividade nesse território: existência de uma burguesia detentora de capital-dinheiro, a existência de terras aptas, disponibilidade de mão-de-obra e por fim a existência de demanda externa pelo produto.

Como essas condições foram atendidas? Vejamos: sobre a burguesia nacional, destacamos, linhas atrás, que a chegada da família imperial acelerou sua formação. No tocante à disponibilidade de terras, podemos afirmar que a porção fluminense do Vale do Paraíba se mostrou a princípio propícia à cultura. A “questão da mão-de-obra” foi resolvida pela adoção da forma escravista de produção e, por fim, a demanda externa do café era preexistente, sendo “alargada” pelo rebaixamento dos preços, resultante da grande oferta brasileira do produto, o que, diga-se de passagem, possibilitou a “generalização” de seu

⁵ Sobre o papel da cafeicultura no processo de formação econômica do país ver Furtado (2000) e Cardoso de Melo (1998).

consumo.⁶ Assim, como afirma Lessa “foi a ampliação da oferta de café fluminense que criou o mercado mundial do produto”. (2000: 109)

A cafeicultura implantara-se na região em fins do século XVIII, tendo seu apogeu entre as décadas de 1820 e 1870, quando o Rio tornou-se o maior produtor (e exportador) mundial. O café seguiu, em boa medida, os caminhos da lavoura canavieira, a princípio como cultura complementar. Posteriormente à elevação dos preços internacionais, ganhou *status* e se expandiu pela região serrana fluminense. (Melo, 1992 e 1996) Lessa assinala que a cafeicultura foi responsável por “injetar densidade econômica ao interior fluminense”. (2000:103)

Antes de prosseguirmos, é preciso destacar que em 1834, ocorreu a separação institucional entre a cidade do Rio de Janeiro e seu interior. Através de ato imperial, a cidade do Rio foi elevada à condição de Município-Neuro, ao passo que o homônimo estado (todo o interior fluminense) teria como capital a cidade de Niterói.

Existem duas conseqüências principais a assinalar sobre esta separação. Primeira: este ato delimitou oficialmente o raio de alcance dos gastos públicos, e agiu no sentido de acentuar as desigualdades infra-estruturais existentes entre a “cidade” e o “restante”. A separação facilitou o controle e a administração da cidade e, no longo prazo, se mostrou um tanto cruel com o interior fluminense. Basta apontarmos, a título de exemplificação, a derrocada cafeeira não seria vista como um problema ‘regional’, até porque, como veremos, a cidade em quase nada foi afetada por esta. (Lessa: *op.cit.*: 123)

Segunda: na divisão espacial do trabalho restou à velha província fluminense o papel de produtora primária, através de culturas executadas em latifúndios escravistas. À cidade-capital imperial couberam as funções burocráticas de sede administrativa e de espaço abarcador da estrutura urbana de serviços, originada para dar suporte à comercialização e financiamento da atividade agro-mercantil.

⁶ Melo (1992: 276) afirma que o aumento na demanda mundial por café - em meados do século XIX - tem sua explicação em três fatores principais: elevado crescimento populacional na Europa e Estados Unidos, aumento do nível geral de renda da população desses territórios e a redução de custos no transporte propiciada pela “utilização de navegação marítima a vapor e a implantação de ferrovias.”

Queremos salientar que essa última conseqüência refletia, no espaço, a hierarquia existente entre os capitais mercantil e produtivo. Cardoso de Melo (1998:56) explica a relação entre estes capitais, atestando que “a economia mercantil-escravista cafeeira é obra do capital mercantil nacional”, sendo esta forma de capital que se metamorfoseava em “capital-dinheiro” necessário à implantação da produção mercantil-escravista.

Em mesmo sentido, Oliveira (1982:37) afirma que a produção se dava no “campo”, contudo as decisões políticas, de financiamento e de comercialização ocorriam, na “cidade”, havendo clara predominância do urbano perante o rural, pois a produção agrícola estava subordinada à atividade mercantil e não o contrário.⁷

Lessa (*op. cit.*: 122), por sua vez, destaca que “o dinamismo da cidade do Rio de Janeiro não é explicável pelo do interior. O Rio explica o interior fluminense, no sentido que o patamar propulsor e mantenedor do café fluminense foi o capital mercantil nacional sediado no Rio”.

Voltando à cafeicultura, cabe assinalar os principais efeitos de sua implantação para a economia fluminense.

Destacamos, inicialmente, a consolidação da cidade do Rio como principal centro político e econômico do país: o café transformou o Rio em sede principal do capital mercantil e, logo a seguir, do financeiro, além de fortalecer sua centralidade no que dizia respeito às decisões políticas do país.

Outro efeito foi a reiteração do escravismo na estrutura produtiva local, efeito que se converteria, adiante, em um entrave-letal à sua reprodução-acumulação capitalista. (Pignaton: 1977:141) O escravismo, cabe enfatizar, foi bem mais pernicioso para a economia da Província fluminense, que sentiu de imediato suas conseqüências. O Município-Neutro, como veremos, sofreu ‘alentos’ que postergaram os efeitos da derrocada cafeeira regional.

Por fim, apontamos a “reestruturação do espaço regional”, acentuada com a introdução, na segunda metade do século, das estradas de ferro. Para o autor a introdução

⁷ Segundo o autor, o capital hegemônico neste período era o comercial e a cidade era a sua sede por excelência. Destaca que “é esse caráter de sede do capital comercial que responde, na maioria dos casos, pelo caráter que a urbanização toma por exemplo no Brasil Colônia e depois (...) no prosseguimento da expansão da agricultura de agroexportação sob a égide do café até o final dos anos 20.”

da ferrovia acentuou a força centralizadora da cidade do Rio de Janeiro perante o “interior fluminense”, remodelando a estrutura de importância das cidades dessa porção territorial, através de novas posições na divisão regional do trabalho⁸. Pignaton (*op. cit*)

Em meados do século XIX, a lavoura exportadora era a grande fonte de divisas para a Província fluminense, especializada na cafeicultura, embora, segundo Leopoldi (1986:54), também grande produtora de açúcar. No entanto, sua atividade cafeeira estava envolta por fortes problemas estruturais assentados em dois eixos: a) a organização da produção no modo escravagista e os problemas e entraves daí derivados (restrição de mercado, freio à acumulação, altos custos fixos e imobilizado, etc); b) a falta de terras propícias ao cultivo e em quantidade necessárias ao atendimento da demanda.

Estes problemas resultaram em elevação dos custos de manutenção da atividade para o atendimento da crescente demanda.⁹ Cano (2002: 50) afirma que “ao se instituir como escravista e não superar essa condição, o café do Vale do Paraíba assinava seu próprio atestado de óbito.”

Importante sublinhar que no momento em que a cafeicultura local sofria os efeitos do acréscimo do preço dos escravos – notadamente a partir de 1850 -, aumentava também sua demanda por negros, resultando em um processo de transferência de escravos alocados em tarefas urbanas (na cidade do Rio de Janeiro) para o trabalho nas fazendas do interior fluminense.

Contrariamente ao interior fluminense, “cercado” por entraves em seu principal setor produtivo, a cidade do Rio conseguia incrementar sua dinâmica através da comercialização do café (não apenas da região fluminense) e do componente ‘autônomo’ chamado gasto público.

⁸ “As exportações que eram realizadas através de pequenos portos no litoral fluminense foram canalizadas para a capital. Com isso, a região sul do estado – Parati é um bom exemplo – onde as atividades portuárias tinham se expandido à época da mineração, regredido e tomado impulso novamente com o café, entrou em decadência. A região de Campos, com a ligação ferroviária, passou a enviar o açúcar para a capital, o que conduziu à decadência a cidade de Macaé, por onde se escoava grande parte da produção açucareira da região. Petrópolis desenvolveu-se como cidade de veraneio, evoluindo posteriormente para atividades industriais. No Vale do Paraíba, formaram-se novos núcleos urbanos nos entroncamentos ferroviários. A influência da capital aumentou no sul do Espírito Santo, em Minas Gerais e no Vale do Paraíba paulista.” (Pignaton *op.cit.* :141)

⁹ A elevação dos custos é explicada pela pouca oferta de terras virgens propícias ao cultivo e a elevação dos custos da mão-de-obra escrava especialmente observada no período posterior a proibição do tráfico negreiro, em meados do século XIX.

A produção cafeeira fluminense (e de outras regiões) sendo escoada pelo porto da cidade possibilitou a contínua conformação do caráter comercial da economia “carioca”.¹⁰ Tannuri citando dados de Taunay (1945: 178) informa que as comissões, fretes e carretos absorviam cerca de quarenta por cento do valor da saca de café. Assinala-se que ao capital comercial, cada vez mais forte, estava associado o capital financeiro, promotor da estrutura de financiamentos, não apenas à cafeicultura, como também aos serviços e à futura indústria que ali se instalaria.¹¹

Vale assinalar que inexistiu, na fase inicial da cafeicultura, “qualquer sistema formal de financiamento bancário. Fornecendo crédito pessoal ao plantador, atuava a figura da casa comissária (...)” (Lessa *op. cit.* : 112)

Para Melo a constituição de um forte centro financeiro na localidade devia-se mais às funções burocráticas do que às atividades mercantis. “Essa função (centro financeiro), antes de ser uma consequência da economia exportadora, esteve vinculada às funções burocráticas exercidas pela cidade como capital da Colônia e do Império”. (2001: 224, parênteses meus)

Imprescindível sublinhar que a cafeicultura fluminense foi importante fonte de recursos para o Tesouro Nacional. Melo (1992: 282) aponta que em 1890 “o café propiciava o grosso das rendas públicas tantos dos estados produtores como da união”. Neste ano, a atividade representaria “cerca de 70% das receitas da província fluminense, caindo para patamares próximos aos 30% nos anos posteriores.”

O auge da produção cafeeira fluminense ocorreu durante a década de 1870, muito embora estivesse operando a custos crescentes. Cano afirma que “a ausência de um sistema financeiro, a subordinação que o capital mercantil exercia sobre esse café e a pressão violenta de seus custos econômicos abreviou a agonia da cafeicultura fluminense. Sua fase

¹⁰ “Em meados do século XIX o café era responsável por pouco mais de 40% das exportações brasileiras (...) Soares (1860:212) apud Melo (1992) afirmava que 79% do café embarcado pelo porto do Rio, nos anos de 1850, procediam da Província do Rio de Janeiro, o restante originava-se em São Paulo (11%), Minas Gerais (8%), Espírito Santo (2%)(...)”

¹¹ “A cidade do Rio de Janeiro era a metrópole da região, mantendo sob sua dependência as áreas cafeeiras e suas cidades. Na capital encontrava-se o mercado de escravos e de produtos importados, o porto, a administração pública e um centro consumidor de artigos de subsistência.” (Pignaton, *op. cit.*:141)

áurea de expansão (...) fez-se a custos crescentes. E a concorrência encarregou-se do resto (...)” (2002:51)

Diga-se de passagem que a “preciosa rubiácea” havia migrado, durante a segunda metade do século XIX, para São Paulo – atingindo o Oeste Paulista -, para a Zona da Mata de Minas Gerais e para o território capixaba. A partir dessa década a produção fluminense começou a perder importância relativa na produção nacional, sendo, em pouco tempo, superada por suas concorrentes.

A partir do fim da década de 1870, a produção paulista sofreu expressivo acréscimo (tabela 1.1), superando a fluminense. Não podemos perder de vista que a cafeicultura de São Paulo operava a custos decrescentes e dentro de um esquema de produção que logo se consolidaria em bases de produção não-escravista, formando então o “Complexo Cafeeiro Paulista”.¹²

Tabela 1.1 - Produção Exportável de Café por Região (em mil sacas)

Média Anual	SP		RJ		MG		ES		TOTAL	
	vol.	%	vol.	%	vol.	%	vol.	%	vol.	%
1876-1880	925	24,3	1.987	52,2	767	20,2	124	3,3	3.803	100
1881-1890	2.138	37,1	2.176	37,8	1.200	20,8	250	4,3	5.764	100
1891-1900	4.775	60,5	911	11,5	1.787	22,7	416	5,3	7.889	100
1901-1910	9.252	68	995	7,3	2.772	20,4	579	4,3	13.598	100
1911-1920	9.306	70,2	812	6,1	2.446	18,4	700	5,3	13.264	100
1921-1930	11.131	66,5	945	5,6	3.445	20	1.210	7,2	16.731	100

Fontes: (SP, RJ e MG): Taunay, A. de E. e Fraga, C.C. (Dados ajustados aos de Taunay);

(ES): Rocha & Cossetti *apud* Cano (2002)

¹² “A transição para o regime de trabalho livre, na cafeicultura do Vale do Paraíba (tanto na parte fluminense quanto na paulista) foi problemática e teve que esperar dispositivo institucional da Abolição (1888). No Oeste Paulista, ao contrário, embora mantivesse a escravidão em sua mais antiga cafeicultura, já operava com trabalho assalariado em suas novas frentes de expansão na década de 1880. No Rio de Janeiro, a problemática da transição e a precariedade da constituição de seu mercado de trabalho fez com que, mais tarde, ali viessem a ser praticadas as mais altas taxas de salário do País.” Cano (2002: 52)

Os efeitos da derrocada cafeeira só não se fizeram mais sombrios para a região porque ao longo do século havia se constituído, em solo carioca, a mais moderna economia urbana do país. Sobre isto, Cano afirma que “a urbanização do Rio de Janeiro, a estrutura da comercialização do café, o fato de ser a sede do Governo Central e de que seu porto era o principal do país, evitaram que a derrocada econômica da região fosse ainda maior.” (*op. cit* : 53)

O autor salienta que os efeitos da derrocada foram inicialmente atenuados devido ao fato de que “as regiões cafeeiras do Espírito Santo, do Vale do Paraíba paulista e de parte de Minas Gerais ainda permaneceram por muitos anos como tributárias do comércio, das finanças, do transporte, do Estado e do porto do Rio de Janeiro, transferindo a essa região, portanto, parte de seu excedente.”

De 1890 em diante, a produção cafeeira fluminense perdeu, continuamente, participação na produção nacional. Dos quase 2,2 milhões de sacas colhidas entre 1881-1890, a produção da região caiu para 900 mil no decênio seguinte, tornando-se então a terceira maior do Brasil.

Na década de 1920, a produção regional foi superada pela capixaba, além de ter se distanciando, em larga escala, da paulista e mineira. Assim, em pouco mais de meio século a produção local deixou de representar 52% do total produzido pelo atual sudeste brasileiro, para responder por tão-somente 5,6% desse montante.

1.3 – O Crescimento Industrial no Rio de Janeiro até os anos 1920

Neste tópico, analisaremos o movimento expansivo manufatureiro observado no território fluminense, entre fins do século XIX e início do século XX. Antes de iniciarmos, devemos lembrar que em meio à dinâmica cafeeira, a cidade do Rio consolidou a estrutura urbana mais moderna do país, à época.

As atividades portuárias, comerciais, financeiras, manufatureiras e de administração pública atraíam grandes fluxos migratórios. Com isso, no período de um século (1800-

1900), a população regional cresceu pouco mais de 12 vezes, enquanto a população nacional expandiu-se por aproximadamente 8 vezes. (tabela 1.2).

Tabela 1.2 - População Brasil, Cidade e Estado do Rio de Janeiro (1800-1920)

Ano	Brasil*	% anual	Cidade**	% anual	Estado**	% anual
1800	2,3	---	43	---	---	---
1850	8	2,5	181	2,9	---	---
1872	10,1	1,0	275	1,9	1058	---
1890	14,3	1,9	523	3,6	1399	1,5
1900	17,3	2,0	691	2,8	1737	2,3
1910	23,2	2,9	905	2,7	2112	1,9
1920	30,8	2,9	1158	2,5	2717	2,2

Fonte: IBGE, Anuário estatístico *apud* Melo (2001) * em milhões ** em milhares

Lessa (2000:157) descreve a formação urbana carioca, no século XIX, como detentora de condições e características por vezes antagônicas e/ou inacabadas. Em suas palavras, “o desenvolvimento do Rio no século XIX plasma uma peculiar anatomia social que combina traços fortes da sociedade colonial com inovações derivadas da urbanização”. Enfatiza, ainda, o considerável peso da população escrava – essencialmente em serviços domésticos - e do contingente de pobres livres não-assalariados como traços gerais do “mercado de trabalho” local da época. Estes subsistiam, em grande parte dos casos, como artesãos, autônomos, prestadores de serviços domésticos e à logística urbana.

Linhares & Levy (1973) apontam que em 1849, 48,8% da população da cidade do Rio de Janeiro era escrava; percentual que caiu para 18,3% em 1872. Essa redução relativa foi, entre outras coisas, resultante, por um lado, da já mencionada transferência de negros para a cafeeicultura fluminense, e por outro, pelo aumento do número de imigrantes europeus – especialmente portugueses – residentes na cidade.¹³

A urbanização não-associada a um processo de industrialização, impossibilitou a criação no Rio de Janeiro de um proletariado urbano, tal como nos países centrais. “(...) Nos países centrais a progressão da Revolução Industrial destituiu o artesão e constituiu o

¹³ Cerca de ¼ dos residentes locais eram estrangeiros, notadamente portugueses.

proletariado urbano. A urbanização do Rio de Janeiro enquadra-se no mundo da Revolução Industrial, porém, sem industrialização, não constituiu o assalariado característico do capitalismo industrial”. (Lessa: *op. cit.*:157)

Vale destacar que ter sido urbanizada sem industrialização “não significa a ausência de pequenas manufaturas, voltadas para o mercado local, nem de alguns poucos estabelecimentos industriais orientados para o mercado nacional coberto pela rede de cabotagem”.¹⁴ (Lessa: *op.cit.*: 170)

Enfatizamos, páginas atrás, que a partir dos anos 1880 a produção cafeeira fluminense descia de seu auge e começava a apresentar claros sinais de perda de produtividade, em função dos seus problemas estruturais. Leopoldi (1986: 56) destaca que já vinha de algum tempo a pressão, por partes dos fazendeiros fluminenses, por “ajuda à agricultura”, que como sabido, operava a custos crescentes.

Apesar dos entraves (e posterior derrocada) de sua cafeicultura, a região fluminense não sofreu de imediato os efeitos negativos em seus demais setores econômicos, em função de sua centralidade na estrutura econômica brasileira.

Foi o caso, por exemplo, do setor comercial, localizado na cidade do Rio: a perda de fôlego do setor primário não o atingiu, em primeiro instante pois, além de ter se diversificado, era, ainda, tributário de outras regiões agrícolas do sudeste brasileiro. Devemos considerar, ademais, que naquele momento o Rio era a principal praça financeira do país, abarcando a única bolsa de valores, assim como as sedes dos mais importantes bancos nacionais e estrangeiros.

Não devemos esquecer que a cidade era o espaço, por excelência, do gasto público. A condição de capital administrativa do país possibilitava-lhe usufruir um ‘componente autônomo’ muito importante para a sustentação de sua renda. A título de ilustração, destacamos os dados contidos na tabela 1.3, referentes à razão entre receita pública e população residente em territórios diversos.

¹⁴ Lessa (*op.cit.*) afirma que até metade do século XIX praticamente não havia proletariado em território carioca, contudo, já na segunda metade, em função da introdução da máquina a vapor e a organização de poucas indústrias houve um “moderado assalariamento”.

Como visto, não obstante sua população ser inferior à paulista, por exemplo, a receita pública *per capita* da cidade do Rio de Janeiro (ex-DF) era superior, excedendo, em larga escala, aquela referente à sua vizinhança direta (o antigo estado do Rio de Janeiro) e a de Minas Gerais.

Tabela 1.3 - Receitas Públicas *per Capita* (Em Mil-Réis)

Ano	ERJ	ex-DF	SP	MG
1907	7.694	32.656	17.825	5.600
1910	7.690	56.189	13.290	4.945
1915	9.212	39.631	20.389	7.321
1920	13.694	49.355	37.954	9.489

Fonte: Melo (2002: 225)

Passando à atividade industrial, podemos afirmar que, até os anos 1850, a atividade manufatureira fluminense era muito incipiente, com destaque para pequenas fábricas que atendiam o mercado local. No entanto, a partir dos anos 1870, “a expansão industrial seria qualitativamente diferente dos surtos manufatureiros anteriores”, em virtude do uso predominante de trabalhadores livres e assalariados e máquinas movidas à força motriz. (Pignaton, *op. cit.*:144)

A partir de então a atividade manufatureira ganhou importância na estrutura econômica nacional, passando a sediar modernos e dinâmicos setores fabris. Neste período, iniciou-se, na região, o processo de implantação de grandes indústrias têxteis que se diferenciavam profundamente das unidades fabris ali localizadas, seja pela sua dimensão física, pelo capital investido ou pela utilização de trabalho livre e assalariado nas suas linhas de produção. Sua importância pode ser medida pelos seguintes números: respondia, em 1889, por 9,6% dos estabelecimentos fabris, bem como por 60% do montante de capital aplicado na indústria nacional. A título de comparação, a segunda indústria no *ranking* (a alimentícia) respondia por 29,7% e 15,6%, respectivamente. (Pignaton, 1977: 145)

Melo e Considera (1986: 112) destacam que a dupla ‘maquinização e modernidade’ possibilitava a este setor atuar em mercados extraterritoriais, ou seja, a extensão de seus mercados consumidores ia além das fronteiras locais, atendendo todo o país.

Cabe apontar agora, ainda que sumariamente, quais foram os efeitos oriundos do encilhamento para economia local, partindo, em seguida, para a dinâmica industrial regional nas primeiras décadas do século XX.

A pressão dos agricultores fluminense foi uma das causas para a adoção, por parte do Império, de uma política monetária de viés expansionista, baseada nas emissões de títulos da dívida pública e concessões de créditos à lavoura. (Calógeras *apud* Leopoldi) Vale salientar que esta forma de expansão do meio circulante foi usada, inclusive, para o financiamento da guerra contra a nação paraguaia e mesmo com o findar da guerra esse mecanismo de captação de recursos passou a ser usado largamente pelo governo imperial.¹⁵

Tannuri (*op.cit.:28*) destaca que “o crescente endividamento interno gerou conseqüências distintas em São Paulo e no Rio de Janeiro. Pois, se o grande mercado para colocação desses títulos foi o Rio, por outro lado, São Paulo foi, pelo menos durante a guerra do Paraguai, o palco onde se aplicou significativa parte dos recursos oficiais.”

Para entendermos a situação financeira dos cafeicultores locais é preciso que voltemos a algumas questões. Até 1864 o financiamento da cafeicultura fluminense era realizado pelas Casas Bancárias que tinham nos comissários seus clientes privilegiados. (Tannuri, *op.cit: 24*) Neste ano, sob os efeitos de forte crise, várias Casas Bancárias faliram, tornando menor sua participação e importância no sistema bancário nacional.

Por sua vez, nesta década, os bancos ingleses ganharam maior participação nas negociações financeiras locais, especialmente naquelas ligadas ao comércio exterior. Assim, o sistema financeiro passou a se polarizar entre os bancos estrangeiros e o Banco do Brasil, fechando-se paulatinamente uma válvula de financiamento da cafeicultura local, ainda que fosse, como lembra Tannuri, uma opção a custos altos.

¹⁵ Para maiores detalhes sobre este mecanismo e seus efeitos ver Granziera (1979).

Pelo lado do capital mercantil-financeiro carioca entendemos que, sendo concentrado, este via na derrocada da cafeicultura um reduzir de portas para seus investimentos, fazendo dos títulos da dívida pública uma fonte segura para suas aplicações.

Pelo lado do governo havia a preocupação com a situação de baixa liquidez da economia, situação que se agravava pela crescente urbanização e diversificação produtiva e de negócios, pelo aumento do assalariamento da mão-de-obra (especialmente após o fim do tráfico negreiro), pela entrada de imigrantes estrangeiros, e pelo uso, mais racional e intensivo, de novas tecnologias em algumas indústrias.

Assim, se por um lado o já concentrado capital mercantil-financeiro carioca, em meio à crise da cafeicultura local, via nos títulos públicos uma fonte de investimento de menor risco, por outro, o governo via na sua emissão uma forma de aumentar o meio circulante da economia.

Nos anos 1880 o Brasil passou por uma série de transformações políticas e econômicas, com especial destaque para a Abolição da Escravatura (1888) e a Proclamação da República (1889). Nesta década, a cambaleante cafeicultura da porção fluminense do Vale do Paraíba, sofreu duro golpe: parte de seu imobilizado (escravaria) tornara-se ilíquido, agravando sua situação econômico-financeira.

É preciso destacar que o império brasileiro, em seus últimos anos, não se atentou à necessidade de reformas institucionais (especialmente no setor financeiro) que atendesse “a presença monetária do salário e o grande aumento do volume de negócios”. Pelo contrário, efetivou uma política monetária que ia à contramão das necessidades da economia naquele momento, reduzindo o volume dos meios de pagamento de 215.000 (em 1880) para 206.000 (em 1889).

Com o seu ocaso e a proclamação da República, Rui Barbosa (1849-1923) chega ao comando do Ministério da Fazenda, com objetivos de reformas nas instituições financeiras que permitissem reduzir a importância e influência da velha oligarquia agrária, criando condições para o crescimento econômico brasileiro através da industrialização.

Em meio ao debate entre “metalista” e “papelista”, e tendo a escassez de moeda como um entrave aos seus intuitos, Rui estabelece a emissão bancária lastreada em títulos da dívida pública, através da Lei Bancária de 17 de junho de 1890. Se por um lado esse viés

expansionista auxiliaria os setores em dificuldades da economia fluminense, por outro era uma tentativa de aumentar a liquidez da economia para tornar possível a industrialização do país. (Levy, 1994:203)

Essa política acabou por incrementar o movimento de transações financeiras que foi adquirindo, continuamente, dimensão e contornos especulativos. Vale ressaltar que, quando proclamada a República, a praça financeira do Rio já estaria tomada pelo movimento de especulação financeira. Esse processo especulativo se prolongou até 1892 e ficou conhecido por “encilhamento” .

O período do Encilhamento não se caracterizou apenas pela especulação bursátil: estimulou, concomitantemente, um processo de acumulação real interna, para a qual também colaborou o preço do café no mercado externo e a posição cambial propícia à importação de capital fixo. (Tannuri, 1981: 51)

Como destacado, no momento do Encilhamento, a cafeicultura fluminense ‘descia’ de sua fase áurea e o setor mercantil-financeiro local foi “empurrado” a diversificar seu portfólio de investimentos, o que determinou a aquisição de ações de diversos empreendimentos industriais, especialmente a partir da reativação do mercado acionário no ano de 1889. No Rio de Janeiro, as opções de investimentos eram mais diminutas que as da praça paulista, que em razão de sua agricultura, expandia e diversificava as possibilidades de inversão produtiva.¹⁶ (Tannuri, *op.cit.*: 66)

Devemos sublinhar que em 1882 a chamada “Lei dos Entraves” - Lei n.º1.083, de 22/08/1860 – foi revogada o que permitiu, a partir de então, o estabelecimento de companhias e sociedades anônimas sem o consentimento prévio do governo, à exceção dos bancos de circulação. (Tannuri, *op. cit.*:63)

Para Lobo (1978:158-9), o encilhamento correspondeu a um período propício ao crescimento industrial no Rio. Destaca, ademais, a nova correlação de forças na estrutura do poder nacional, que a Bolsa de Valores passou a “servir de instrumento de canalização

¹⁶ “Não obstante a economia carioca não possuir a dinâmica nem a força da paulista encontra mesmo assim fôlego para se expandir assentada no setor urbano. Isto apesar da crise financeira que começa a dar os primeiros sinais de manifestação em 1892.” (73)

do capital para a indústria” e que a nova lei das sociedades anônimas facilitava a constituição de empresas industriais.

Cano (*op.cit.*: 261) afirma que a política econômica adotada no período agiu como um “alento” para a indústria carioca e a fluminense, tendo em vista que retardaram, “por mais algum tempo, seu inexorável e relativo retrocesso industrial.” Recorrendo a Stein (1957, 158-159), o autor enfatiza, que nem tudo “foi fictício” no encilhamento, como apregoa parte das análises, destacando que foi nesse período que as maiores e mais modernas industriais têxteis se instalaram no Rio.

É preciso afirmar que a expansão fluminense foi auxiliada, também, pelos seguintes fatores: 1) desvalorização cambial que permitiu àquelas empresas que usaram o câmbio alto de 1889/90 para investirem em capacidade produtiva (puderam converter recursos financeiros em ativos reais), 2) Emissão de bônus, por parte do governo, para financiar a indústria. (*ibidem*: 73)

Sobre a economia paulista, precisamos ressaltar que o fato de apresentar maior dinâmica econômica - capitaneada pela atividade cafeeira – transformou-lhe em espaço crescente de gastos públicos que auxiliaram na conformação do “capital-dinheiro” necessário à formação do complexo cafeeiro. “(...) a expansão da acumulação real paulista, do final do Império e os umbrais da República, era fruto da própria dinâmica da sua economia, não possuindo vínculo com a política liberal de emissões bancárias” (*ibidem*: 128)

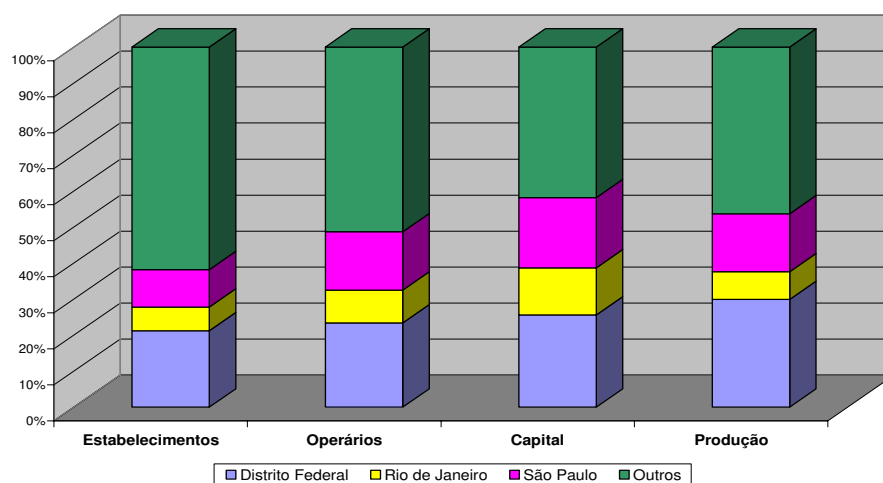
1.3.1 – A Indústria Fluminense nas primeiras Décadas do Século XX

Nos primeiros anos do século passado, estava sediada na cidade do Rio (e em sua circunvizinhança) a mais importante praça industrial brasileira. A indústria fluminense teve papel de vanguarda na produção nacional, especialmente em setores ligados à atividade têxtil, metalurgia, alimentação e química.

O gráfico 1.1 apresenta os valores da participação regional e paulista na produção do país em 1907. Vemos que, em relação ao volume de produção, o antigo Distrito Federal

respondia por quase 30% do total nacional, contra 16,1% de São Paulo. Se considerarmos a produção da antiga província fluminense (7,7%) o valor da participação no total produzido, pelo território que compreende o atual Estado do Rio de Janeiro, salta para 37,6%. No que diz respeito ao capital investido, o ex-Distrito Federal (cidade do Rio) e o ERJ respondiam juntos por 38,7% do total, contra os 19,5% de São Paulo.

Gráfico 1.1 - Participação na Produção Industrial Brasileira: 1907 (em %)



Fonte: Censo Industrial *apud* Pignaton (1977)

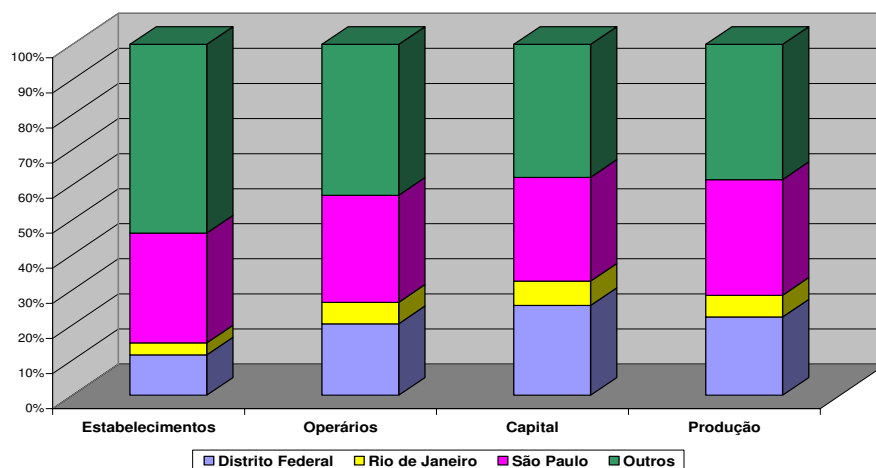
Comparando-se os Censos de 1907 e 1919, vemos que a dinâmica industrial fluminense já apresentava sinais de declínio relativo no período. (Gráfico 1.2) Apesar da manutenção do nível relativo de capital empregado pela indústria do ex-Distrito Federal, sua participação no número de estabelecimentos reduziu-se de 21,2% para 11,5% entre 1907 e 1919.

Quando analisamos a porcentagem relativa ao número de estabelecimentos sediados, o “salto” paulista é de grande dimensão: em 1907 SP correspondia a 10,4%, sendo que em 1919 esse valor chega a 31,3%.¹⁷ Em termos de participação na produção, as participações

¹⁷ É importante observar que, neste mesmo período, a participação de São Paulo na mobilização de capitais saltou de 19,5% para 29,6%.

“carioca” e “fluminense”, decresceram: atingiram, em 1919, respectivamente, os 22,3% (29,9% em 1907) e os 6,2% (7,7 em 1907).

Gráfico 1.2 – Participação Regional na Produção Industrial: em 1919 (em %)



Fonte: Censo Industrial *apud* Pignaton (1977)

A tabela 1.4 mostra que a estrutura produtiva fluminense era bem diversificada e concentrada em dois setores (têxteis e alimentação) que respondiam, em 1907, por 47,3% do valor da produção da indústria regional. Destacavam-se, ainda, as indústrias químicas e de vestuário, com 9,4% e 15,9% do VP da indústria regional. Em 1919, a participação dos setores têxtil e de alimentação (em conjunto), no VP industrial, saltou para 58,5%, enquanto os percentuais referentes à química e ao vestuário foram para 6,6% e 17,5%.

Tabela 1.4 – Estrutura Industrial (Valor Bruto da Produção %)

Setor	1907	1919
Têxteis	20,6	20,6
Fiação e Tecelagem	19,8	19,5
Couros e Peles	0,6	1,6
Madeiras	6,3	3
Metalurgia	6,6	5,3
Cerâmica	2,2	1,4
Produtos Químicos	9,4	6,6
Alimentação	26,7	37,9
Moagem de Cereais	10,2	13,2
Refinação de Açúcar	5,9	6,3
Cerveja	4,3	6,5
Vestuário	15,9	17,5
Chapéus	3,8	2,5
Mobiliário	3,3	2,4
Edificação	1,2	0,4
Aparelhos de Transporte	6,4	2,8

Fonte: Lobo, *op. cit.* 606.

Quais fatores explicam a ‘perda relativa’ de potencial industrial fluminense frente à indústria paulista? Esta é uma questão complexa e que traz à tona uma forte polêmica, retratada em outros estudos. Aqui, nos deteremos em apontar resumidamente algumas entre as principais visões que buscaram compreender os motivos que levaram à indústria fluminense ser superada, no que tange à produção nacional, por São Paulo.

Alguns autores destacam que São Paulo soube aproveitar melhor sua estrutura instalada em momento de maior capacidade para importar. (Pignaton: *op. cit.*, Versiani:1993) Para Pignaton a superação paulista deve ter ocorrido principalmente entre 1909 e 1913, como resultante do aumento de sua capacidade para importar, à entrada de capitais externos e ao aumento nas exportações de café e de borracha. Versiani aponta na

mesma direção, enfatizando a importância da reforma tributária de 1900, para o crescimento da indústria paulista.¹⁸

Necessário enfatizar que uma das mais evidentes características da indústria do Rio de Janeiro era sua alta diversificação. Cano (1998A: 262). Esta condição demonstrava a existência de alguns múltiplos e frágeis segmentos industriais que atendiam o mercado local, contrariamente à indústria paulista que, durante os anos 1920, “havia consolidado um perfil industrial orientado para os setores mais novos e tecnologicamente mais adiantado.” (Melo & Considera, 1986:113).

Os efeitos da crise cafeeira local e os provocados pela Primeira Guerra Mundial, agravam sobremaneira a condição financeira e de acumulação da indústria fluminense, fazendo com que após o interregno bélico, São Paulo já começasse a consolidar sua posição de principal centro industrial do país. (Cano,1998A; Versiani,1993; Pignaton,1977; Melo & Considera,1986)

Assim, a partir de então, como atestam Melo & Considera (*op.cit*: 423), a trajetória do desenvolvimento industrial carioca “processou-se num caráter subordinado, isto é, como uma estrutura complementar à indústria paulista.”

Sobre a derrocada da indústria fluminense chama a atenção que, em bem pouco tempo, a própria indústria local perdeu parte de seu mercado (interno) para a concorrente paulista, inclusive nos setores em que era considerada hegemônica.¹⁹ Nos anos 1920, a indústria do Rio de Janeiro já operava a custos mais elevados que as sediadas em território paulista e assim “na medida que avançava o processo de integração do mercado nacional, a indústria fluminense é substituída pela paulista até no próprio mercado local”.(Melo e Considera: 424)

Vale ressaltar que nesta década, a indústria local teve “outro alento”, resultante da recuperação e forte expansão da economia cafeeira de Minas Gerais, da dinâmica desse

¹⁸ “Na verdade, em 1907, a indústria paulista já passava por uma fase de expansão, contemporaneamente associada à reforma tributária de 1900. A maior concentração de investimentos, nessa fase, parece ter-se dado entre a metade da primeira década do século e o início da Primeira Guerra Mundial, período em que ocorre significativa expansão na importação de máquinas e equipamentos para a indústria.” (p.79)

¹⁹ “Já na Primeira Guerra o mercado do Rio de Janeiro passou a ser abastecido pela indústria paulista em gêneros alimentícios e tecidos”. (Pignaton:150)

mesmo setor em território capixaba, adicionados ao acréscimo no gasto público. A conjugação desses fatores resultou em atenuação do “retrocesso industrial guanabarrino”. (Cano, *op. cit.*;:265)

Entre 1925 e 1929, São Paulo respondia por aproximadamente 35% do PIB industrial nacional, ao passo que o território do Rio de Janeiro respondia por cerca de 27%. A parcela industrial do Distrito Federal era de aproximadamente 21% e cabia ao antigo estado fluminense 6%, que a título de comparabilidade, era similar à taxa de Pernambuco no mesmo período. (Melo e Contreras, 1988: 424).

Apesar desse processo de “esvaziamento”, a economia local continuou como o segundo *locus* da indústria brasileira. Deve ficar claro, portanto, que esse processo de perdas teve um caráter *relativo* e não *real*, pois a economia em questão continuou se diversificando e se ampliando, só que em ritmo mais lento que o observado na economia paulista e, por vezes, a nacional.²⁰

Cano (1998A: 260) enfatiza que “a região teve (...) excelentes condições para desenvolver um setor industrial mais amplo. Entretanto, algumas ressalvas devem ser feitas para demonstrar que essa aparente excepcionalidade teve contra si numa série de fatos que atenuaram sua capacidade germinativa”. O autor expõe três desses fatos limitadores: “deficientes condições de operação e acumulação da economia escravista cafeeira; escravidão limitou a expansão do mercado interno e as políticas cambial e tarifária não favoreceram a industrialização mais decisiva.” (Cano, *op.cit.*: 261).

O mesmo autor, em outro trabalho (2002:53), destaca que a urbanização, a estrutura de comercialização do café, os fatos de ser a sede administrativa e a função portuária impediram um ‘retrocesso relativo’ mais acentuado. Essa conjugação de fatos e condições permitiu ao estado do Rio de Janeiro, “despontar mais cedo do que as demais regiões na concretização de um implante industrial”.²¹

²⁰ A título de exemplificação destacamos que o número de operários na indústria paulista cresceu, para o período 1907-1919, 10,7%. Para o Brasil essa taxa foi de 4,5% e no Rio de Janeiro (cidade e estado) de 3,5% para igual período. (Versiani, 1993:80)

²¹ O autor exemplifica: “(...) até 1889 a Guanabara detinha 57% do capital industrial brasileiro, exclusive o do açúcar”.

Lessa (*op. cit.*: 99) também correlaciona a perda relativa da hegemonia econômica local à derrocada de sua cafeicultura. Enfatiza que os interesses industriais do Rio não entravam em competição com o interesse de outras unidades territoriais do país. Para o autor, o fato de estar voltado para o “pensar político nacional” e por sua “base produtiva ser de alto interesse nacional” o seu favorecimento não entrava em competição com interesses de outras regiões.²²

Para Pignaton (1977: 148) a posição de liderança do Rio de Janeiro na “industrialização” brasileira ocorreu concomitantemente à derivação de vários e sérios entraves estruturais, que logo se tornariam obstáculos ao seu processo evolutivo posterior. Para o autor, o maior desses entraves seria a herança escravista, pois a utilização de trabalho compulsório impediu a consolidação de uma acumulação em bases concretamente capitalistas.²³

Para Melo & Considera (*op. cit.*), o primeiro momento do processo de crescimento industrial do Rio de Janeiro, ocorreu entre 1880 e 1930. Assim como Cano (1998 e 2002), esses autores entendem que a decadência da cafeicultura fez com que o dinamismo industrial se arrefecesse. Enfatizam, ademais, que esse crescimento industrial local pôde ser “quase que autônomo” devido ao elevado gasto público que ocorria em sua economia.

Por sua vez, Leopoldi (1986) expõe que o setor secundário da economia carioca dividia-se em três áreas: manufatura, extrativa e construção civil. Para a autora, o setor de transformação deste território era frágil e a indústria era, como um todo, muito diversificada. Segundo sua análise, essa característica seria determinante para a fragilização da indústria local.²⁴

²² Esta postura displicente, conveniente enquanto capital, irá lhe custar caro, após a perda da capitalidade. Uma cidade cosmopolita que podia condensar e conviver com todas as dimensões provincianas. Uma cidade com elites recrutadas em todo o país, sem servir ao interesse regional do Rio. Ao perder a função capital e sobreviver à crise das últimas décadas, a imagem do Rio foi evanescendo, estando ligada a este processo a erosão da auto-estima brasileira.” (Lessa, *op.cit.*:99)

²³ Adverte que “(...) como a cidade do Rio de Janeiro além de cidade-capital era o mais importante centro financeiro e comercial do país, sua economia sempre contou com uma componente “autônoma” bastante importante que, dentro de certos limites, atrelava seu desenvolvimento ao do país e não ao da região (...)”

²⁴ Outro fator que teria atingido negativamente a dinâmica da indústria local, segunda a autora, foi uma suposta escassez de matérias-primas ocorrida no momento em que indústrias de outras unidades federativas começaram a se especializar.

Esta autora afirma que a derrocada da cafeicultura não é suficiente para explicar o “retrocesso” industrial local, pois justamente nas décadas de 1880 e 1890 – quando se acentua a crise no setor primário fluminense – é que o Rio de Janeiro se consolida como principal posto comercial e financeiro do país. Ademais, o advento da república confirmaria sua posição de centralidade político-administrativa, que através de reformulações na política econômica da época fomentaram e deram bases para a industrialização local.

Lembremo-nos, ainda, que seu setor primário (quase todo no interior fluminense) era extremamente fragilizado, mesmo se excluirmos da análise a cafeicultura. Inúmeros foram os entraves sofridos por esse setor àquele tempo: a topografia, qualidade dos solos, falta de interesse empresarial, etc. Vale sublinhar que em fins do século XIX, suas fazendas de café estavam com seus solos dilapidados pelo uso intensivo e de pouca técnica. A isso devemos adicionar um fato: a maioria de seus proprietários estava financeiramente arruinada.

Um dos efeitos da fragilidade agrícola era a necessidade de se recorrer a outros mercados produtores para o abastecimento regional. Isso se convertia em fonte de “vazamentos” de renda para outras unidades do país. (Lobo: 1978) Essa situação comprometia o processo de acumulação fluminense, pois além de criar “vazamentos”, propiciava um nível mais elevado no custo monetário da cesta de consumo de sua população. Essa elevação implicava em um nível salarial interno maior que o observado em outras economias do país.

A fragilidade da atividade agrícola respondia, em parte, pela acentuada terceirização do mercado de trabalho fluminense. A combinação de debilidade agrícola com forte presença do setor público, mercantil e financeiro transformou a economia regional na mais urbanizada do país. Grande parte da população ocupada regional estava concentrada em atividades terciárias, especialmente na burocracia estatal e em serviços gerais. Para finalizar, destacamos que o censo demográfico de 1919 mostra que 61,6% da P.O estavam alocado em atividades do setor serviços, sendo que 15% em serviços domésticos.²⁵

²⁵ “A inexpressiva atividade manufatureira fez do emprego regular um contrato raro no tecido social urbano do Rio.” Lessa (*op.cit.*:172) O trabalho assalariado “esteve presente, além das parcas manufaturas, nas ferrovias, nas companhias de transporte urbano, nos contratistas de serviços públicos e na estrutura militar. (...) na Polícia Militar, no Exército e na Marinha”.

2 – A ECONOMIA FLUMINENSE ENTRE 1929-80: EXPANSÃO E ESVAZIAMENTO RELATIVO

No capítulo 1 apresentamos breve histórico sobre a formação econômica da região fluminense. Destacamos as linhas gerais desse processo, analisando as raízes da centralidade regional no que diz respeito à economia brasileira através da participação dos seus setores agrícola, mercantil, financeiro e público.

Neste, nosso intuito é demonstrar a trajetória econômica regional entre 1929 e 1980, analisando as principais transformações ocorridas em seus setores produtivos e de serviços.²⁶ Objetivamos, ademais, aprofundar a análise sobre o processo de perdas de participação fluminense na renda nacional (ao longo do século XX), amplamente denominado ‘esvaziamento econômico’.

Vale assinalar que almejamos não somente analisar as mais significativas transformações da estrutura economia regional durante a industrialização nacional, como também, e muito especialmente, classificar mais detalhadamente esse esvaziamento. Em outras palavras: pretendemos descobrir em quais ramos da indústria e dos serviços o ‘esvaziamento’ foi real, ou seja, ocorreram perdas de participação no conjunto nacional em função de redução da produção/renda.

Por outro lado, queremos apontar quais foram os setores que perderam participação em razão do descompasso entre suas taxas de expansão *vis-à-vis* às nacionais, ou seja, os casos em que a economia fluminense tenha se expandido, embora em ritmo médio inferior ao do restante do país.

Para tanto, dividimos o capítulo em duas partes, ademais esta introdução. Na primeira, realizamos (inicialmente) breve recuperação histórica da economia brasileira durante o período e as linhas gerais da industrialização e integração do mercado nacional. Em seguida, apresentamos o movimento geral e as principais transformações vividas pela

²⁶ A escolha do período em questão se justifica pela sua importância no que tange à alteração do padrão de acumulação capitalista da economia brasileira através da industrialização por substituição de importações.

economia fluminense, destacando sua posição frente ao processo de modernização e expansão da economia nacional.

Na segunda etapa analisaremos o conjunto de transformações observadas na indústria e no setor terciário estadual ao longo do período em destaque, investigando sua importância para a trajetória de perdas de participação relativa da região na economia nacional.²⁷ Buscaremos evidenciar em quais atividades econômicas ocorreram perdas reais de rendas e em quais o ‘esvaziamento’ econômico foi, na verdade, apenas relativo.

2.1 – Alguns apontamentos sobre a Economia Brasileira entre 1930 e 1970

A economia brasileira passou por forte expansão e diversificação ao longo do século XX. Esta trajetória foi consolidada (e acelerada) a partir dos anos 1930, quando teve início o processo de industrialização nacional. O *crack* de 1929 e a depressão subsequente possuíram múltiplos efeitos para a economia mundial. Para o Brasil, em especial, representou o marco inicial das transformações no padrão de acumulação capitalista, que progressivamente passou a ocorrer em bases urbano-industriais.

Durante a década de 1920, a economia paulista passou por significativa expansão, que ajudou a confirmar continuamente seu perfil industrial. No pós-crise, as ações tomadas em defesa da economia brasileira e as alterações observadas em seu modelo de desenvolvimento, propiciaram a São Paulo não apenas ratificar, mas também consolidar esse seu perfil (industrial). Assim, a economia paulista foi aumentando, progressivamente, sua importância na economia nacional, tornando-se o mais importante centro polarizador de recursos humanos e produtivos do país.

Alguns autores entendem que as ações adotadas pelo governo brasileiro, em resposta à crise de 1929, beneficiaram de maneira especial a economia paulista, em virtude do perfil da política de desenvolvimento industrial concebida ter se apoiado na produção de bens intermediários e de capital. Para estes, a região do Rio de Janeiro se encontraria,

²⁷ Tendo em vista sua reduzida importância para a renda estadual, não dedicaremos ao setor agropecuário o mesmo esforço analítico empreendido para as atividades industriais e terciárias.

naquele momento, “sem condições dinâmicas de incorporar-se ao processo de industrialização por substituição de importações”. Melo e Contreras (1988: 424)

Há que se ponderar a afirmação feita por Melo e Contreras (*op. cit*), em razão de a economia fluminense não ter apresentado, neste período, evidências reais sobre uma suposta incapacidade sua de se incorporar à dinâmica industrializante nacional (a taxa média de expansão anual da economia fluminense foi de 6,0%). Vale assinalar, que embora a industrialização brasileira tenha tido São Paulo como seu centro de comando, todas as demais economias regionais do país, incluindo a fluminense, apresentaram taxas de expansão notáveis, ou seja, se beneficiaram da dinâmica econômica vivida pelo país.²⁸ Ademais, a política econômica adotada por Vargas objetivava a defesa da indústria nacional e não somente da paulista.²⁹

De 1930 a 1980, o país construiu um padrão de crescimento interno marcado pela rápida modernização e urbanização, quando a industrialização brasileira passou por duas etapas principais no tocante à capacidade de autodeterminação do processo. Na primeira, a industrialização foi considerada *restringida*, ao passo que na segunda foi caracterizada como *pesada*.

A restringida se estendeu de 1930 a 1955 e respondeu por grande esforço de industrialização, tendo em vista que “as bases técnicas e de acumulação serem insuficientes para que se implantasse, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, o que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial”. (Cardoso de Melo, 1998:117)

Apenas a partir de 1956, através do Plano de Metas (governo Kubitscheck, 1956-60) é que o país experimentaria transformações em sua estrutura industrial capazes de alterar sua dinâmica e a capacidade relativa de autodeterminação da demanda. O Brasil entrava,

²⁸ São Paulo foi o palco principal do processo de industrialização o que não significa que as demais economias não tivessem se beneficiado da expansão econômica vivida pelo país. Como demonstrou Cano (1998B). Um ponto que merece estudos de maior profundidade é o que questiona o papel desempenhado pela agricultura fluminense neste período, tendo em vista que aparentemente não conseguiu internalizar outros nichos de mercado, como fez a paulista em relação ao algodão e cana-de-açúcar.

²⁹ O perfil da política de desenvolvimento industrial executada a partir da década de 1930, praticamente encerrou as possibilidades, referentes à indústria fluminense, no que diz respeito à recuperação do posto de carro-chefe da indústria nacional.

enfim, na etapa pesada de sua industrialização, através da programação e do planejamento de inversões industriais e em infra-estrutura que almejavam a eliminação dos chamados ‘pontos de estrangulamento’.

Esta etapa, diferentemente da progressiva, objetivava a instalação de uma estrutura industrial moderna e altamente complementar, através de investimentos que combinavam maiores riscos, grande porte e alta densidade de capital. A junção destas três “especificidades” transformou essa empreitada, quase que exclusivamente, responsabilidade dos capitais privado estrangeiro e estatal, embora não se possa ignorar o papel do capital privado nacional.

Na etapa pesada, podemos destacar quatro subperíodos: o primeiro (contemporâneo ao Plano de Metas (1956-61)) foi marcado pelo maior esforço programado de crescimento industrial observado no país até então. Vale destacar que a engenharia política do Plano de Metas preconizava a expansão da capacidade produtiva adiante à própria demanda, ou nas palavras de Cardoso de Melo (*op. cit.*:124) “implicou um crescimento acelerado da capacidade produtiva do setor de bens de produção e do setor de bens duráveis de consumo antes de qualquer expansão previsível de seus mercados”.

O segundo subperíodo (1962 a 1967) foi marcado, em termos macroeconômicos, pelo arrefecimento da dinâmica de acumulação interna da economia nacional. Serra (1998: 95) aponta que, neste intervalo, a taxa anual média de crescimento do PIB decresceu à metade, ao passo que o crescimento do produto manufatureiro reduziu-se em aproximadamente quatro vezes, ambos em relação ao ciclo expansivo anterior.³⁰

Entre 1968 e 1974 tivemos um dos mais importantes ciclos expansivos da economia brasileira, que ficou conhecido por “Milagre Econômico Brasileiro”. Sua principal característica foi a acentuada expansão da renda do país, que alcançou média de crescimento (11,3% a.a) acima de suas taxas históricas. Vale destacar que esse movimento foi capitaneado pelo setor manufatureiro, que atingiu os 12,7% de crescimento médio anual

³⁰ Sinteticamente podemos afirmar que a redução no nível geral da atividade econômica brasileira, nesse período, foi resultante dos seguintes pontos: a) a natureza cíclica, haja vista a perda de “força propulsora” de alguns investimentos do Plano de Metas; b) políticas de estabilização adotadas para o combate à aceleração inflacionária; c) fatores externos à nossa economia, bem como “fatores puramente circunstanciais”, tais como a seca de 1963. (Serra, *op. cit.*)

no período. O setor terciário expandiu-se 9,8% ao ano, enquanto a renda agrícola, em ritmo menos intenso, crescia 4,6 % anuais.

De modo sintético, podemos afirmar que o ciclo expansivo referente ao ‘milagre’ foi resultante dos seguintes fatos e medidas: 1) adoção de políticas fiscal e monetária menos restritivas, o que levou, entre outros efeitos, ao aumento da liquidez e do crédito na economia; 2) as reformas institucionais realizadas pela equipe econômica no período 1964-67 – que culminaram, como visto, em arrefecimento da dinâmica expansiva naquele período -, auxiliaram na construção das bases para a recuperação da dinâmica entre 1968-73; 3) A capacidade ociosa existente no setor industrial permitiu a rápida retomada do crescimento sem a demanda por níveis maiores de investimento imediato; 4) o modelo concentrador de renda atuou beneficiando a expansão de determinados setores, em especial os de produtos duráveis de consumo; 5) por fim, havia uma conjuntura internacional favorável à tomada de empréstimos.

Por fim, destacamos o subperíodo 1974-79, marcado pelo último grande esforço brasileiro no que se refere à complementação da chamada pirâmide industrial, cristalizado no II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-79).

Para se entender o II PND, é preciso ter em mente que em 1973, o *Milagre* havia alcançado seu apogeu e que muitas das contradições relativas ao modelo de crescimento adotado passaram a se manifestar. Entre estas, destacava-se o crescimento contínuo das importações de bens de produção, usada para viabilizar a acentuada assimetria departamental existente na matriz produtiva do país, tendo em vista que o Departamento 1 (DI) era pouco desenvolvido para atender a demanda gerada em meio às taxas de expansão naquele momento alcançadas.

Para se ter uma idéia dessa assimetria, destacamos que em 1965, 20% da oferta de bens de capital no país era suprida pelo exterior e durante o milagre, esse percentual saltou para 30%. (Serra *op. cit.*: 107) Enquanto a produção de bens de consumo duráveis havia crescido cerca de 97% no auge do milagre, a produção correspondente ao DI havia aumentado em 45%.

Em 1974, o arrefecimento das taxas de expansão do produto veio juntar-se ao recrudescimento inflacionário, que já se observava desde o ano anterior. A taxa de

crescimento anual do PIB caiu de 14% (1973) para 9,8% em 1974, atingido os 5,6% em 1975. Não podemos perder de vista que às contradições do modelo de crescimento adotado adicionaram-se os efeitos derivados do choque internacional do petróleo (1973), especialmente falando dos acréscimos nos custos e nos serviços externos.

De modo oposto a outras economias, o Brasil buscou, naquele cenário, manter seu caminho expansivo. Salientamos que havia por parte dos formuladores da política econômica da época, a convicção de que a desaceleração observada era resultante de desequilíbrios estruturais internos e, aceito isto, que a manutenção do ciclo expansivo passava imperiosamente pelo seu combate.

A partir deste diagnóstico, em 1974, o Governo Geisel anunciou o II Plano Nacional de Desenvolvimento que, em linhas gerais, almejava a continuidade das taxas de crescimento econômico simultaneamente à transformação estrutural. Neste sentido, Serra (1998: 117) enfatiza que o II PND foi o mais importante e concentrado esforço estatal, desde JK, no que tange à promoção de modificações estruturais em nossa economia.

Não obstante representar importantes modificações na estrutura produtiva do país, o II PND não combateu algumas limitações e contradições que não resistiram ao choque externo de 1979 (nova alta no preço do petróleo) e à alta nas taxas de juros norte-americanas. É preciso salientar que, para Lessa (1998), o plano era um instrumental para a execução do ideário “Brasil-Potência”. Em seu entender, esse ideário estava consolidado, por exemplo, nos traços de megalomania em diversos objetivos e projetos programados na época.

Junto ao interesse de tornar o Brasil um país do primeiro mundo, o II PND condensou em seu âmago um rol de características e condutas contraditórias que já anunciavam seu fracasso. E mais: não obstante atingir parcialmente alguns de seus objetivos (desconcentração regional, internalização de alguns setores, etc) a política adotada culminou em um rol de dificuldades para a economia brasileira na década seguinte, especialmente no que tange ao endividamento externo, ao processo inflacionário e à manutenção do padrão histórico de crescimento.

Para encerramos, cabe fazermos algumas breves considerações acerca do movimento de integração do mercado nacional. Como bem apontou Cano (1998B: 149), até

meados da década de 1920, o mercado nacional era pouco integrado. Neste período, o comércio inter-regional respondia a ¼ do comércio externo de todas as economias regionais do país. O autor aponta que, no imediato pós-Segunda Guerra, esse percentual atingiu os 50%. Destaca-se que o peso relativo do fluxo de comércio inter-regional era distinto para cada economia regional, sendo mais significativo às regiões fluminense, de São Paulo, Minas Gerais e do extremo Sul.

A imagem que se tem cunhada do mercado nacional a essa época é a de um ‘arquipélago’ de economias regionais. Uma das características proeminentes desse período era o alto coeficiente de importação, o que se convertia em um ‘desestímulo’ à produção industrial de certas regiões, pois parte da demanda de seus mercados era suprida pelo mercado internacional, dificultando, de certo modo, para a indústria nacional, ‘cativar’ o mercado nacional para si. Como observa Cano (*op cit*: 150) : “a exceção a esse quadro eram – até o início do século XX – as indústrias instaladas no Rio de Janeiro e no antigo Distrito Federal, que desde cedo tinham nos mercados regionais de maior proximidade a maior demanda para sua oferta.”

Analogamente à industrialização, a integração do mercado nacional passou por dois períodos principais que coincidem, no tempo, com as etapas referentes aquele movimento. São estas: a primeira, entre 1930 e 1960, foi marcada pelo caráter mercantil e pela liderança do capital privado paulista. A segunda foi contemporânea à industrialização pesada, sendo caracterizada pela consolidação de São Paulo como centro industrial do país, liderado pelo capital industrial, proporcionando a integração ‘produtiva’.

No que se refere à primeira, destacamos como um das suas principais características a baixa competição interestadual (em relação à etapa ulterior), que para Pacheco (1998: 53) era resultante do ambiente protecionista no qual estava envolta a estrutura industrial brasileira naquele momento, em razão, entre outras causas, da 2ª Guerra Mundial e de desequilíbrios cambiais.

Na segunda, tivemos como marca indelével a forte expansão ocorrida em todas as economias do país. O crescimento econômico (e por conseguinte a integração do mercado nacional) foi capitaneado pela indústria paulista, o que tornou impossível, a partir daquele momento, o surgimento de “industrializações autônomas”, cabendo às demais economias

regionais expandir suas estruturas produtivas de maneira complementar à paulista. Cano (1998:150)

No intervalo 1960-80, São Paulo se consolidou definitivamente como o epicentro da economia nacional. Através da expansão e diversificação de sua estrutura produtiva pôde conquistar mercados pelo território nacional, fazendo com que, de certa forma, as demais economias regionais se transformassem em estruturas complementares a si. Para finalizar é importante frisar que esse movimento industrial paulista foi um dos maiores responsáveis pela substancial e acelerada transição demográfica vivida pelo país ao longo destes anos.

2.2 – As Linhas Gerais do Movimento Econômico Fluminense entre 1930 e 1980

Nas primeiras décadas do século XX, a economia fluminense continuou sua trajetória de expansão e diversificação interna que, no entanto, se fazia em ritmo inferior à média nacional e, notadamente, à economia paulista.³¹ A assimetria entre essas taxas resultou em contínua perda de participação relativa da região na renda nacional, processo algumas vezes erroneamente interpretado como decadência econômica.

Esta situação não foi suficiente para romper, entre 1930 e 1980, a velha tradição fluminense no que concerne à atração de fluxos migratórios inter-regionais.³² O Rio de Janeiro, não obstante, apresentar crescimento médio inferior ao da economia nacional continuou apresentando crescimento demográfico mais acentuado que o do país, o que afetaria, como veremos adiante, a distância relativa entre sua renda *per capita* e a nacional.

Em função da não realização do recenseamento demográfico de 1930, não foi possível analisar a dinâmica demográfica estadual ao longo da primeira década da industrialização brasileira. Ao compararmos os valores presentes nos censos de 1920 e 1940, vemos que, neste período, a população fluminense cresceu a taxa média anual de 1,4% que, diga-se de passagem, era inferior a do país (1,5% a.a). Em termos absolutos, a

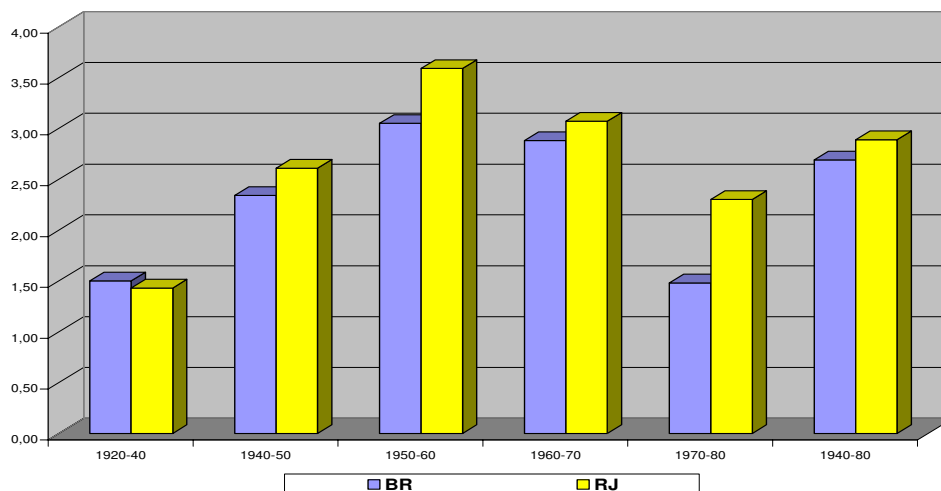
³¹ Vale lembrar que entre as primeiras décadas do século e o período imediatamente posterior à Primeira Guerra Mundial, a economia paulista assumira, sem embargo, o posto de primeira economia regional do país, internalizando progressivamente, as pré-condições para seu espetacular crescimento durante a industrialização nacional. Durante essas décadas, São Paulo superou a economia fluminense no tocante à produção industrial, ou seja, ademais ser o principal centro agrícola, tornou-se o principal *locus* manufatureiro do país.

³² Para dados demográficos, ver anexos 1 a 3.

população regional saltou de 2,7 para 3,6 milhões de habitantes, enquanto a população brasileira cresceu, em milhões de pessoas, de 30,8 para 41,2 assim, a participação fluminense na população brasileira ficou constante em 8,7%.

No entanto, entre os censos de 1940 e 1980 algumas importantes alterações foram registradas, com especial destaque para o maior crescimento médio populacional fluminense (2,89%) frente ao nacional (2,69%). Gráfico 2.1 Os percentuais decenais atestam a alteração na trajetória demográfica estadual, com especial destaque para os obtidos nas décadas de 1950 (3,6% a.a) e de 1960 (3,07% a.a).

Gráfico 2.1 – Taxas de Crescimento Demográfico RJ e BR: 1940-80. (% a.a)



Fonte: IBGE (Censos Demográficos diversos)

Anote-se que nas quatro décadas posteriores a 1940, a população fluminense mais que triplicou, chegando a 11,3 milhões de pessoas, aumentando sua participação na população brasileira para 9,4%. É preciso assinalar a importância do saldo migratório regional para essa expansão que, em 1980, estava acumulado em 2,2 milhões de pessoas, ou seja, 19,4% do total populacional.³³

No exíguo território fluminense, chamam atenção, no que se reporta ao padrão de localização de sua população, a acentuada concentração de pessoas no recorte atualmente

³³ O total de migrantes interestaduais no país, em 1980, era de aproximadamente 18,2 milhões.

compreendido pela região metropolitana do Rio de Janeiro e seu alto grau de urbanização.³⁴ Em relação à ‘metropolização’, destacamos que o percentual de habitantes que residiam neste espaço subiu de 62% para 77% (do total geral) entre 1940 e 1980. Já no que se refere à urbanização, o percentual de pessoas que residiam em áreas classificadas como urbanas, saltou de 70% para 92%, no mesmo intervalo.³⁵

Transferindo nossa atenção da demografia para a dinâmica da economia regional, mostramos que durante a etapa de industrialização brasileira (1930-80), a trajetória fluminense de perdas de participação relativa se manteve, indicando que o ritmo expansivo de sua renda esteve aquém da média nacional. (Tabela 2.1) Neste intervalo, a participação regional no PIB brasileiro declinou de 21% para 13%, ao passo que a paulista aumentou de 31,3% para 37,8%.

Tabela 2.1 – Participação do ERJ na Renda Nacional

Setores/Ano	1939	1949	1959	1970	1975	1980
Agropecuária	0,06	0,06	0,05	0,02	0,02	0,02
Indústria	0,27	0,19	0,15	0,15	0,13	0,12
Serviços	0,28	0,27	0,24	0,21	0,2	0,18
Total	0,21	0,20	0,18	0,16	0,15	0,13

Fonte: FGV (1972) e FIBGE (1987)

Se isto é fato inquestionável, restam algumas questões de relevo para o correto entendimento do suposto ‘esvaziamento’ econômico regional. Sabe-se que a taxa de crescimento da economia fluminense foi inferior à nacional, contudo cabe perguntar sobre o quão distante desta ela se manteve, pois perdas de participação relativa não significam, obrigatoriamente, decadência econômica. Outra dúvida: qual foi o peso de cada setor da

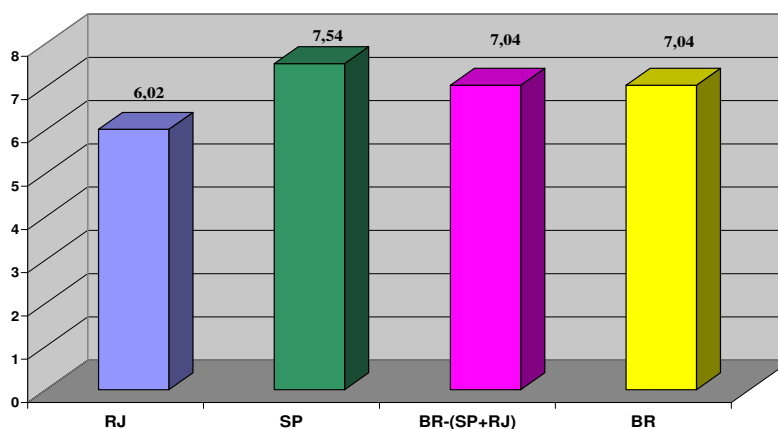
³⁴ A região fluminense possui cerca de 43,8 mil km², equivalente a 0,5% do território brasileiro.

³⁵ No que se refere à ‘metropolização’, seu ganho relativo deveu-se às perdas de participação experimentadas pelas regiões estaduais Norte, Noroeste e Serrana. No tocante à alta urbanização, a explicação certamente paira sobre a fragilidade estrutural das atividades primárias na região. A derrocada agrícola aliada à presença de importantes segmentos produtivos e de serviços diversos impeliu, de maneira contínua, um grande número de pessoas para atividades tipicamente urbanas.

economia estadual neste processo? E, verificado este, quais as razões e transformações internas que o explicam?

A resposta à primeira indagação pode ser visualizada no gráfico 2.2. Como visto, entre 1939 e 1980, o crescimento médio fluminense (6% a.a) não foi tão inferior ao nacional (7% a.a) e ao paulista (7,5% a.a). Ou seja, similarmente ao conjunto do país, o Rio de Janeiro experimentou excelente desempenho no período, o que atesta o perfil relativo do seu esvaziamento econômico.³⁶

Gráfico 2.2 – Taxa de Crescimento Médio do PIB Regional: 1939-80 (% a.a)



Fonte: IPEADATA, 2004

A resposta à segunda questão é mais complexa e constitui-se no principal foco deste capítulo. Inicialmente sublinhamos que todos setores da economia fluminense tiveram seus percentuais de participação nas respectivas rendas nacionais reduzidos, com especial destaque aos referentes à agropecuária (6% para 2%) e indústria (27% para 12%). No que se refere ao terciário, a participação regional foi reduzida de 28% para 18%. (Tabela 2.1)

³⁶ Embora tenha sofrido encolhimento relativo em diversos setores, o Rio (em especial, a cidade) se manteve como forte pólo atrativo de pessoas e recursos e, a despeito de suas perdas de participação, ainda seria o “centro do projeto nacional”, sendo os anos situados entre 1920 e 1960 considerados “dourados”. (Tavares: 2000: 463 e Lessa: 2000: 237)

Entre 1939-80, todos os setores fluminenses apresentaram taxas médias expansivas inferiores às alcançadas pela economia brasileira. (Tabela 2.2) Enquanto a renda agropecuária expandiu-se, em média 4,4% a.a, ao ano no território nacional, no Rio a taxa alcançada foi de 2,2% a.a. No que se refere à indústria, a expansão fluminense (6,9% a.a) foi significativa, embora bem inferior às taxas nacional (9,1% a.a), paulista (9,8% a.a) e da porção territorial Brasil *exclusive* São Paulo e Rio de Janeiro (9,4% a.a). A renda terciária paulista (7% a.a) cresceu, em média, pouco acima da taxa nacional (6,8% a.a), ao passo que a média fluminense ficou em torno de 5,8% anuais.

Tabela 2.2 – Taxa de Crescimento Setorial por Região: 1939-80 (% a.a)

Região	Agropecuária	Indústria	Serviços
Rio de Janeiro	2,2	6,9	5,8
São Paulo	3,0	9,8	7,0
BR-(RJ+SP)	4,8	9,4	7,2
Brasil	4,4	9,1	6,8

Fonte: IPEADATA, 2004.

Assinalamos linhas atrás que a industrialização nacional passou por duas etapas distintas quanto ao seu ritmo e sua capacidade de acumulação. Com base nos dados auferidos, notamos que a economia fluminense respondeu às alterações no ritmo de acumulação da economia brasileira de modo direto e setorialmente distinto.

Antes de aprofundarmos esta questão é preciso assinalar que entre 1930-80, a região passou por alterações institucionais de vulto que possuem significativa importância para o entendimento de seu comportamento econômico ao longo do período. Referimo-nos à transferência da capital brasileira para o Planalto Central (1960) e à fusão entre os antigos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara (1975) que encerrou a separação instituída no período imperial (1834).

O setor governo adquiriu fundamental importância para a economia fluminense durante os quase dois séculos que a região abrigou a capital brasileira. Importância, diga-se de passagem, não observada em outro território nacional. Ademais funcionar como

‘componente autônoma’ da renda estadual, este setor foi o principal responsável pela formação da estrutura urbana regional.

Araújo Filho (1994: 78) aponta que no período posterior a 1930, em São Paulo, a indústria exerceu papel central neste processo, ao passo que no Rio de Janeiro esse papel coube, historicamente, ao setor público. É preciso salientar que a importância estatal para a economia urbana fluminense ultrapassava os limites referentes às chamadas atividades terciárias, tendo em vista que o setor secundário da região era, em larga escala, constituído por capital público.

Com a transferência da capital para Brasília, o Rio de Janeiro sofreu perdas de renda substanciais, tendo em vista o gasto público e a massa salarial que ali não mais se realizara. Sobre isso não restam dúvidas, as interrogações pairam sobre a dimensão dessas perdas e quais foram os setores diretamente (e mais substancialmente) atingidos pela transferência.

É praticamente certo que as atividades terciárias sofreram os maiores impactos da perda da capital federal, em razão do gasto público e da massa salarial ‘perdidos’. No tópico que trata sobre o terciário analisaremos mais detidamente essa questão. Neste instante, queremos observar que embora a perda da sede política tenha fortalecido a sensação de esvaziamento econômico na sociedade local, sua percepção foi, de certo modo, atenuada pela elevação da cidade do Rio à condição de estado da federação, que passou a se chamar Guanabara.³⁷

Ao se instituir o novo estado, a região passou a usufruir novas receitas, empregos e toda a estrutura necessária à administração estadual. A cidade do Rio de Janeiro passou a viver peculiar situação de ser simultaneamente estado e município da federação brasileira. Com isso, os impactos referentes à transferência de expressivo contingente de empregados e de receita para Brasília foram, de certo modo, atenuados.

Entretanto, pouco durou a singular posição do Rio de Janeiro (cidade-estado) dentro da organização político-administrativa do país, pois em 1975, o governo federal decretou a fusão entre os estados da Guanabara e o antigo Rio de Janeiro, retirando do Rio o *status* de

³⁷ O estado da Guanabara foi criado pela Lei San Tiago Dantas - de 14 de março de 1960 -, sendo extinto em 1975, no momento de sua fusão com o antigo estado do Rio de Janeiro. Seu território abrangia o da antiga capital federal, ou seja, a cidade do Rio de Janeiro.

estado da federação. No entanto, a separação institucionalizada em 1834 já havia aprofundado a diferença estrutural existente entre a cidade do Rio e seu interior.

Ao longo dos 140 anos em que Rio-cidade estava institucionalmente separado do Rio-estado, observou-se a acentuação das desigualdades regionais. Se por um lado, existia uma das mais modernas economias do país, por outro, havia uma região economicamente estagnada, cuja participação no conjunto nacional era similar à de algumas entre as mais pobres regiões brasileiras.³⁸

Infelizmente, são escassos os trabalhos que dão conta dos impactos da fusão para a região. Os poucos que o fazem tendem a aceitar que as maiores perdas foram sofridas pela economia carioca, afirmativa baseada, geralmente, no não cumprimento de alguns acordos firmados, pelo governo federal, no tocante à realização de investimentos na região.³⁹ Adiante, no tópico que trata sobre os serviços, retornaremos ao assunto, destacando alguns indicadores que permitam visualizar, um pouco mais, os efeitos resultantes da fusão entre os dois estados.

Neste momento, cabe retornar ao movimento econômico fluminense durante o intervalo 1930-80. Vimos que a economia fluminense passou por excelente expansão durante este intervalo que, no entanto, se manteve, em média, aquém das taxas registradas pela economia nacional. Observamos, também, que este movimento foi setorialmente uniforme, ou seja, todos os grandes setores da economia regional cresceram, porém em ritmo médio inferior ao do país.

Agora focaremos nossa atenção em uma questão: a dinâmica expansiva da economia fluminense foi temporalmente uniforme ou apresentou variações alusivas ao seu sentido, intensidade e natureza conforme as etapas da industrialização nacional?

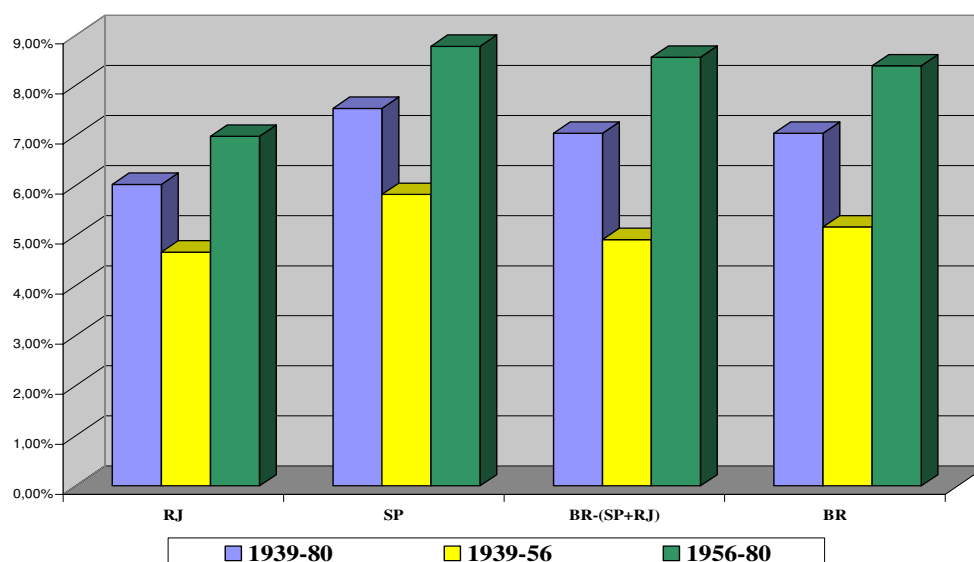
Pelas taxas de expansão do produto, concluímos ter havido dois momentos principais no movimento econômico estadual entre 1930-80, genericamente similar no sentido e diferenciando quanto à sua natureza e o ritmo expansivo. (Gráfico 2.3)

³⁸ Vale lembrar que no momento da *débâcle* cafeeira, a velha Província fluminense estava sem condições dinâmicas de assumir posto de maior importância na renda nacional. O Município-neuro, por outro lado, usufruiu, quase que por completo, dos benefícios materiais oriundos dessa atividade, modernizando e expandindo sua estrutura produtiva e de serviços.

³⁹ Ferreira, M. M. & Grynspan, M. (2002), Lessa, c.(2000), Melo, H. P (2001) e Mota, M. S. (1994) , (2000), (2001a) e (2001b)

Entre 1939-56, a renda fluminense cresceu aproximadamente 4,7% a.a, contra a média nacional de 5,2% a.a. No intervalo 1956-80, a expansão fluminense (7% a.a) foi bem mais acentuada, embora mais distante que a nacional (8,4% a.a). Assim, podemos afirmar que a economia fluminense, não obstante permanecer perdendo participação na renda nacional, acelerou sua expansão durante a etapa pesada da industrialização brasileira, movimento similar ao observado nas economias nacional, paulista e das demais regiões em conjunto. Há de se considerar que tanto as taxas paulistas, quanto as do recorte Brasil *exclusive* SP e RJ superaram as fluminenses, demonstrando que o Rio de Janeiro perdeu participação relativa não apenas para a economia paulista.

Gráfico 2.3 – Taxa de Crescimento Médio do PIB regional por período (% a.a)



Fonte: IPEADATA (2004)

As taxas expansivas dos grandes setores econômicos confirmam a trajetória anteriormente sublinhada e definem, mais precisamente, o peso de cada um no movimento da economia estadual.

Tabela 2.3 – Taxas de expansão do PIB agrícola por região, por períodos (% a.a)

Região	1939-80	1939-56	1956-80
Rio de Janeiro	2,2	3,8	1,0
São Paulo	3,0	5,4	1,3
BR-(RJ+SP)	4,8	4,8	4,8
Brasil	4,4	4,9	4,0

Fonte: IPEADATA (2004)

No tocante à agropecuária regional, vemos que de 1939 a 1956, a taxa de crescimento médio anual foi da ordem de 3,8%, percentual que caiu para 1% entre 1956 e 80. Enquanto isso, as médias nacionais foram, respectivamente, de 4,9% e 4%. Assim, vemos que a atividade primária fluminense ainda mantivera certo vigor até meados dos anos 1950, acompanhando relativamente de perto os níveis de expansão nacional. (Tabela 2.3)

Basta anotar que entre 1939-59 a participação regional no PIB agrícola do país caiu de 6% para 5%, chegando aos 2% já em 1970 (mesmo percentual de 1980). Vale destacar que, conforme apontava a literatura da época, possivelmente o PIB agrícola paulista estava muito subestimado não captando segmentos mais novos e em acelerada expansão, a exemplo da produção de hortaliças e fruticultura.

As principais culturas do setor primário fluminense eram as de bananas, café, laranja, arroz, cana-de-açúcar, milho e hortaliças. No que se refere à criação animal, destacavam-se a bovinocultura de leite e avicultura. Entre 1960 e 1980, as culturas de cana e de banana eram as de maior importância para a agricultura regional, em termos de área cultivada. Seus percentuais de participação variaram de 11,5% para 12,5% e de 10,2% para 6,4% neste intervalo. (Anexo 16)

Em relação à participação regional na produção brasileira (área cultivada), destacamos as perdas de importância relativa da produção de banana (19,8% para 6,8%), de laranja (19,1% para 0,2%) e de café (1,7% para 0,6%). Das principais culturas fluminenses, somente a de cana-de-açúcar aumentou seu percentual, de 5,1% para 7,4%. Chamamos atenção para a participação fluminense na área plantada de hortaliças do Brasil, que não obstante sofrer redução relativa (27,7% para 18%) se manteve muito considerável.

A pecuária fluminense era basicamente composta por rebanhos bovinos destinados à produção de leite. A importância dessa atividade para a produção primária regional aumentou de 39,5% para 59,6%, no período 1960-80, enquanto sua importância relativa na correlata nacional sofreu leve declínio relativo (de 1,1% para 0,9%). Redução relativa significativa, sofreu a avicultura regional: sua participação na área produzida do país caiu de 11,6% para 2,2%. (Anexo 16)

Neste período, a expansão da área em produção subiu 7,3% no Rio de Janeiro, ao passo que a expansão em território nacional foi de 53,1%. De modo geral, a área plantada da agricultura fluminense foi reduzida em 33,3% (todas as suas principais culturas, exceto cana-de-açúcar, sofreram reduções) enquanto a nacional foi expandida em 22,6%. A área referente à pecuária cresceu cerca de 61% no Rio e 91% no país. A área destinada à produção de hortaliças, cresceu 119% no Rio e 239% no Brasil, e a destinada a produção avícola cresceu 283% e 1911%, respectivamente. (Tabela 2.4)

Tabela 2.4 – Crescimento (em %) da área Produzida (ha) entre 1960-80 por Cultura

Região	RJ	BR
Total	7,3	53,1
Agricultura	-33,3	22,6
Banana	-32,6	97,6
Café	-78,4	-38,5
Laranja	-93,9	452,3
Arroz	-59,3	27,3
Cana-de-açúcar	16,8	-19,3
Pecuária	60,8	90,7
Bovinos	61,8	97,2
Horti-floricultura	118,4	236,8
Avicultura	283,6	1911,6

Fonte: IBGE (Censos Agrícolas diversos)

Cabe apontar outro indicador que demonstra o arrefecimento mais acentuado da atividade agrícola estadual no pós 1960: a participação setorial na População Economicamente Ativa estadual. Entre 1940 e 1960, a participação das atividades primárias na PEA fluminense caiu de 28,2% para 14,3%. Deste último ano a 1970, este percentual foi reduzido para 8,8%, atingindo 4,7% em 1980. Anota-se que de 1940 a 1980, a participação setorial na PEA nacional foi reduzida de 70,2% para 29%. (Anexos 4 e 5)

A indústria estadual apresentou o mesmo sentido, ou seja, a partir da etapa pesada da industrialização nacional aumentou seu ritmo expansivo. Entre 1939-56, seu produto cresceu em média 4,1% ao ano, menos da metade do percentual atingindo no intervalo seguinte (9% a.a). (Tabela 2.5)

Apesar de alcançar excelente desempenho, a média de expansão da indústria fluminense foi percentualmente inferior à paulista (10,9% a.a), nacional (11,3% a.a) e do território Brasil exclusive RJ e SP (13% a.a). Assim, seu crescimento não impediu sua contínua perda de participação relativa na indústria nacional. Vale destacar que a participação setorial na PEA estadual declinou de 19,1% para 29,6% entre 1940 e 1980, ao passo que em nível nacional, esse percentual foi de 10% para 25%.

Tabela 2.5 – Taxas de expansão do PIB industrial por região, por períodos (% a.a)

Região	1939-80	1939-56	1956-80
Rio de Janeiro	6,9	4,1	9,0
São Paulo	9,8	8,2	10,9
BR-(RJ+SP)	9,4	4,6	13,0
Brasil	9,1	6,0	11,3

Fonte: IPEADATA (2004)

Por fim, apresentamos as taxas referentes ao produto terciário regional. Entre 1939-56, seu crescimento anual médio foi de 4,9%, enquanto no intervalo posterior alcançou a marca de 6,4%. (Tabela 2.6) O percentual de pessoas alocadas em atividades terciárias na PEA fluminense cresceu de 52,7% para 65,7% entre 1940 e 1980, confirmando a importância setorial para a economia urbana regional.

Tabela 2.6 – Taxas de expansão do PIB serviços por região, por períodos (% a.a)

Região	1939-80	1939-56	1956-80
Rio de Janeiro	5,8	4,9	6,4
São Paulo	7,0	4,7	8,6
BR-(RJ+SP)	7,2	5,1	8,7
Brasil	6,8	5,0	8,2

Fonte: IPEADATA (2004)

Adiante, retornaremos ao movimento industrial e terciário estadual nestes períodos. Assinalemos, neste momento, algumas considerações acerca do movimento econômico geral. A exposição/análise até então realizada atesta o caráter relativo do esvaziamento econômico fluminense ao longo do período 1930-80. Assim, afastamos quaisquer hipóteses que afirmassem ter sofrido a região fluminense um quadro de decadência em sua economia.

Concluimos, ademais, que a trajetória estadual esteve diretamente associada ao movimento geral da economia nacional, no que se refere ao sentido expansivo. Destaca-se, ademais, que de modo geral, as rendas setoriais fluminenses acompanharam (de perto) as nacionais, se distanciando um pouco mais das paulistas.

Setorialmente, vimos que a maior expansão média coube à indústria, seguida pelos serviços e agricultura. Interessante os resultados obtidos em relação ao setor primário, tendo em vista demonstrarem que a situação setorial foi agravada a partir dos anos 1950. Embora não apresentasse nenhum crescimento espetacular, a agricultura regional conseguiu se manter percentualmente próxima às taxas de crescimento nacional entre 1939 e 1956, o que se reverteu no intervalo subsequente.

A acentuada perda de participação relativa da indústria estadual (na indústria brasileira) oculta seu excelente desempenho no período que, face à forte expansão paulista e, na década de 1970, da ‘periferia’, não conseguiu impedir (quicá reverter) o quadro de ‘esvaziamento relativo’.

Os serviços, por seu lado, mantiveram sua trajetória de crescimento e diversificação, mostrando, contudo, que no pós-1956, tiveram sua capacidade de acompanhar o ritmo expansivo nacional um pouco mais arrefecida. Não querendo alongar esta questão, que será

mais bem explorada adiante, devemos assinalar que tal arrefecimento se explica pela perda de importante parcela do gasto público e da massa salarial federal após 1960 e pela expansão da economia terciário-urbana nacional para outras regiões do país.

A evolução do produto *per capita* também aponta para o enfraquecimento relativo da economia fluminense no intervalo 1930-80. Não obstante, a taxa de expansão demográfica fluminense ter sido superior à nacional, sua distância em relação a essa não foi acentuada o que impossibilita atribuir-lhe a convergência entre as rendas *per capita* estadual e nacional. Ou seja, a aproximação entre esses produtos foi resultante da assimetria entre as taxas de expansão econômica estadual e nacional. Em 1940, a renda *per capita* fluminense era 1,4 vez maior que a brasileira, diferença que caiu para 76% em 1960. Deste último ano a 1980, a diferença relativa desses valores caiu para somente 40%. (Anexo 5)

Antes de encerramos, queremos chamar atenção para o grau de participação da economia estadual nos comércios exterior e interestadual brasileiros, tendo em vista que estes indicadores permitem uma noção mais precisa da articulação regional com as demais economias estaduais, bem como do perfil de sua matriz produtiva e de serviços.

Entre 1930 e 1980, a importância relativa do Rio de Janeiro no comércio exterior brasileiro foi reduzida, tanto no que se refere às exportações, quanto às importações. (Tabela 2.7) Tal fato aponta, claramente, as dificuldades regionais no que se refere a internalização de alguns setores (entre os mais dinâmicos) vinculados ao comércio internacional.⁴⁰

No final dos anos 1930, o Rio de Janeiro respondia por 12,3% das exportações do país, percentual, bem abaixo do paulista (54,2%). As importações fluminenses, por sua vez, correspondiam a 43,7% do total brasileiro, pouco acima do percentual de São Paulo, algo próximo a 40,0%. Contudo, no início dos anos 1950, a participação fluminense era de 17,7% nas exportações e de 39,8% nas importações, enquanto as taxas paulistas foram para 50,6% e 42% respectivamente.

⁴⁰ As implicações oriundas desse fato são inúmeras, cabendo destacar que demonstram com alguma perfeição a ‘conversão’ paulatina da indústria fluminense, salvo alguns poucos setores, em estrutura complementar à indústria paulista. Disso resulta sua pouca complementaridade interna e assim, as dificuldades para a criação de complexos industriais integrados que possibilitassem maior ritmo à acumulação setorial. Por outro lado, a economia da região não foi capaz de ‘captar’ alguns setores da ponta industrial, que como sabido, exigiam aporte de insumos e tecnologias do exterior.

Tabela 2.7 – Participação Regional no Comércio Exterior do País: 1939/79

Ano	1939		1949		1959		1969		1979	
	X	M	X	M	X	M	X	M	X	M
RJ	12,3	43,7	17,7	39,8	17,6	31,1	8,3	28,2	10,6	26,3
SP	54,2	39,8	50,6	42	32,6	53,6	36,3	52,6	37,1	43,8

Fonte: IBGE (Anuário Estatístico do Brasil, vários anos) - X – exportações M – importações

Em 1969, O Rio era responsável por 8,3% das exportações brasileiras e por 28,2% das importações. São Paulo, que se consolidava como a ‘locomotiva’ do país, respondia por 36,3% das exportações e a 52,6% das importações. Uma década após, as taxas fluminenses giravam em torno de 10,6% (exportações) e 26,3% (importações), enquanto as da economia paulista eram de 37,1% e 43,8%, em ordem.

Para finalizar, salientamos que ao longo da década de 1970, o coeficiente de exportação (valor das exportações dividido pelo PIB estadual) da economia fluminense sofreu significativo acréscimo, saltando de 2,8% para 4,3%, embora fosse ainda considerado pequeno. No mesmo período, o coeficiente paulista expandiu-se de 7,6% para 9,8%.

No que se refere ao coeficiente de importação (valor das importações dividido pelo PIB estadual), o índice paulista decresceu de 14,3% para 12,2%, ao passo que o fluminense cresceu de 16,3% para 20,6%. (Anexos 7 e 8) Essas variações se explicam, no caso paulista, pelos efeitos da desconcentração industrial e, no caso fluminense, pelo aumento das importações para sua indústria, especialmente como resultado do crescimento da atividade petrolífera, bem como por outros projetos que demandavam grandes importações, a exemplo do programa nuclear.

2.3 –O Esvaziamento Industrial Fluminense entre 1930-80 em análise

Neste tópico, como anteriormente assinalado, pretendemos analisar a trajetória da indústria fluminense durante o intervalo 1930-80, procurando, na medida do permitido, qualificar mais precisamente o suposto processo de esvaziamento industrial. Para tanto, apresentaremos as principais transformações observadas na estrutura produtivo-manufatureira regional, tentando correlacioná-las ao movimento industrializante sofrido pela economia brasileira durante as décadas em destaque.

Desde as décadas iniciais do século XX, São Paulo assumiu o posto de principal economia industrial do país. Não obstante apresentar sinais evidentes de *retrocesso industrial relativo*, o Rio de Janeiro manteve-se como importante pólo manufatureiro, detendo, a liderança nacional em alguns segmentos importantes. Na realidade, a trajetória da indústria fluminense neste intervalo foi de diversificação e crescimento, embora apresentando ritmo expansivo, em média, inferior ao paulista.

Pudemos observar, que desde a década de 1930, a economia brasileira começou a passar por importantes transformações, marcadas pelo início da industrialização. Destaca-se que a região fluminense foi beneficiária desse movimento, via implantação de importantes unidades industriais, algumas de grande relevo para a matriz produtiva brasileira.⁴¹

Semelhantemente ao conjunto nacional, a indústria fluminense apresentou forte expansão ao longo do período 1930-80. Relembramos que entre 1939 e 1980, o produto industrial da região cresceu 6,9% a.a, média que apesar de acentuada se manteve abaixo da registrada pelo país (9,1% a.a) e por São Paulo (9,8% a.a). O percentual fluminense aponta que os diversos investimentos realizados na indústria regional proporcionaram-lhe notável expansão, embora percentualmente inferior à média da economia brasileira.

⁴¹ Entre estas empresas destacavam-se a Companhia Siderúrgica Nacional (1941), a Companhia Vale do Rio Doce (1942), da Companhia Nacional de Álcalis (1943), a Fábrica Nacional de Motores (1948), a refinaria e a fábrica de borracha sintética da Petrobrás, a Petrobrás (1953) e a Fronape (1954), Furnas Centrais Elétricas (1957), Rede Ferroviária Nacional (1958) a Eletrobrás (1961), a Companhia Brasileira de Recursos Minerais (1968), a *holding* Telebrás e a Nuclebrás (1974).

Antes de analisarmos mais detalhadamente as transformações da indústria regional no período em questão, é preciso salientar alguns traços do movimento industrializador em território fluminense. Inicialmente chamamos atenção para o fato de que durante as etapas restringida e pesada da industrialização brasileira acentuou-se a importância relativa da indústria de base e de bens intermediários na produção fluminense. A experiência de São Paulo, por outro lado, mostrou-se diferente, tendo em vista que sua indústria conseguiu incorporar importantes segmentos ligados aos chamados setores ‘de ponta’.

Sulamis Dain (1990: 01) afirma que enquanto alguns dos mais importantes setores da indústria fluminense iam se tornando relativamente ‘ultrapassados’ nas sucessivas etapas do progresso tecnológico, sua principal concorrente conseguira incrementar seus ganhos e possibilidades de expansão ao abarcar unidades pertencentes aos setores tecnologicamente mais dinâmicos. Assim, São Paulo pôde criar vários complexos industriais articulados (metal-mecânica, automobilística, eletrônica, etc.), cujos efeitos de encadeamentos “para frente” e “para trás” eram amplos, possibilitando que essa economia expandisse seu mercado para além de seus limites físicos.

Enfatizamos que a presença estatal foi um ponto de diferenciação entre a formação urbana do Rio de Janeiro frente e a de São Paulo no período posterior a 1930. Mostramos ter sido a indústria, no caso paulista, o agente central desse processo, ao passo que no caso fluminense esse papel coube à figura governo. Assim, percebemos que a importância do Estado para a economia fluminense ultrapassava os limites referentes às atividades terciárias, alcançando, em larga escala, a esfera industrial, ora como ‘empresário’ do processo produtivo, ora apoiando a iniciativa privada regional através de investimentos e empréstimos concedidos por instituições oficiais.

Levantamento realizado junto às cinquenta maiores sociedades anônimas constituídas no Brasil, em 1969, mostra que no Rio de Janeiro sediava 40% desse total, que correspondia a 40,2% do patrimônio líquido do universo aludido. A título de comparabilidade, destacamos que em São Paulo estavam sediados 42% dessas SA’s que por sua vez representava 46% do patrimônio líquido.

Assinala-se que grande parte das SA’s sediadas no Rio pertencia à indústria de base (30%), sendo proeminente a presença do capital estatal (80%) no que diz respeito ao

patrimônio líquido desse subconjunto. Isso corrobora não apenas a forte participação da indústria de base na matriz manufatureira fluminense, como também a presença estratégica, e de peso, da iniciativa estatal nesses investimentos. Ademais, é preciso destacar, no que tange às SA's fluminenses, que salvo poucas exceções, o capital privado estrangeiro esteve prioritariamente presente em atividades ligadas à indústria extrativa, confirmando sua reduzida participação na indústria de bens de consumo duráveis.⁴²

Sublinhada essas questões, discutiremos o movimento da indústria estadual frente ao nacional e ao paulista, objetivando qualificar melhor a trajetória de perdas de participação relativa na produção do país. Inicialmente, chamamos atenção para a composição setorial da indústria fluminense que aponta, para o intervalo 1939 e 1980. Apontamos, a princípio, a reduzida participação (0,5%) das atividades relacionadas à extração mineral no VTI estadual, ou seja, cabia à indústria de transformação a quase totalidade do VTI regional.

Na indústria de transformação, os gêneros que obtiveram maiores ganhos de importância relativa foram: Mecânica (1,5% para 8,4%), Material elétrico e de Comunicação (0,7% para 5%), Material de Transportes (2,9% para 9,8%), Química (7,4% para 13,7%) e Gráfica (2,3% para 7%). Por outro lado, as maiores perdas relativas foram registradas em: Têxtil (11,2% para 4,8%), Alimentação (13,1% para 7,2%) e Fumo (7,6% para 0,1%). (Vide tabela 2.8)

Observando as participações da indústria estadual por categorias de uso, vemos que cresceu a importância relativa do grupo formado pelas indústrias (predominantemente) produtoras de bens de capital e consumo durável (Grupo 3), cuja participação saltou de 7,1% para 26,1%, entre 1949 e 1980.⁴³ Como visto, os ramos desse grupo que apresentaram maiores ganhos de participação no VTI fluminense foram Mecânica, Materiais Elétricos e de Comunicações e Material de Transportes. Ressaltamos que esse movimento teve sentido similar ao sofrido pelas estruturas industriais paulista e da 'periferia' nacional. (Tabela 2.9)

⁴² Gazeta Mercantil, setembro de 1970, *Balanço Anual*.

⁴³ O Grupo 1 é composto pelas indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não-duráveis (Têxtil, Vestuário, Alimentação, Farmácia, Fumo, Perfumaria, Gráfica, Mobiliário e Bebidas). O Grupo 2 é formado pelas indústrias predominantemente produtoras de bens intermediários (Não metálicos, química, Metalurgia, Papel e Papelão, Borracha, Couros e Madeira). O grupo 3 engloba as indústrias predominantemente produtoras de bens de capital ou consumo durável (Mecânica, Material de Transportes, Material Elétrico e Diversos).

Tabela 2.8 - Evolução da Estrutura Industrial Fluminense: 1949-80

Classe Gênero RJ	1949	1959	1970	1975	1980
Total	100	100	100	100	100
Extrativa Mineral	0,4	0,7	0,6	0,4	0,5
Transformação	99,6	99,3	99,4	99,6	99,5
Minerais não-metálicos	8,4	6,9	4,7	5,1	5,3
Metalurgia	11,7	22,2	12,9	14,7	13,3
Mecânica	1,5	2,5	6,4	7,2	8,4
M. Elet e de Comunicações	0,7	3,2	4,1	4,5	5
M. Transporte	2,9	3,9	6	6	9,8
Madeira	3,4	1	0,7	0,6	0,4
Mobiliário	1,2	1,9	2	1,7	1,2
Papel e Papelão	1,8	2,8	2	1,9	2,3
Borracha	0,9	1,1	0,7	0,7	0,6
Couros, Peles e similares	2,9	0,9	-----	0,6	0,4
Química	7,4	5,2	14,6	13,6	13,7
Produtos farmacêuticos	3,2	6,4	6,5	5,5	4,4
Perfumaria, Sabões e Velas	0,3	2,7	2,2	1,5	1,3
P. Matérias Plásticas	-----	2,2	2	2,8	3
Têxtil	11,2	9,4	6,9	4,7	4,8
Vestuário e Calçados	6,5	3,7	3,3	3,6	5,5
Produtos Alimentares	13,1	11,5	9,7	8,1	7,2
Bebidas	2,2	4,1	3,1	2,9	1,4
Fumo	7,6	1,3	-----	1,6	0,1
Editorial e Gráfica	2,3	5,2	6,9	8,9	7
Diversas	2,1	1,3	1,9	2,3	2,8

Fonte: IBGE (Censos Industriais, diversos anos)

Cabe assinalar, ademais, que tanto as indústrias produtoras de bens de consumo não-durável (Grupo 1), como as de bens intermediários (Grupo 2), perderam importância relativa no VTI estadual. (Tabela 2.9) No que diz respeito ao grupo 1, a perda de participação foi resultante, principalmente, do desempenho de alguns setores considerados

tradicionais na estrutura produtiva local (Têxtil, Alimentação e Fumo). No grupo 2, a redução relativa foi obra do desempenho de alguns setores, especialmente de Madeira e Matérias Plásticas, só não tendo sido mais acentuada graças à indústria Química, que aumentou sua participação relativa de 7,4% para 13,7%.

Tabela 2.9 - Participação no VTI Regional por Grupo de Classes de Uso: 1949-80

Grupos	RJ			SP			BR - (RJ+SP)		
	1949	1970	1980	1949	1970	1980	1949	1970	1980
Grupo 1	47,4	40,7	32,8	55,3	35,9	25,7	74,8	41	35
Grupo 2	45,1	37,6	39	33,6	33,5	39,5	23,2	37,8	39,8
Grupo 3	7,1	18,5	26,1	10,8	29,2	32,7	2,2	8,9	18,4

Fonte: IBGE (Censos Industriais, diversos anos)

Destaquemos as participações relativas da indústria fluminense (e de seus diversos gêneros) no VTI nacional. Entre 1939 e 1980, a participação relativa do Rio de Janeiro na produção industrial brasileira (transformação e extrativa mineral) declinou de 27,9% para de 9,7%. (IBGE, *Censos Industriais*.) Em sentido oposto, a indústria paulista aumentou sua importância relativa para 49% (em 1980), valendo registrar que na primeira metade da década de 1970, seu percentual havia ultrapassado os 55%.

Não obstante apresentar forte expansão, a indústria fluminense passou por dificuldades referentes à sua capacidade de acompanhar, mais de perto, a expansão brasileira e, especialmente, a paulista. Vale destacar que no período de ‘concentração’ industrial em território paulista (até os anos 1970), a indústria estadual acompanhou a trajetória do conjunto formado pelas demais economias regionais, ou seja, experimentou redução relativa em sua participação no VTI nacional.

Contudo, ao longo dos anos iniciais do processo de desconcentração industrial (anos 1970), quando a ‘periferia nacional’ conseguiu, em algum grau, recuperar importância na

produção nacional, a indústria fluminense continuou seu caminho de perdas de participação, sofrendo, inclusive, a segunda maior perda relativa do país entre 1975-80.⁴⁴

Mostramos, linhas atrás, que a participação relativa do Rio de Janeiro, na produção industrial brasileira, declinou de 27,9% para 9,7%, entre 1939 e 1980, indicando que os diversos projetos implantados ao longo destas décadas, em seu território, não foram capazes de alterar o ‘esvaziamento relativo’.

A participação da indústria extrativa mineral, no respectivo VTI nacional, apresentou forte queda, sendo reduzida de 15,5% para 1,4% no período. A participação da indústria de transformação caminhou em mesmo sentido: em 1980 sua participação era de 10% contra os 28% registrado em 1939.

As participações por grupos de categoria de uso apontam, de modo nítido, a dimensão da situação vivida pela indústria fluminense no período 1939-80. Como visto, a importância relativa regional sofreu acentuado decréscimo relativo nos três grupos industriais. (Tabela 2.10) Entre 1949 e 1970, a maior redução relativa aconteceu no grupo composto pelos setores predominantemente produtores de bens intermediários (Grupo 2), cuja taxa caiu de 23,9% para 16%. Em seguida, destaca-se a redução do grupo das indústrias predominantemente produtoras de bens de capital e consumo duráveis (Grupo 3), enquanto a participação do Grupo 1 (predominantemente produtora de bens de consumo não-durável) caiu, levemente, de 16,1% para 15,8%.⁴⁵

Na década de 1970, quando aumentou a participação de diversas economias estaduais no VTI brasileiro, a redução relativa da indústria fluminense se apresentou de maneira mais acentuada, mostrando-se complexa em função de não se beneficiar dos efeitos de desconcentração produtiva ensejada pela política econômica da época. Assim, em 1980, a participação fluminense no VTI da indústria brasileira, segundo os grupos

⁴⁴ Entre 1970 e 1980, a taxa de participação do conjunto Brasil exclusive Rio e São Paulo, saltou de 28,1% para 41,4%, enquanto a participação de São Paulo foi reduzida de 56,6% para 48,9%. O Rio, como assinalado, manteve seu caminho de perdas relativas, tendo sua taxa caído de 15,3% para 9,7%.

⁴⁵ No cenário nacional, vimos durante esse interregno, que São Paulo aumentou sua importância relativa nos três grupos, com especial destaque para os grupos 1 e 2, cujas taxas saltaram, em ordem, de 44,7% e 69,7% para 51,7% e 75,6%. Por outro lado, o conjunto das demais economias regionais sofreu perda de participação no grupo 1 (39,2% para 32,5%), significativo aumento no grupo 2 (24,2% para 31,3%) e manteve praticamente estável a participação relativa ao grupo 3, em torno de 11,5%.

destacados acima, atingira os seguintes percentuais: grupo 1 (10,5%), grupo 2 (9,6%) e grupo 3 (9,7%). Esses valores mostram que o caminho trilhado pela indústria local não foi o mesmo do recorte BR – (SP+RJ), que ao longo da década aumentou sua participação no VTI brasileiro. (ver tabela 2.10)

Tabela 2.10 – Participação Regional no VTI Brasileiro por Categorias de Uso: 1949-80

Indústrias	Rio de Janeiro				
	1949	1959	1970	1975	1980
Total Grupo 1	0,161	0,181	0,158	0,155	0,105
Total Grupo 2	0,239	0,197	0,16	0,131	0,096
Total Grupo 3	0,193	0,114	0,129	0,111	0,097
Indústrias	São Paulo				
	1949	1959	1970	1975	1980
Total Grupo 1	0,447	0,487	0,517	0,477	0,416
Total Grupo 2	0,519	0,52	0,527	0,53	0,488
Total Grupo 3	0,697	0,82	0,756	0,704	0,612
Indústrias	Brasil – (RJ+SP)				
	1949	1959	1970	1975	1980
Total Grupo 1	0,392	0,332	0,325	0,367	0,479
Total Grupo 2	0,242	0,283	0,313	0,339	0,416
Total Grupo 3	0,11	0,066	0,115	0,184	0,291

Fonte: IBGE Censos industriais, diversos.

Vejamos as participações dos principais gêneros industriais em seus respectivos VTI's. (Tabela 2.11) Antecipamos que todos os gêneros da indústria fluminense perderam participação relativa no VTI nacional, entre 1939 e 1980. No intervalo 1939-49, os segmentos industriais ligados à metalurgia e à produção de bens de capital foram os que obtiveram os ganhos relativos mais significativos em suas participações no VTI brasileiro. Fato explicado pela expansão setorial resultante da instalação da CSN, na cidade de Volta

Redonda. Destacam-se, também, os aumentos relativos observados em Vestuário e Calçados e Têxteis. Na contramão, as perdas relativas de maior amplitude foram registradas em Borracha e Produtos Alimentares.

Tabela 2.11 - Participação Relativa do Rio de Janeiro no VTI Brasileiro: 1939-80

Gênero	1939	1949	1959	1970	1975	1980
Total	27,9	20,3	17,3	15,3	13,2	9,7
Extrativa Mineral	15,5	4,6	5,3	3,3	2,2	1,4
Transformação	28,2	20,6	17,6	15,7	13,5	10,1
Mínerais não-metálicos	32,8	38,7	18,6	12,6	11,1	9,4
Metalurgia	19,8	25,9	33,4	17,5	15,8	11,6
Mecânica	16,6	14,2	12,9	14,4	9,5	8,3
M. Elétrico e Comunicações	-----	8,6	14,1	12,0	10,7	7,3
Material de Transporte	-----	26,6	9,0	11,9	12,8	13,4
Madeira	17,6	16,9	5,3	4,2	2,6	1,4
Mobiliário	-----	11,5	15,7	15,1	11,5	6,8
Papel e Papelão	20,4	17,0	16,6	12,6	10,4	8,5
Borracha	34,5	10,1	6,8	6,0	4,5	5,0
Couros, Peles e similares	13,1	15,0	15,1	-----	14,7	8,1
Química	40,4	28,7	10,8	23,0	15,2	9,5
Produtos farmacêuticos	-----	23,6	45,6	30,4	29,1	27,6
Perfumaria, Sabões e Velas	-----	33,0	34,0	22,8	17,0	14,2
Produtos Matérias Plásticas	-----	-----	45,6	16,5	16,8	13,4
Têxtil	19,1	25,2	13,9	11,7	10,3	7,7
Vestuário, Calçados, etc.	28,3	31,6	18,3	15,3	12,8	11,7
Produtos Alimentares	24,9	20,3	12,4	11,3	9,7	6,3
Bebidas	33,0	28,7	24,9	21,2	21,7	10,5
Fumo	33,0	21,1	17,5	22,6	20,5	17,6
Editorial e Gráfica	41,3	40,7	30,8	29,6	32,8	28,0
Diversas	32,6	26,7	13,0	14,5	16,0	10,8

Fonte: Censos industriais (IBGE)

Obs.: ----- Sigilo estatístico

As políticas adotadas durante a década de 1950, possibilitaram à indústria paulista alcançar altas taxas de expansão interna, em meio ao início da etapa pesada do processo de industrialização. Neste cenário, de consolidação paulista, a indústria fluminense manteve seu caminho de reduções relativas, embora em ritmo menos acentuado. Alguns setores foram responsáveis por esse ‘arrefecimento’, especialmente falando daqueles beneficiados pela expansão da economia paulista, com destaque para o desempenho das indústrias Farmacêutica e Metalúrgica.

Contudo, durante os 1960’s, a metalurgia fluminense não conseguiu manter seu caminho de expansão no VTI nacional, experimentando redução relativa ao logo da década. Por outro lado, durante este mesmo decênio, as indústrias Química, de Fumo, Mecânica, de Material de Transportes e de Couros e Peles aumentaram sua importância relativa, o que foi resultante, em bom grau, da implantação do pólo petroquímico em Duque de Caxias, e da Fábrica Nacional de Motores (Magé) e pelo desempenho da construção naval.

Como anteriormente anotado, a indústria fluminense passou por severas dificuldades durante os anos 1970, embora o país passasse por seu último grande esforço programado de inversões industriais, o II PND, do qual, em parte, a região foi beneficiária.

Este programa previa para a economia fluminense, a modernização de sua estrutura produtiva através da instalação de investimentos em setores de ponta, com alta densidade tecnológica e de capital. (Lessa *op.cit*: 349) Para tanto “instalou a Nuclebrás, deu partida à biotecnologia, fortalecendo a Fundação Oswaldo Cruz, e iniciou a produção de computadores em Jacarepaguá com a instalação da Companhia Brasileira de Computadores (COBRA)”.

Lessa atesta, ademais, que “algumas atividades tradicionais foram (seriam) reforçadas: foi anunciada a ampliação da Companhia Siderúrgica Nacional, com uma nova usina na região de Sepetiba, foi desenvolvida a pesquisa e a exploração de petróleo na Bacia de Campos e, além disso, a Companhia Vale do Rio Doce implantou a VALESUL.” (*op.cit*)

Contudo, entre as inversões industriais programadas, somente a consolidação da atividade petrolífera na Bacia de Campos alcançou resultados próximos aos almejados.

Vale sublinhar que a CSN II, que se instalaria em Itaguaí, não se materializou e o programa nuclear brasileiro tornou-se exemplo mais pelos seus equívocos que pelos seus êxitos.

Dessa forma, durante a década, a indústria de transformação fluminense não conseguiu sustentar sua taxa de participação na produção brasileira, não conseguindo internalizar parcela da participação perdida para a economia paulista. Na segunda metade da década, a indústria do Rio de Janeiro sofreu a segunda maior redução relativa do país (cerca de 4,6%) e, à exceção de um único gênero (Material de Transportes, notadamente construção naval), todos os demais sofreram perdas de participação, com especial destaque para os produtores de bens intermediários.

Vale assinalar que, não obstante a indústria fluminense continuar seu caminho de declínio relativo no VTI nacional, nos anos finais da década de 1970 a atividade petrolífera começou a ganhar maior importância na produção regional, iniciando o caminho que culminaria, como veremos, em transformá-la no principal sustentáculo da renda industrial fluminense no fim do século XX.

A análise até aqui empreendida nos permite uma noção acerca da dinâmica industrial fluminense, deixando clara sua trajetória de perda de importância na produção nacional. No entanto, a observação das participações relativas por si só não proporciona um entendimento mais completo e preciso sobre a evolução industrial, tendo em vista que não demonstra em quais setores o crescimento da produção foi mais (ou menos) significativo ou mesmo inexistente. Quando mostramos que todos os setores da indústria de transformação fluminense apresentaram perdas de participação relativa no VTI nacional, não podemos afirmar que tenham sofrido perdas reais de produção, tendo em vista o caráter relativo que elas podem apresentar.

Feita esta consideração, seria extremamente importante, para a perfeita compreensão da natureza do esvaziamento industrial fluminense, que pudéssemos identificar em quais dos 21 ramos industriais houve redução real do VTI, ou seja, verificarmos em quais ramos o esvaziamento não foi apenas relativo. Este esforço esbarra, em alguns casos, na inexistência de indicadores setoriais (deflatores implícitos), que permitam a correção dos valores correntes expressos nos diversos censos industriais.

Apesar de tal limitação, conseguimos calcular os índices de crescimento industrial do ERJ, do ESP da porção Brasil *exclusive* São Paulo e Rio de Janeiro, com base no VTI, para alguns ramos industriais, entre 1939 e 1980. Com os deflatores específicos, pudemos calcular as taxas de expansão de alguns setores nos intervalos 1939-49 e 1949-70. Para a década de 1970, o cálculo foi realizado com o deflator geral da indústria de transformação brasileira.

No intervalo 1939-49, a indústria de transformação fluminense apresentou crescimento anual médio de 3%, enquanto os percentuais nacional e paulista atingiram, respectivamente, 6% e 8% anuais. Cabe destacar que importantes investimentos industriais foram implantados, na região do Rio de Janeiro, neste período, com especial destaque para unidades das chamada indústria de base nacional, tendo como o principal símbolo a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

Como pode ser visto na tabela 2.12, entre os setores analisados, somente Madeira (inclui mobiliário) apresentou redução real (-14,3) em seu VTI durante o período, mostrando que sua perda de participação no VTI nacional (17,6% para 15,1%) não teve caráter relativo. Entre os demais gêneros industriais, destacamos que Minerais não-metálicos, Metalurgia, Mecânica, Couros e Peles e Têxtil apresentaram expansão acumulada acima das respectivas médias nacionais. Vestuário e Calçados e Editorial e Gráfica apresentaram crescimento bem próximo ao nacional, enquanto os demais setores, não obstante suas significativas taxas, cresceram de maneira mais distanciada em relação ao país.

Tabela 2.12 – Crescimento Acumulado da indústria fluminense entre 1939 e 1949

Gênero	Variação %		% RJ/BR	
	RJ	BR	1939	1949
Extrativa Mineral	-37,0	102,4	15,5	4,6
minerais não-metálicos	165,6	125,4	32,8	38,7
Metalurgia	237,3	157,1	19,8	25,9
Mecânica	137,3	112,0	16,6	18,6
Madeira	-14,3	112,0	17,6	15,1
Couros, Peles e similares	120,2	91,7	13,1	15,1
Química	101,1	179,9	40,4	29,0
Têxtil	153,4	91,7	19,1	25,2
Vestuário, Calçados e etc	97,9	112,0	28,3	31,6
Produtos Alimentares	73,7	112,8	24,9	20,3
Bebidas	62,6	86,8	33,0	28,7
Editorial e Gráfica	81,7	84,6	41,3	40,7

Fonte: IBGE (censos industriais de 1940 e 1950)

Obs.1: * Mecânica inclui Material de Transportes e Material Elétrico. ** Madeira inclui Mobiliário *** Química inclui Farmácia, Perfumaria, Sabões e Velas e Matérias Plásticas.

Obs.2: Para Mecânica, Madeira e Vestuário utilizamos o deflator geral da indústria de transformação, para os demais setores fizemos uso dos deflatores setoriais específicos.

Sobre o intervalo 1949-70, cabe assinalar, a princípio, que a expansão acumulada da indústria brasileira foi de 431,7%, percentual acima do fluminense (304,4%) e aquém do paulista (532,6%). Setorialmente, os ramos da indústria fluminense que apresentaram expansão acumulada acima das respectivas médias setoriais foram Alimentação (177%) e Bebidas (446,6%). Salienta-se que o crescimento de sua indústria têxtil (82,9%) foi pouco abaixo do nacional (84,3%), se distanciando um pouco mais do paulista (105,5%).⁴⁶ (Tabela 2.13)

⁴⁶ Não obstante este setor apresentar crescimento próximo à média nacional, no período 1959-70, sofreu perdas reais em seu VTI.

Tabela 2.13 - Crescimento real acumulado por setor: 1949-70 (em %)

Setor/Região	RJ	SP	BR – (RJ+SP)	Brasil
Transformação	304,4	532,6	356,2	431,7
Minerais não-metálicos	151,7	377,8	635,9	386,8
Metalurgia	392,5	677,4	783,0	629,5
Papel e Papelão	248,3	449,5	281,0	369,3
Borracha	324,5	613,5	1135,3	614,5
Química	1856,8	1856,6	15341,8	2344,0
Têxtil	82,9	105,5	49,2	84,3
Produtos Alimentares	177,0	301,0	179,6	122,1
Bebidas	446,6	162,2	94,7	157,4

Fonte: IBGE (censos industriais de 1950 e 1970)

Por outro lado, os setores que apresentaram expansão acumulada bem abaixo do nacional foram Minerais não-metálicos (151,7%), Metalurgia (392,5%) e Borracha (324,5%). Destaca-se que o crescimento da indústria Química regional (1856%) não foi suficiente para romper com o esvaziamento relativo, em função da média nacional (2344%).⁴⁷

Cabe chamar atenção, para a melhor compreensão da dinâmica industrial no período, para as taxas de expansão entre 1949-59 e 1959-70. Entre 1949 e 1959, somente três setores apresentaram expansão acumulada acima da nacional: Metalurgia (252,4%), Têxtil (85,5%) e Bebidas (385,6%). Vale apontar que a taxa do setor de Papel e Papelão (98,8%) se manteve próxima à brasileira (103,2%). Por outro lado, tivemos perdas reais no setor de Couros e Peles (-55,9) e crescimento bem distante da média do país em Minerais não-metálicos (70,6%), Borracha (57,5%) e Química (176,5%). (Anexo 9)

No período 1959-70, os setores que apresentaram baixo crescimento em relação à média nacional foram: Têxtil (-1,4%), Minerais não-metálicos (47,5%), Metalurgia (39,8%), Papel e Papelão (75,2%) e Bebidas (24%). Por outro lado, as taxas que ultrapassaram o acumulado nacional foram observadas nos setores de Mecânica (188,3%), Material de Transportes (390,1%) e Química (607,8%). (Anexo 10)

⁴⁷ Adverte-se que o fantástico crescimento desta indústria na porção Brasil *exclusive* RJ e SP deve-se a expansão desta atividade em região com base comparativa baixa.

Entre 1970 e 1980, o índice de crescimento real acumulado da indústria de transformação brasileira ficou em torno de 135,9%. Tanto a economia paulista (106,2%), quanto a fluminense (51,9%) apresentaram expansão aquém do percentual nacional. Vale lembrar que nesta década, teve início o processo de desconcentração produtiva que buscou aumentar a importância relativa da periferia nacional no que concerne à produção manufatureira brasileira.⁴⁸ (Tabela 2.14)

Nesta década, a situação da indústria regional tornou-se mais complicada, tendo em vista que 6 entre seus 21 setores apresentaram reduções em seu VTI ou crescimento próximo de zero - Madeira (16,1%), Perfumaria (-10,1%) e Bebidas (-31,3%), Borracha (27,3%), Farmácia (0,9%), Têxtil (4,3%) e Alimentação (12,7%). Somente um ramo apresentou crescimento igual à média nacional - Matérias Plásticas (135%) - , enquanto dois cresceram acima da média nacional: Material de Transportes (148,7%) e Vestuário e Calçados (155,2%).

⁴⁸ O alvo da desconcentração produtiva era o estado de São Paulo que em 1970, abrigava 58,1% do VTI nacional. Mas como visto, parece que esse processo atingiu a economia fluminense, considerando-se que sua expansão foi percentualmente inferior à paulista.

Tabela 2.14 – Crescimento Industrial Regional entre 1970-80

Setor/Região	RJ	SP	BR – (RJ+SP)
Transformação	51,9	106,2	251,7
Minerais não-metálicos	69,9	77,1	212,6
Metalurgia	56,9	129,0	198,3
Mecânica	97,3	212,9	467,9
Mat. El. E Comunicações	85,4	116,7	1129,0
Mat. Transporte	148,7	79,9	543,5
Madeira	-16,1	148,2	155,2
Mobiliário	-9,4	56,2	240,6
Papel e Papelão	72,2	117,1	309,4
Borracha	27,3	30,2	251,6
Couros, Peles e similares	nd	nd	nd
Química	42,1	229,8	475,8
Produtos farmacêuticos	0,9	6,9	205,2
Perfumaria, Sabões e Velas	-10,1	28,2	302,4
Prod. Matérias Plásticas	135,0	154,0	404,8
Têxtil	4,3	33,9	136,0
Vestuário e Calçados	155,2	142,7	463,0
Produtos Alimentares	12,7	50,1	177,7
Bebidas	-31,3	-6,7	127,6
Fumo	nd	nd	nd
Editorial e Gráfica	52,8	51,1	106,6
Diversas	123,3	127,4	598,1

Fonte: IBGE (censos industriais de 1970 e 1980)

A tabela 2.15 resume as informações anteriormente assinaladas, classificando o desempenho setorial da indústria fluminense conforme o distanciamento de suas taxas de crescimento em relação à média nacional. Inicialmente apresentamos a classificação para os intervalos 1939-49, 1949-70 e 1970-80, então, posteriormente, para os períodos 1949-59 e 1959-70.

Tabela 2.15 – Classificação da Indústria fluminense, conforme o crescimento do VTI: 1949-70 e 1970-80 (continua)

Período	Crescimento negativo ou próximo de zero	Crescimento abaixo da média nacional	Crescimento igual ou próximo à média nacional	Crescimento acima da média nacional	Crescimento bem acima da média nacional
1939-49	Madeira	Química Vest. e Calçados Alimentação Bebidas	Editorial e Gráfica	Mecânica Couros e Peles	Min. Não-metal. Metalurgia Têxtil
1949-70	-----	Min. não-metálicos Metalurgia Papel e Papelão Borracha Química Alimentação	Têxtil	-----	Bebidas
1970-80	Madeira Mobiliário Farmácia Perfumaria Têxtil Bebidas	Min. não-metálicos Metalurgia Mecânica M. Elet/Comunic. Papel e Papelão Borracha Química Alimentação Editorial e Gráfica	Matérias Plásticas Diversas	M. Transportes Vest. e Calçados	-----

Tabela 2.15 – Classificação da Indústria fluminense, conforme o crescimento do VTI: 1949-70 e 1970-80. (conclusão)

Período	Crescimento negativo ou próximo de zero	Crescimento abaixo da média nacional	Crescimento igual ou próximo à média nacional	Crescimento acima da média nacional	Crescimento bem acima da média nacional
1949-59	Couros e Peles	Min. não-metálicos Borracha Química Alimentação	Papel e Papelão	-----	Metalurgia Têxtil Bebidas
1959-70	Têxtil	Min. não-metálicos Metalurgia M. El. e Com. Papel e Papelão Borracha Alimentação Bebidas	-----	Mecânica	Mat. Transportes Química

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados dos Censos Industriais - IBGE (1940,50,60,70,80)

2.4 – Os Serviços e o Esvaziamento Econômico entre 1930 e 1980

Neste tópico, analisaremos a evolução do setor terciário fluminense durante o intervalo 1930-80. Através das transformações observadas em seus principais ramos, procuraremos compreender seu papel no esvaziamento relativo da economia regional.

Mostramos, linhas atrás, que de modo similar aos demais setores econômicos da região, o terciário sofreu processo de perdas de participação relativa na renda nacional. Relembrando, destacamos que a participação fluminense na renda terciária brasileira, entre 1939 e 1980, declinou de aproximadamente 28% para 18%. A taxa média de crescimento setorial da região foi de 5,8% a.a, abaixo das médias brasileira (6,8% a.a), paulista (7% a.a) e do conjunto formado pelas demais economias estaduais do país (7,2% a.a).

Não obstante expandir-se em ritmo menos intenso que à média nacional, o crescimento do terciário fluminense, no tocante à alocação da população ocupada no mercado de trabalho regional, foi mais significativa, tendo em vista que de 1940 a 1980, o número de pessoas alocadas em atividades terciárias no Rio cresceu cerca de 210%, contra crescimento nacional de aproximadamente 150%.

Esse processo de esvaziamento relativo do terciário regional se tornou praticamente inexorável em razão da acelerada expansão urbana observada nas demais economias regionais do país. Vale assinalar que no período 1956-80, quando houve a aceleração da urbanização do país, o crescimento terciário fluminense (6,4% a.a) foi bem acima do registrado entre 1939-56 (4,9% a.a), contudo incapaz de alterar a trajetória de perdas relativas.

Assim, a expansão sofrida pela economia urbana brasileira ao longo do século XX, notadamente no período posterior a 1930, implicaria, em alguma medida, em ‘desconcentração’ terciária pelo território nacional. Sabendo-se que grande parcela dos serviços do país concentrava-se no Rio de Janeiro (especialmente falando da cidade), torna-se evidente que quase impossível seria à região manter sua participação relativa no conjunto nacional.

Devemos enfatizar que isto não significa que o esvaziamento relativo seja resultante *somente* da expansão urbano-terciária das demais economias estaduais pelo território

brasileiro. Boa parte desse esvaziamento se explica por questões inerentes à própria economia fluminense, não possuindo maiores relações com seu exterior. A expansão observada fora de seus limites institucionais apenas contribuiu para a velocidade de suas perdas relativas.

Podemos afirmar que a percepção do esvaziamento terciário foi mais recente que a do industrial-agrícola. Isto ocorreu em função do vigor expansivo das atividades urbanas nas décadas iniciais do século na economia fluminense, especialmente no espaço carioca. A partir dos anos 1930, quando as taxas de expansão dos mais importantes ramos de serviços (comércio interno, transportes e comunicações, intermediação financeira e administração pública) passam a não conseguir acompanhar a média do país e, muito especialmente, a de São Paulo, é que este processo se tornou mais evidente.

Como visto, entre 1939 e 1980, o terciário fluminense perdeu participação relativa em seus principais ramos. (Tabela 2.16) Os percentuais referentes ao Comércio (interno) e aos Transportes e Comunicações foram praticamente reduzidas à metade, ao passo que as referentes ao setor Financeiro e ao de Administração Pública se reduziram de 38% para 23% e de 35% para 21%, respectivamente.

Tabela 2.16 – Participação do ERJ na Renda Terciária Nacional por Ramos Seleccionados

Setores/Ano	1939	1949	1959	1970	1975	1980
Total dos Serviços	0,28	0,27	0,24	0,21	0,2	0,18
Comércio Interno	0,26	0,21	0,16	0,15	0,16	0,13
Transp. e Comun.	0,27	0,27	0,27	0,19	0,17	0,14
Inter. Financeira	0,38	0,28	0,26	0,25	0,26	0,23
Adm. Pública	0,35	0,42	0,37	0,27	0,24	0,21

Fonte: IBGE (Contas Nacionais)

Sabemos que o Rio de Janeiro teve posição central e de vanguarda no que se refere à constituição-diversificação do comércio interno brasileiro. Desde a chegada da corte lusitana, a atividade mercantil ganhou posição de destaque na economia regional. O crescimento econômico paulista, a partir de fins do século XIX, teve como uma de suas principais marcas a

formação de uma forte e diversificada economia urbana que tinha no setor comércio um de seus expoentes.

Iniciada a industrialização, foi se acelerando a urbanização em todo o território nacional, embora seu ritmo expansivo tenha sido regionalmente diferenciado. Por exemplo, em São Paulo, a taxa média de crescimento do setor foi de 5,5% a.a, entre 1939 e 1980. No Rio, por sua vez, essa taxa alcançou os 4,7%, enquanto a média nacional situou-se ao redor dos 5,6% a.a e a do conjunto Brasil exclusive RJ *mais* SP foi de 5,9% a.a.⁴⁹

Entre 1939-56, o comércio fluminense cresceu cerca de 3,2% a.a, média praticamente idêntica da paulista (3,1% a.a) e abaixo da nacional (3,5%) e das ‘demais regiões em conjunto’ (10,5% a.a). A partir do Plano de Metas, acelerou-se a industrialização e urbanização nacionais, expandindo-se as atividades citadinas, entre as quais o comércio. Entre 1956 e 1980, o crescimento médio anual fluminense foi mais vigoroso (5,8% a.a), embora tenha se distanciando, em considerável escala, da taxa paulista (7,2% a.a) e da nacional (7% a.a). O percentual referente ao conjunto Brasil exclusive RJ *mais* SP foi similar à média nacional.

Essas taxas apontam que, a partir da etapa pesada da industrialização nacional e, conseqüentemente, da aceleração da urbanização, o comércio fluminense, não obstante apresentar considerável crescimento se distanciou, no que se refere ao ritmo expansivo, das economias paulista e nacional, acentuando o processo de esvaziamento relativo.

A participação setorial na renda interna do Rio de Janeiro apresentou trajetória oscilatória ao longo do período 1939-80. Seu ponto de máximo foi registrado em 1949, quando representava cerca de 20% do produto interno estadual. Em 1980, respondia por 15%, sendo, ainda, a participação mais expressiva do terciário estadual. (Tabela 2.17)

⁴⁹ Ver anexo 17.

Tabela 2.17 – Participação do Terciário na Renda do Rio de Janeiro

Setores/Ano	1939	1949	1959	1970	1975	1980
Total de Serviços	0,69	0,70	0,72	0,7	0,72	0,66
Comércio	0,19	0,20	0,14	0,16	0,19	0,15
Transp. e Comum.	0,08	0,09	0,09	0,05	0,05	0,04
Int. Financeira	0,09	0,06	0,09	0,1	0,13	0,13
Adm. Pública	0,11	0,16	0,18	0,16	0,13	0,1
Outros Serviços	0,3	0,28	0,3	0,28	0,27	0,29

Fonte: IBGE (contas nacionais)

As atividades de comércio representavam, em 1940, 5,4% da população ocupada de mais de 10 anos fluminense (170 mil pessoas), percentual que atingiu os 11,3% em 1980 (830 mil pessoas). Em nível nacional esses valores subiram, respectivamente, de 2,6% para 9,3% ou, em termos absolutos, de 750 mil para 7,2 milhões.

Dentro do comércio fluminense chama atenção que a participação das atividades referentes à comercialização de produtos alimentícios caiu de 17,9% para 7,7% entre 1940-80, enquanto os percentuais referentes ao comércio de produtos de vestuário e ambulante variam, respectivamente, de 21,3% e 18,6% para 12,4% e 17,3%.

Ainda que limitados em seus resultados, cabe destacar os percentuais referentes aos Censos dos Serviços brasileiros. (Tabela 2.18) Entre 1940 e 1960, as taxas de participação fluminense sofreram significativos decréscimos, atingindo, no momento de transferência da capital, os seguintes percentuais: número de estabelecimentos (10,8%), pessoal ocupado (16%) e receita (17,9%). Na economia de São Paulo, o sentido percorrido foi oposto, pois suas taxas subiram, respectivamente, para 22%, 28% e 34%. O conjunto das demais economias regionais do país sofreu aumento de participação no número de estabelecimentos (67,2%) e no PO (56,2%), sendo que a taxa de receita foi reduzida (48,5%). (Para SP e ‘demais regiões’ ver Anexos 11 e 12) ⁵⁰.

⁵⁰ Os valores de 1940, 1950 e 1960 se referem ao capital total investido na atividade e não a receita.

Tabela 2.18 – Participação Relativa do Comércio Fluminense no Brasil: 1940/80

Ano/ variável	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Nº Estabelecimento	0,130	0,137	0,108	0,17	0,08	0,096
Pessoal Ocupado	0,201	0,268	0,16	0,218	0,129	0,133
Receita	0,242	0,386	0,179	0,266	0,152	0,134

Fonte: Censos dos Serviços e Comércio (diversos)

Dez anos após a transferência da capital, a participação fluminense cresceu, alcançando os 26,6% da receita gerada no país. Esse movimento foi resultado de perdas relativas registradas pela ‘periferia’ nacional, pois São Paulo, também, ganhou posição no cenário nacional.⁵¹

No entanto, o Rio não conseguiu manter sua posição e, ao longo dos anos 1970, sofreu novas perdas de participação, atingido os 13,4% no que se refere à receita nacional. O comércio paulista também perdeu participação relativa: sua participação na receita caiu para 34,7%. Assim, a periferia conseguiu aumentar sua importância relativa perdida na década anterior, elevando sua participação para 52%.

As atividades de Transporte e Comunicações fluminenses apresentaram acentuada perda de participação na renda nacional - entre 1939 e 1980, seu percentual caiu de 27,3% para 14,1%. Cabe assinalar que o declínio relativo se acentuou a partir dos anos finais da década de 1950, certamente sob efeitos do Plano de Metas que promoveu expansão da malha rodoviária para diversas partes do território nacional.(ver tabela 2.16)

No que se refere à sua participação na renda estadual, a situação não foi diversa, tendo em vista que sua participação declinou de 8% para 4% neste mesmo interregno. Vale destacar que até 1960, o Rio de Janeiro era responsável por cerca de 27% da renda setorial brasileira. No entanto, uma década após a construção de Brasília, esse percentual havia se reduzido para 19,4%, atingindo cerca de 14% em 1980.

⁵¹ Ao passo que as taxas fluminenses subiam para 17% (estabelecimentos), 21,8% (PO) e 26,6% (receita) e as paulistas para 35,2%, 43,2% e 47,5%, em ordem. As taxas referentes ao restante do país decresceram para 47,8%, 35% e 26%, respectivamente.

As taxas de expansão mostram nitidamente a inflexão sofrida por este setor após o Plano de Metas. Entre 1939-56, seu crescimento em território fluminense foi de 6,1% a.a, acima do paulista (4,4% a.a) e da média do país (5,7% a.a). Entre 1956-80, a expansão setorial no Rio de Janeiro foi de 3% a.a, enquanto em São Paulo atingiu a marca dos 7%, que por sua vez fora superior à nacional (6,2% a.a).⁵²

Observando a participação fluminense na renda do setor conforme o modal de transportes, confirmamos a trajetória de esvaziamento relativo do Rio nestas atividades. (Anexo 13) No transporte por cabotagem, a importância regional manteve-se alta, não obstante, de modo similar ao acontecido em quase todos os territórios, ter apresentado consideráveis perdas de participação no período posterior a 1930.⁵³

Em 1939, os portos do Rio respondiam por 50,6% do valor transportando, por essa modalidade no país, percentual superior ao dos portos de São Paulo (30,7%). Após vinte anos, a participação fluminense foi reduzida para 41,2%, enquanto a paulista havia aumentado para 36%.

No final da década de 1970, o Rio havia conseguido recuperar parte da participação perdida, aumentando sua taxa para 50,2%. Os portos paulistas conseguiram manter sua trajetória ascendente atingindo os 41,1% em 1979.⁵⁴

Em relação à situação do transporte por cabotagem, a perda de participação fluminense no transportes por 'vias internas' foi bem mais acentuada. Em 1939, a região respondia por 43,6% da receita gerada por este modal de transportes no país, participação progressivamente reduzida nas décadas seguintes, atingindo 16,6% em 1980.⁵⁵ Salientamos que a participação paulista também foi reduzida (58,7% para 38,7%), embora tenha se mantido elevada.

⁵² Anexo 18.

⁵³ A única região que aumentou sua participação relativa neste modal de transportes foi a amazônica.

⁵⁴ No que se refere à tonelagem movimentada, destacamos que houve um certo equilíbrio entre as taxas de crescimento do Porto do Rio (cidade) e o de Santos, entre 1930 e 1979. Em 1930, o Porto carioca respondeu por 26% do total de cargas movimentado pelos portos do país, contra taxa de 23% do porto santista. Em 1979, as taxas eram, respectivamente, de 37,3% e 37,6%. Destaca-se, ademais, que entre 1911 e 1920, o Porto de Santos respondia por 16,4% da tonelagem total movimentada nos portos brasileiros, contra o percentual de 25,6 (em 1911) e 32,9% (em 1920) alcançado pelo Porto do Rio de Janeiro.

⁵⁵ Em 1979 os percentuais correspondem às receitas das empresas rodoviárias.

A situação referente ao setor Administração Pública não foi diversa da enfrentada pelo Comércio e Transportes. Houve progressiva perda de participação relativa na correlata renda nacional. Discorremos páginas atrás acerca do papel e da importância da figura ‘governo’ para a economia fluminense. Vimos que através do gasto público, este setor se tornou um dos sustentáculos da dinâmica econômica regional, exercendo, inclusive, a função de componente ‘autônoma’ de sua renda.

Não é complicado perceber que a transferência da capital impactou, em alguma medida, o movimento de acumulação capitalista estadual. Já assinalamos a inexistência, talvez pela carência de dados, de trabalhos que abordem mais profundamente os efeitos resultantes da perda da ‘capitalidade’. Genericamente, podemos apontar que estes se circunscrevem à esfera do gasto público e da massa salarial que não mais se realizaria na economia urbana regional.

Ainda que restritamente, os percentuais referentes à participação setorial na renda interna estadual nos oferecem uma noção desse impacto: entre 1960 e 1980, a importância desse setor para o PIB estadual foi reduzida de 18,2% para 11,4%.⁵⁶

Vale destacar que de 1939 até a transferência da capital (1960), o produto ‘governo’ fluminense expandiu-se 7,6% ao ano. Esse mesmo produto, em território paulista, expandiu-se 6,8% a.a, enquanto a média nacional e a conjunto das demais economias regionais atingiram, em ordem, 6,0% e 4,7% anuais. No intervalo 1960-80, a taxa de expansão setorial fluminense foi de 5,5% a.a, inferior à paulista (8,1% a.a), à nacional (7,8% a.a) e das demais economias regionais (9,4% a.a). (Tabela 2.19)

⁵⁶ Vale destacar que alguns setores sentiram, imediatamente, os impactos referentes à transferência da capital; caso dos serviços de alojamento e alimentação, que tiveram sua taxa de participação na renda terciária regional reduzida de 42% para 22% entre 1960 e 1980. A taxa de participação dos chamados serviços pessoais caiu de 11% para 2%, enquanto a dos serviços mercantis saltava de 28% para 25%. (Censo dos Serviços, vários anos)

Tabela 2.19 - Taxas de crescimento do PIB Administração Pública (em % a.a)

Região	Rio de Janeiro	São Paulo	Brasil	BR – (RJ+SP)
1939-60	7,6	6,8	6,1	4,8
1960-80	5,0	8,1	7,8	9,4
1939-80	6,4	7,5	6,9	7,0

Fonte: IPEADATA (2004)

É preciso anotar que as participações estaduais declinaram com maior vigor a partir dos anos 1950. (Tabela 2.17) O censo de 1959, indica que o Rio respondia por cerca de 37% da renda governo do país no momento da transferência da capital para o Planalto Central, percentual já inferior ao obtido no decênio anterior (algo em torno de 42%). Em fins da década de 1970, a participação estadual havia atingido aproximadamente 21%.

Outro dado que aponta o enfraquecimento relativo do setor na economia fluminense é a razão obtida entre a renda ‘administração pública’ e renda ‘produção física’ (soma entre a produção primária e secundária). Entre 1939 e 1959, momento em que a região foi beneficiária de importantes investimentos industriais, a razão em destaque subiu de 0,37 para 0,65, mostrando que a renda governo se expandiu em velocidade superior à produção estadual. (Anexo 14)

Entre 1959 e 1980, essa razão declinou acentuadamente, atingindo 0,29 no fim do período. Sabendo-se que o denominador em questão (agricultura e indústria) não sofreu nenhuma expansão notável, durante esse intervalo, temos a indicação de que ocorreu uma redução relativa de bom termo na taxa de expansão da renda governo estadual.

Chamamos atenção para o fato de que ocorreu forte e acelerada convergência entre os valores referentes aos produtos governo *per capita* fluminense e nacional (exclusive Rio de Janeiro) entre 1940-80. Na década de 1940, embora sua taxa de crescimento demográfico tenha sido superior à nacional, o Rio conseguiu aumentar a distância entre seu produto governo *per capita* e o referente nacional: em 1950 o produto fluminense era 6,5 vezes maior que o do restante do país.

Durante os 1950's, o crescimento do produto fluminense foi inferior à média nacional, resultando em maior convergência entre seus valores: no momento da transferência da capital, o produto fluminense era 5,3 vezes maior que o nacional. Em 1970, a distância relativa havia já era de 3,4 vezes, caindo para 2,6 vezes em 1980.

Um dos pontos de destaque nas análises sobre as 'perdas' fluminenses com a transferência da capital é a questão do emprego. Vale assinalar que são escassos os trabalhos que analisam a participação do funcionalismo público nos mercados de trabalho regionais no período 1930-80. O Censo dos Servidores Públicos da União, realizado em fins da década de 1950, mostra que a região fluminense respondia, em 1958, por 45% do total do efetivo da União, que girava em torno de 246.600 empregados.⁵⁷ (Anuário Estatístico do Brasil 1960)

Pelos valores apresentados nos diversos Censos Demográficos do Brasil realizados entre 1940 e 1980, vemos que entre neste período, o número de pessoas ocupadas em atividades referentes à administração pública no Rio de Janeiro cresceu, acumuladamente, 130%, enquanto no país a expansão registrada foi de 630%. No intervalo 1960-80, o crescimento brasileiro foi de 375%, bem acima do alcançado pelo Rio de Janeiro (120%).

No que se refere à PO regional, o setor respondia por 6% do total geral (em 1980), substancialmente acima do percentual nacional (2,6%). Quando acrescentamos a estes números os percentuais referentes às atividades de Ensino Público e Defesa e Segurança Nacional, a participação alusiva ao Rio salta para 14,4% (em 1980), ao passo que o nacional era de 7,8%.⁵⁸

Concluindo a questão da transferência da capital federal, é preciso destacar que a posição fiscal carioca era extremamente confortável até 1975, ano da fusão, pois, como já assinalado, sua peculiar situação (cidade-estado) implicava em dupla tributação. Cabe destacar que a mudança da capital federal já estava prevista na constituição promulgada em 1891, em

⁵⁷ Sendo que 40,7% estavam na cidade do Rio de Janeiro.

⁵⁸ Em 1960, esses percentuais eram, respectivamente, de 6,2% e 2,2%.

seus artigos 2º e 3º, e ali já se determinava que a cidade do Rio de Janeiro deveria ser elevada à condição de estado da federação.⁵⁹

Assim, como município, à cidade do Rio de Janeiro era permitido instituir impostos sobre propriedade predial e territorial urbana, serviços de qualquer natureza não compreendidos na natureza tributária da União e outros estabelecidos na forma da lei. Ademais, a cidade, enquanto estado da Guanabara, usufruía a tributação inerente aos estados, relacionada no artigo 23 da Constituição Federal de 1967. Mais: a Guanabara recebia recursos referentes ao Fundo de Participação dos Municípios e ao Fundo de Participação dos Estados.

Sobre a singular posição fiscal guanabarina, Lessa (2000:259) destaca que Carlos Lacerda (o primeiro governador eleito da Guanabara) ‘dispôs de excepcional receita tributária’. O autor salienta que este governador administrou com competência o antigo Imposto de Vendas e Consignações (IVC) que era responsável por $\frac{3}{4}$ da receita estadual. Segunda Lessa, “nesta época a Guanabara arrecadava 2,7 vezes a receita de Minas Gerais e investia aproximadamente $\frac{1}{4}$ da receita fiscal própria.”

Vale destacar que o processo de fusão impactou, em termos tributários, a economia carioca e não a estadual como um todo, pois a arrecadação que a cidade recebia como estado passou a ser recebida por uma esfera maior que não tinha a obrigatoriedade de realizá-la na capital.

Como aponta Lessa: (...) O processo de fusão restringiu o Rio (cidade) aos reduzidos impostos puramente municipais, provocando uma forte diminuição da capacidade da administração local em investir. O novo estado do Rio de Janeiro, naturalmente, deslocou suas prioridades para os demais municípios da RMRJ e para o interior do estado. A simples integração das administrações e subsequente equalização salarial redistribuiu renda a favor do antigo estado do Rio: pro exemplo, o médico fluminense ganhava $\frac{1}{4}$ do salário de um carioca; o professor, a metade.” (*op. cit.*:359)

⁵⁹ Art. 2º Cada uma das antigas províncias formará um estado, e o antigo município neutro constituirá o Distrito Federal, continuando a ser a capital da União, enquanto não se der execução ao disposto no artigo seguinte.
Art. 3º Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura capital federal.
§ único – Efetuada a mudança da capital, o atual distrito federal passará a constituir um estado.

Uma das mais conhecidas dimensões do esvaziamento econômico fluminense é a financeira. Como sabido, o Rio foi a primeira grande praça financeira do país. No século XIX, sediava a maioria das instituições financeiras nacionais e estrangeiras em atividade no país. De modo geral, a região conseguiu manter sua posição de liderança durante as três primeiras décadas do século XX, muito em função das sedes dos principais bancos públicos do país, no entanto, no período 1930-80, a região perdeu essa posição para a economia paulista.

O arrefecimento da dinâmica do setor financeiro fluminense esteve assente em dois pilares principais. O primeiro, diz respeito à perda de dinâmica da economia estadual *vis-à-vis* a acelerada expansão da economia paulista. À medida que São Paulo se consolidou como centro econômico do país, tornou-se, progressivamente, mais atraente ao capital financeiro.

O segundo pilar seria a perda da capital federal. Como dito, a manutenção da posição central do Rio, no tocante ao setor financeiro nacional, se justificava pela presença do comando administrativo federal e, principalmente, pelas sedes dos principais bancos públicos do país. No instante que a ‘capitalidade’ é perdida, ocorreu a transferência do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal para outro espaço, muito pouco restando, assim, para justificar a presença do capital financeiro privado na praça carioca.

A participação fluminense na renda financeira nacional declinou de 38% para 28%, entre 1939 e 1980. A participação setorial na renda estadual caiu para 6,8%, em 1979, após ter atingido 9,5% em 1959. Entre 1939 e 1960, a expansão acumulada do PIB financeiro fluminense ficou em 165%, ao passo que em São Paulo essa taxa atingiu os 325%. Durante os vinte anos posteriores à transferência da capital federal, o crescimento do Rio de Janeiro foi de 390%, enquanto a expansão em território paulista foi de 560%.⁶⁰ (Tabela 2.12)

Em 1939, a região fluminense abrigava 33% das matrizes das instituições financeiras em atuação no país, superando a marca paulista (25%).(IBGE, Anuário Estatístico do Brasil:

⁶⁰ Vale destacar que a participação da PO fluminense ocupada em atividades bancárias em sua congênera nacional caiu de 27,7% para 24,7% entre 1940-60. Deste último ano a 1980, a participação estadual foi reduzida para 15,5%. (Anexo 15)

1939/40). No entanto, três décadas depois, esses percentuais foram para 18% e 34%, respectivamente.⁶¹

Infelizmente não tivemos acesso a registros sobre o quantitativo de sedes das instituições financeiras por unidade da federação para a década de 1970. Contudo, segundo levantamento feito pelo jornal Gazeta Mercantil, em 1980, das 50 maiores instituições (privadas e públicas) existentes no país, 8 estavam no Rio, enquanto 21 se localizavam em São Paulo.

Outro dado que aponta a perda de importância relativa do setor financeiro fluminense é o montante dos depósitos. Sua participação no total dos depósitos à vista do país foi reduzida progressivamente, caindo de 43% para 21% entre 1939 e 1976. No que diz respeito aos depósitos a prazo, a trajetória foi idêntica: percentual reduzido de 27% para 16%.⁶² (Tabela 2.20)

Tabela 2.20 – Participação nos Depósitos Bancários Realizados no Brasil : 1939-76

Ano	RJ			SP		
	à vista	a prazo	total	à vista	a prazo	total
1939	0,43	0,27	0,39	0,34	0,35	0,34
1949	0,4	0,3	0,37	0,33	0,39	0,34
1959	0,39	0,22	0,38	0,35	0,42	0,36
1969	0,22	0,08	0,21	0,42	0,19	0,4
1976	0,21	0,16	0,21	0,33	0,36	0,33

Fonte: IBGE (Anuário Estatístico do Brasil, vários anos)

⁶¹ Em número de filias dessas instituições, nesse período, tanto a participação paulista, como a fluminense, aumentaram no período e em relação ao total de unidades São Paulo apresentou um acréscimo considerável (29% para 36%), enquanto o Rio perdia participação (16% para 14%).

⁶² Dois apontamentos: 1) Não obstante a perda de participação ser anterior a transferência da capital, houve o aceleração no ritmo da trajetória a partir da década de 1960, o que se explica pela transferência da sede do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. 2) A participação paulista nos depósitos, por outro lado, manteve-se praticamente inalterada, em torno de 34%, pelo período.

A movimentação do mercado acionário mostra que, entre 1940 e 1979, a participação da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro no valor das operações realizadas no mercado bursátil do país, apresentou trajetória declinante e oscilatória. (Tabela 2.21) A participação da BOVERJ no valor das operações realizadas no país declinou, entre 1940 e 1979, de 62% para 43%, enquanto a participação referente à Bolsa de São Paulo tenha subido de 35% para 57%.

Tabela 2.21 – Participação no Mercado Acionário Brasileiro – RJ e SP - 1940-79

Bolsa	1940	1945	1949	1959	1969	1974	1979
RJ	0,62	0,54	0,28	0,33	0,58	0,47	0,43
SP	0,35	0,43	0,69	0,63	0,4	0,52	0,57
BR	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

Fonte: IBGE (Anuário Estatístico do Brasil, vários anos).

Concluindo, assinalamos sumariamente, algumas considerações acerca de outras atividades terciárias de importância para a economia e o emprego fluminenses. Chamamos atenção, inicialmente, para a expansão anual média da renda “Aluguéis” entre 1939 e 1980. No Rio de Janeiro a taxa registrada foi de 6,5%, ou seja, inferior às obtidas por São Paulo (8,7%) e pelo país (8,6%).⁶³ Assim, a participação fluminense, neste produto, caiu de 37,7% para 16,9%, ao passo que a paulista subiu de 34,3% para 35,8%.⁶⁴

No que se refere às atividades domésticas remuneradas, sublinhamos que entre 1940 e 1980, o número de pessoas ocupadas cresceu cerca de 250% (acumulados) no território fluminense; expansão percentualmente inferior à nacional (340%). Contudo, no Rio, essas atividades respondiam a 8,6% (cerca de 380 mil pessoas) da PO em 1980, contra taxa de 5,8% no país. (Anexo 15)

⁶³ Entre 1960 e 1980, as taxas regionais foram, também em ordem, de 10,3%, 12,7% e 13,9%.

⁶⁴ Em 1960 a participação fluminense era de 32%. Em 1970, já havia atingido os 20,3%.

3 – A Evolução da Economia Fluminense nas Últimas Décadas do Século XX

Neste capítulo, analisaremos a evolução da economia fluminense durante as décadas de 1980 e 1990, apresentando indicadores que demonstrem sua trajetória *vis-à-vis* a nacional e concedendo ênfase às principais transformações observadas nas estruturas produtiva e terciária regional.

As décadas em questão representaram a ruptura do padrão de desenvolvimento e modernização da economia brasileira estabelecido desde a década de 1930. Fazendo uso das idéias de Celso Furtado, podemos afirmar que a construção de uma nação brasileira moderna e desenvolvida foi interrompida neste período.⁶⁵ A década de 1980 foi marcada pelo recrudescimento inflacionário, desequilíbrios externos e baixo crescimento da renda nacional. A de 1990, não obstante o relativo sucesso no que diz respeito à estabilização monetária, não conseguiu reconduzir o país à expansão sustentada, ademais trazer novos problemas à agenda econômico-social, notadamente, o desemprego, baixo investimento e crescente endividamento interno e externo.

Necessário destacar que neste período, a economia brasileira foi atingida pelos diversos efeitos oriundos de sua inserção na nova ordem mundial. A globalização e a aceitação das premissas do Consenso de Washington resultaram em mudanças substanciais no que concerne à organização produtiva e à política macroeconômica nacionais.

No que se refere ao desenvolvimento regional, destacamos como principais alterações: a inflexão do processo de desconcentração produtiva, a agonia da política de desenvolvimento regional, o fortalecimento das concepções localistas e o surgimento de novos arranjos produtivos e organizacionais, resultantes diretos, não só da política econômica, como também do advento tecnológico.

Em relação à economia fluminense, as alterações de maior vulto são aquelas ligadas ao crescimento da indústria petrolífera e ao desempenho decepcionante da produção manufatureira. Veremos, neste capítulo, que a economia estadual passou por forte crise

⁶⁵ Celso Furtado: *Brasil – a Construção Interrompida*. Editora Paz e Terra, São Paulo, SP. 2ª Edição, 1992.

durante os anos 1980 que chegou a transformar o caráter de seu ‘esvaziamento’ de relativo para real, em praticamente todos os setores.

Assinala-se que esta crise adquiriu múltiplas dimensões, alcançando diversas esferas da vida societária regional. A ruptura do padrão expansivo da economia nacional, associada à contração da massa salarial e ao binômio gasto-investimento público, contribuiu diretamente no que se convencionou chamar *Rio de todas as crises*.

Na última década do século, especialmente a partir de seus meados, a economia estadual passou a emitir alguns sinais de recuperação, ganhando, inclusive, participação relativa no conjunto nacional. Este fato passou a suscitar a idéia de que o Rio de Janeiro estaria passando por inflexão positiva em sua trajetória de perdas de participação no PIB brasileiro.

Essa dinâmica, como mostraremos, foi fruto da expansão vivida pela indústria extrativa mineral. Esta expansão possibilitou à economia estadual recuperar parte da participação relativa que havia perdido. É indubitável que a região vem sofrendo uma inflexão positiva em sua trajetória de perdas de participação na renda do país, porém, nossa análise pretende mostrar que isto está profundamente calcado na dinâmica expansiva de um único setor, merecendo, dessa forma, cautela quanto à sua capacidade multiplicadora e/ou indutora.

Finalizando, este capítulo está dividido em duas partes, além da introdução. Na primeira, analisaremos o movimento desta economia durante os anos 1980, apresentando dados que demonstrem a natureza diferenciada da trajetória de esvaziamento econômico vivido pela região, quando comparada com a observada no período 1930-79, ou seja, mostraremos que o processo de esvaziamento relativo dá lugar a uma crise que culmina em ‘esvaziamento real’ da economia estadual em vários setores.

Na segunda etapa, nosso esforço estará centrado sobre as mais importantes transformações observadas na estrutura produtivo-terciária regional durante a década de 1990. Enfatizaremos o antagônico caminho trilhado pelas indústrias extrativas e de transformação, no que se refere a suas trajetórias expansivas, assim como o comportamento dos serviços nesse processo.

3.1 – A Economia Fluminense nos 1980: uma nova direção à sua trajetória de esvaziamento

A década de 1980 representou a ruptura do padrão histórico de crescimento construído pela economia brasileira a partir do início da industrialização. Nestes dez anos, a renda brasileira cresceu à taxa média anual de 2,2%, contra os 7% anuais em 1947/1980. Desequilíbrios externos, menores taxas de expansão da renda, recrudescimento inflacionário e diminuição dos níveis de emprego, são algumas das principais marcas do período.⁶⁶ De modo geral, o intervalo 1980-89 foi marcado pela mais aguda crise vivida, até então, pela economia brasileira. Excetuando-se alguns momentos de recomposição parcial da renda interna e do emprego, o quadro foi de severa instabilidade macroeconômica.⁶⁷

Se em meio à acentuada expansão da economia nacional, o Rio de Janeiro não conseguiu romper sua trajetória de esvaziamento relativo, muito improvável seria, se nos anos 1980 conseguisse fazê-lo. A renda interna estadual cresceu tão-somente 2,65% (acumulados) ao longo da década, assim, a participação estadual na renda do país declinou de 13,2% para 12,3% no período. (Tabela 3.1)

Tabela 3.1 – Índices do Produto Real: 1980-89 – ERJ, Interior e RMRJ

Região	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Estado	100,0	95,6	97,7	87,6	95,4	88,8	101,8	99,3	99,1	102,7
Interior	100,0	95,1	99,2	102,0	95,5	107,7	101,1	105,3	105,1	107,6
RMRJ	100,0	95,7	97,4	84,7	83,4	85,0	102,0	98,1	97,9	101,7

Fonte: FIBGE e CIDE; elaboração CIDE apud Gurvitz (1992)

⁶⁶ Vale atentar para o fato de que o segundo choque do petróleo (1979) e a elevação dos juros na economia norte-americana contribuíram por desnudar completamente as fragilidades estruturais existentes no modelo expansivo proposto pelo regime militar.

⁶⁷ O principal período de recuperação da economia brasileira durante os anos 1980 foi entre 1984-1986, em função, inicialmente, do bom desempenho das exportações e, em segundo momento, dos efeitos da política econômica adotada a partir do Plano Cruzado.

Os índices apresentados mostram que o produto estadual apresentou trajetória declinante por quase todo o decênio, se recuperando, parcialmente, a partir de seus anos finais. Notamos, ademais, que o PIB do recorte referente à atual RMRJ sofreu expansão menor que a observada no interior fluminense, movimento que se explica, por um lado, pelas dificuldades enfrentadas por setores da economia urbana e industrial metropolitana, e por outro, pela expansão de algumas atividades, notadamente a extração petrolífera, no interior do estado.

O baixo crescimento da economia fluminense deveu-se, em parte, à acentuada concentração da estrutura industrial fluminense nos setores de bens intermediários que, de modo geral, atuavam como unidades complementares à estrutura industrial paulista e nacional. Essa característica resultava, entre outras implicações, no direcionamento da produção regional para o mercado interno nacional, sendo poucos os ramos cuja produção era voltada ao exterior. Assim, a economia do Rio era, em grande medida, dependente do nível da atividade interna da economia do país, tanto em seus setores produtivos, como nos de serviços.

Dessa forma, quando o padrão de expansão da economia brasileira foi rompido, a região fluminense teve, quase que imediatamente, sua capacidade expansiva atingida, não se constituindo surpresa a continuidade, durante a década, de sua trajetória de perdas de participação na renda do país.

No que se refere à dinâmica demográfica, os anos 1980 trouxeram nova realidade para a região fluminense, a saber, o rompimento de seu histórico de crescimento populacional mais acentuado que o do país. Nestes anos, o crescimento demográfico estadual atingiu a marca de 1,15% a.a, bem menor que a média do país (1,93%). Assim, sua população saltou de 11,3 para 12,8 milhões de pessoas (entre 1980-91) reduzindo sua participação na população brasileira 9,5% para 8,7%.⁶⁸

As participações das regiões de governo na população estadual também foram alteradas, ainda que timidamente. A porcentagem de habitantes que residiam no território referente ao atual recorte metropolitano regional reduziu-se de 77,7% para 76,6% no intervalo

⁶⁸ Entre os censos de 1980 e 1991, a população fluminense saltou de 11,3 para 12,8 milhões de habitantes, enquanto a brasileira atingiu os 147 milhões em 1991, algo em torno de 28 milhões de pessoas a mais que o contingente registrado em 1980.

1980-91, sendo que praticamente todas as demais regiões ganharam participação na população estadual.⁶⁹

Não obstante essas alterações, o elevado grau de urbanização da população estadual manteve-se inalterado: em termos relativos o salto foi de 91,8% para 95,3%. No Brasil, a título de ilustração, esse percentual aumentou de 67,5% para 75,4%.

Destacamos que o contexto econômico-social fluminense acentuou a migração de pessoas naturais da região para outros territórios do país. Como salienta Cano (1996: 51), “a desaceleração econômica e o agravamento da crise social no RJ, que, desde a década de 1970 já vinha dando mostras de seus efeitos sobre as migrações, tornou o quadro ainda mais grave no período recente. Entre 1970 e 1980, admitiu 531 mil imigrantes, mas perdeu 189 mil de seus naturais.”

Muito embora sua taxa de crescimento populacional tenha sido inferior à média nacional, o Rio de Janeiro não conseguiu sustentar o nível de sua renda *per capita* em relação à brasileira em função do fraco desempenho de seu PIB. Em 1991, sua renda por habitante era 23,6% acima da nacional, mostrando significativa convergência entre estas ao longo da década, tendo em vista que em seu início ela excedia a nacional em 39,5%.⁷⁰

Como dito, durante a década, o processo de ‘encolhimento’ da economia fluminense foi mantido e, em certo grau, acentuado. Podemos afirmar que esse processo foi genérico, na medida que atingiu todos seus grandes setores. (Tabela 3.2)

Pelos dados apresentados, vemos que a agropecuária regional manteve-se pequena em relação à produção brasileira. O debilitamento setorial associado à expansão da produção em outras regiões reduziu a já diminuta participação estadual na renda primária nacional de 2% para 1,5%.

⁶⁹ Ver anexos 1 a 3 para taxas e anexo 20 para localização das atuais regiões de governo estadual.

⁷⁰ No mesmo período, o produto *per capita* paulista aumentou sua distância em relação ao brasileiro (de 69,7% para 72,4%), embora o crescimento demográfico paulista (2,12% a.a.) tenha sido superior ao nacional (1,93%a.a.).

Tabela 3.2 – Participação do ERJ na Renda do Brasil por Setores: 1980-90 (em %)

Setores/Ano	1980	1985	1990
Agropecuária	2,0	1,4	1,8
Indústria	11,9	11,8	10,5
Serviços	18,2	13,9	15,4
Total	13,2	12,4	12,3

Fonte: IBGE, Contas Nacionais.

A indústria manufatureira enfrentou fortes reveses, sofrendo, inclusive perdas reais em alguns de seus mais importantes ramos. A participação fluminense na indústria brasileira declinou de 11,9% para 10,5%, entre 1980 e 1990. Em igual sentido, a do terciário, no conjunto da economia de serviços do país, caiu de 18,2% para 15,4%, como resultante da ‘desconcentração’ dos serviços para outras economias regionais.

Adiante analisaremos os setores econômicos estaduais, destacando de maneira pormenorizada as principais transformações em suas estruturas. Por enquanto, chamamos atenção para alguns dados referentes à participação fluminense no comércio interestadual e exterior do país.

Antes de apresentarmos os resultados auferidos, cabe advertir que não tivemos acesso aos valores referentes à participação fluminense no comércio interestadual brasileiro entre 1985-90. Conseguimos, tão-somente, dados para o intervalo 1980-85 que, no entanto, apontam para uma trajetória de perdas de importância relativa da região na balança comercial interestadual brasileira.

Em 1980, o valor das importações interestaduais fluminenses representava cerca de 40,5% do produto estadual, ao passo que as exportações correspondiam a 37% do mesmo total. Nos cinco anos seguintes, esses percentuais declinaram abruptamente chegando aos 21,8% (importações) e 29,2% (exportações).⁷¹ (Tabela 3.3)

⁷¹ Não obstante apresentar reduções em seu coeficiente de participação no comércio interestadual brasileiro, a economia fluminense passou de *deficitária* a *superavitária*. Em 1980, seu saldo na balança comercial interestadual brasileira era negativo, equivalendo a aproximadamente 3,5% do PIB corrente. Cinco anos depois, a situação havia se invertido, pois as vendas estaduais superaram as compras: o saldo estadual, em 1985, girou em torno de 7,4% do produto estadual. Como se vê na tabela 3.2, a situação paulista foi mais

Essa redução pode ser explicada, pelo lado das exportações, pelo fato do relativo arrefecimento da economia paulista neste período, tendo em vista que o principal destino das vendas fluminenses. Pelo lado das importações, a explicação paira no fraco desempenho da indústria regional durante a década.

Assinala-se que os coeficientes de importação e exportação (interestaduais) paulistas também se reduziram, o que se explica, em boa medida, pela desconcentração produtiva ainda em curso nesta meia década e pelo baixo crescimento econômico. O percentual referente às importações regionais (em relação ao PIB estadual) caiu de 26,3% para 24,1%, enquanto o referente às exportações de 42,6% para 30,7%.

Tabela 3.3 - Balança Comercial Interestadual - Entradas e Saídas (% do PIB)

Região	1980		1985	
	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas
São Paulo	26,3	42,6	24,1	30,7
Rio de Janeiro	40,5	37	21,8	29,2
Brasil	37,7	37,7	33,3	33,3

Fonte: Revista de Finanças Públicas; FIBGE. Contas Regionais, Anuário Estatístico do Brasil (1992) *apud* Pacheco (1998: 179).

Obs.: Operações Globais (operações tributadas e isentas de ICM); PIB regional calculado pela participação das UF's no PIB custo de fatores, exclusive imputação de serviços financeiros.

Trajetória semelhante teve a participação fluminense nos fluxos do comércio exterior brasileiro, cabendo salientar que a pauta de exportação exterior da região era muito especializada e concentrada em poucos segmentos. Cerca de 68,5% das exportações estaduais estavam concentrados em um grupo formado por sete produtos, com destaque para os da indústria siderúrgica (41,7%) e construção naval (9,8%). (Pacheco, 1998:191)

No plano externo, a importância relativa da economia fluminense nas exportações do país declinou de 6,1% para 4,4% entre 1980 e 1989, o mesmo ocorrendo com a das

confortável, tendo em vista que (em 1980 e 1985) apresentou consideráveis superávits, embora tenha, em valores relativos, sofrido sensível redução.

importações nacionais, de 26,1% para 23,7%. Cabe assinalar que a economia estadual sentiu os efeitos da orientação macroeconômica no que concerne à contenção de importações, incluindo, com especial destaque, aquelas realizadas pelas empresas estatais.

No mesmo sentido foram os coeficientes internos de exportação e importação (valores comercializados divididos pelo PIB estadual) que declinaram, no mesmo período, de 4,3% para 3,2% (exportações) e de 20,6% para 10,5% (importações). Esse movimento é um forte indicativo do arrefecimento da dinâmica expansiva de importantes setores da indústria estadual, pois muitos dos quais eram dependentes de insumos adquiridos no mercado internacional.

3.1.1 – O Desempenho Setorial da Economia Fluminense da Década de 1980

Antes de iniciarmos esta análise, é necessário advertir (novamente) acerca da carência de dados e fontes estatísticas no país, precarizada com a não-execução do recenseamento industrial e de serviços após 1985. A substituição destes por outras pesquisas, por mais que almejassem preencher a lacuna, tornou mais difícil a comparação temporal em bases mais seguras e confiáveis, pois quase sempre impossibilitam a construção de séries históricas de mais longo termo.

Vimos que a trajetória de perdas de participação (esvaziamento) da economia fluminense foi mantida durante a década de 1980. Estando a economia estadual fortemente vinculada ao mercado consumidor interno, sofreu de imediato os efeitos resultantes do arrefecimento da economia nacional. Assim, podemos dizer que a década em questão foi, em muito, ‘perdida’ também para a economia do Rio de Janeiro.

A perda de potencial econômico fluminense, até os anos 1970, tinha forte componente estatístico, ou seja, resultava mais do descompasso entre as taxas de crescimento estadual

(ainda que expressivas) e as nacionais. Assim, nesse período, o Rio de Janeiro não sofrera nenhuma *crise real* de maior dimensão.⁷²

No entanto, em meio à expansão econômica vivida no período anterior a 1979, a economia estadual internalizou pré-condições para a eclosão de uma *crise real* durante os 80's. Ao nosso ver, alguns motivos impediram que essa 'crise' eclodisse anteriormente à década de 1980. São estes: 1) a presença da capital federal em território estadual, 2) a elevação da cidade do Rio à condição de estado da federação após a transferência da capital para Brasília. Vejamos mais detalhadamente como isto postergou essa crise.

Ser sede administrativa do país, ajudou a postergar, por muito tempo, a sensação de 'esvaziamento econômico', ao manter o nível da renda interna, através do gasto público. Sob essa perspectiva, a transferência da capital foi um golpe duro e decisivo, notadamente a partir do surgimento da crise dos anos 1980. Sendo assim, o leitor pode nos perguntar: *Por que essa crise não se fez imediata à transferência, ou seja, durante os anos 1960, ou mais tardar nos 70's?*

A resposta mais provável a esta indagação está, justamente, na criação do estado da Guanabara. A conversão da cidade do Rio em estado da federação agiu como um amortecedor, dando um pouco mais de fôlego à economia regional. É importante destacar, como visto no capítulo 2, que esta cidade, ao tornar-se estado, pôde usufruir vantagens tributárias de sua peculiar condição: ser simultaneamente estado e município da federação.

Vale sublinhar um ponto que tangencia os anteriores e que acreditamos ter contribuído, também, para o adiamento da crise: a dinâmica econômica pela qual passava o país, especialmente a partir da segunda metade dos anos 1950, tendo em vista que a região se beneficiou, em grande medida, dessa expansão, ao consolidar o caráter complementar de sua estrutura produtiva frente à paulista.

A ruptura do padrão de expansão da economia brasileira - que teve como uma de suas expressões a perda de importância do Estado no tocante aos investimentos produtivos - a partir

⁷² É evidente que alguns setores, v.g. agricultura, realmente estavam em um cenário que poderia ser considerado complexo, contudo, tanto as atividades terciárias, como as industriais, de modo geral, mantiveram sua dinâmica expansiva.

da década de 1980, atingiu diretamente a economia fluminense que, diga-se de passagem, ainda era muito dependente da presença pública, seja através da massa salarial, seja através da face empreendedora estatal, consubstanciada, no caso específico, nas empresas estatais ali sediadas.

Especificamente no que concerne às estatais cabe apontar que ao longo dos anos 80' e 90's sua capacidade expansiva foi contida via redução do binômio gasto-investimento por parte do governo federal. Sabendo-se que essas empresas estatais eram parcela importante da demanda de setores vitais da economia fluminense, podemos dimensionar os efeitos resultantes de sua contenção econômico-financeira.⁷³

Assim, a já percebida sensação de esvaziamento econômico, foi acentuada durante os anos 1980, tendo um agravante: seu perfil relativo transformou-se, em alguns setores, para real, ou seja, não resultante apenas de descompasso entre as taxas de expansão regional e nacional. Assinale-se que a trajetória de participação de seus principais setores produtivos na economia brasileira, apresenta similaridade no sentido, assim como no tamanho dos respectivos 'encolhimentos'. Vejamos, a partir de agora, cada um desses setores separadamente.

Em fins dos 1970's a debilidade estrutural do setor primário já era mais que conhecida. Essa debilidade teve gênese, como sabido, no momento da derrocada da atividade cafeeira regional, em fins do século XIX. Vale destacar que, durante essa década, a *marginalização* fluminense, no tocante à produção agropecuária brasileira aumentou.

Nos anos 1980, a agricultura da região era constituída por pequenas propriedades, cuja produção não conseguia atender nem à demanda de seu próprio mercado. Destacavam-se as culturas de cana, banana, mandioca, tomate e laranja.⁷⁴ A agricultura respondia por cerca de 34% da área utilizada para produção do setor primário estadual, ao passo que à atividade pecuária (quase toda composta por bovinos) destinava-se 60%. (Anexo 19) Sua importância,

⁷³ Caso, entre outras, da CVRD e da FRONAPE. demandantes da indústria de construção naval e de outros setores.

⁷⁴ Devemos apontar que nesta década, a dinâmica do setor obteve um alento na expansão da produção de cana-de-açúcar na região Norte fluminense; alento que, contudo, se desfez com o abandono das políticas de incentivo à produção de álcool combustível no país. Obviamente, a produção de cana-de-açúcar era feita em estabelecimentos de maior porte, ao contrário das demais culturas em destaque.

para a estrutura econômica estadual, era pequena: durante a década sua participação no produto interno caiu de 1,4% para pouco mais de 1%. Mesmo sentido tomado pela sua participação na população ocupada, que teve sua taxa reduzida de 5,1% para 4,5%.

Em 1980, o Rio de Janeiro respondia por 2% do valor da produção do setor primário brasileiro, percentual que decresceu ao longo da década, atingindo pouco mais de 1,5% em 1990. (Tabela 3.2) Para isso muito contribuíram, ademais sua debilidade estrutural, a expansão da produção em outras regiões, principalmente naquelas onde o carro-chefe era a produção para o mercado exterior.

Cabe agora assinalar o movimento do setor industrial durante o decênio. Durante a primeira metade da década de 1980, ainda estava em curso o processo de desconcentração produtiva iniciado na década anterior e que vinha aumentando a importância relativa das regiões periféricas no VTI nacional.

Vimos, no capítulo 2, que para a região fluminense, o II PND havia programado uma série de inversões industriais, notadamente nos setores energéticos e de alta tecnologia. Foi visto também que boa parte destes projetos não logrou êxito, seja pelo acentuado dimensionamento de seus objetivos, seja pela crise econômica da época.

De 1970 a 1980, a participação paulista no VTI nacional caiu de 56,6% para 48,9%, ao passo que a da porção Brasil *menos* Rio de Janeiro e São Paulo saltou de 28,1% para 41,4%. Neste intervalo, para relembrar, a fluminense decresceu de 15,3% para 9,7%.

A participação relativa fluminense entre os dois últimos censos industriais (1980 e 1985) manteve-se praticamente inalterada, em 9,8%, embora esse percentual oculte mudanças significativas no movimento interno do setor na região, ou melhor: o comportamento evolutivo da indústria extrativa *vis-à-vis* o da indústria de transformação.

Nesta meia década, a importância relativa da indústria de transformação fluminense no VTI do país caiu de 10,1% para 9,5%, evidenciando que sua velocidade expansiva esteve aquém da média nacional. Comportamento diametralmente oposto apresentou a indústria extrativa mineral: sua participação no VTI nacional aumentou de 1,4% para 13,3%. Vale destacar que de 1985 a 1990, a participação da indústria de transformação subiu para 10,2%, enquanto a da extração mineral saltou para 48,5%.

Salientemos que esse duplo (e antagônico) caminho da indústria fluminense perdurará ao longo dos anos 80 e alcançará, se fortalecendo inclusive, nos anos finais do século. E mais: se durante os 1980's ele chamou atenção pela velocidade de expansão do setor extrativo, nos 1990's, ademais esse fato, as atenções estarão centradas em sua capacidade de alavancar as taxas de expansão da indústria e do PIB regional como um todo.

A expansão da indústria extrativa fluminense foi obra da produção petrolífera na Bacia de Campos. Em 1974 a Petrobrás havia instalado uma base de operação na região de Macaé, tendo iniciado a produção (propriamente dita) em 1977 no campo de Enchova.⁷⁵ A importância relativa do Rio de Janeiro na produção petrolífera brasileira aumentou extraordinariamente ao longo dos anos 1980. No começo da década, a participação percentual fluminense era, respectivamente, de 15,7% e 8,0%, percentuais que subiram para 63,3% e 41,2% em 1990. (ver tabela 3.4)

A expansão das atividades *upstream* não teve correspondência direta com as do chamado *downstream*, tendo em vista que a produção de derivados de petróleo em território fluminense encolheu durante a década, levando a participação fluminense no correlato volume produzido no país de 20,0% para 16,4%.⁷⁶ Destaca-se que apesar de ser o maior produtor petrolífero do país, o Rio de Janeiro possui apenas duas refinarias em operação: a de Manguinhos (inaugurada em 1954) e a Refinaria de Duque de Caxias - REDUC (inaugurada em 1962).

⁷⁵ Em verdade, a participação do estado do Rio de Janeiro na produção industrial extrativa mineral foi acentuada durante a década de 1980 não apenas em função da extração de petróleo, mas também pela extração de gás natural. Cabe destacar ainda que, o estado produzia calcário, fluorita, titânio, cimento e sal marinho.

⁷⁶ Cabe definir *upstream* como as atividades relativas à exploração e à produção de petróleo, já *downstream* são as atividades relacionadas ao refino, transporte e comercialização deste produto.

Tabela 3.4 – Produção de Petróleo e Gás natural – RJ e Brasil (1980-90)

Ano	Petróleo – 10 ³ m ³			GN - 10 ⁶ m ³			Derivados *10 ³ tEP		
	BR	RJ	(%)	BR	RJ	(%)	BR	RJ	(%)
1980	10562	1663	15,7	2205	177	8,0	53883	10793	20,0
1981	12384	3130	25,3	2475	320	12,9	52897	10313	19,5
1982	15080	5371	35,6	3030	555	18,3	52608	10385	19,7
1983	19141	8432	44,1	4013	918	22,9	50949	9885	19,4
1984	26839	14489	54,0	4903	1473	30,0	54324	10018	18,4
1985	31710	19227	60,6	5467	1932	35,3	54919	10569	19,2
1986	33200	20239	61,0	5687	2119	37,3	58881	10592	18,0
1987	32829	19938	60,7	5781	2332	40,3	60472	10263	17,0
1988	32237	18853	58,5	6076	2330	38,3	59628	9987	16,7
1989	34543	20386	59,0	6105	2389	39,1	60141	9477	15,8
1990	36590	23171	63,3	6279	2584	41,2	59854	9793	16,4

Fonte: Balanço Energético do Rio de Janeiro NUSEG-UERJ (1998)

Entre 1985 e 1990, o crescimento acumulado (valor da produção) da indústria extrativa brasileira ficou em torno dos 12,7%, ao passo que o fluminense alcançou 21,5%. A título de ilustração, destacamos que neste intervalo, o crescimento da economia fluminense ficou em 7,6%, enquanto a brasileira em 9,5%.

Cabe salientar, a partir de agora, a trajetória da indústria de transformação fluminense no período. Não obstante o cenário econômico nacional desfavorável, ela conseguiu manter sua participação no VTI nacional durante a década de 1980.

Já apontamos que a participação estadual na indústria do país caiu de 11,9% para 10,5% entre 1980 e 1990, não obstante o crescimento de 16% observado entre 1985-86 e de 4% entre 1988-89. Por outro lado, a participação da indústria de transformação caiu de 10% para 9,4% na primeira metade da década, se recuperando a partir de 1986 e atingindo pouco mais de 10,4% em 1990.

A tabela 3.5 apresenta as taxas de expansão dos principais gêneros da indústria de transformação fluminense comparando com as taxas brasileiras em dois intervalos: 1980-85 e

1985-89.⁷⁷ No primeiro, os únicos gêneros que apresentaram expansão foram Borracha (1,6%) e Química (7,9%), o que pode ser explicado, entre outros fatos, por serem atividades correlatas à indústria petrolífera.⁷⁸ Por outro lado, as maiores reduções se concentraram nas atividades da chamada indústria de base, com destaque para Mecânica (-10,9%) e também Material de Transportes (-12,2%), influenciadas pelo crítico ambiente macroeconômico vivido pelo país.

No intervalo seguinte, o desempenho geral da indústria estadual melhorou, a exemplo da nacional, em função da recomposição (parcial) do nível de atividade interna. As maiores altas na indústria fluminense foram obtidas pelos gêneros 'Material Elétrico e de Comunicações' (29%) e 'Bebidas' (13%), por outro lado, as perdas mais significativas foram sofridas por 'Vestuário' (-4%) e 'Papel e Papelão' (-3,4).⁷⁹

Infelizmente não dispomos da taxa referente à indústria Mecânica local para o intervalo 1985-89, o que impossibilita qualquer comparação com o período 1980-85. Em relação ao setor de Material de Transportes, praticamente todo constituído pela construção naval, vemos outro (embora menos acentuado) decréscimo (-0,9%).

⁷⁷ De modo geral, no período 1985-89, o desempenho da indústria de transformação do Rio foi melhor que o nacional: sua taxa média situou-se cerca de 2% acima da nacional. Contudo, no período progresso, essa havia sido de -2,9%, bem abaixo da nacional (-0,6%).

⁷⁸ Vale assinalar, ademais, que suas taxas foram superiores às respectivas médias nacionais, que foram de -0,5% para Borracha e de 4,1% para Química.

⁷⁹ A produção física regional confirma o quadro anteriormente apresentado. Embora seu índice tenha se mantido inalterado entre 1981 e 1989, sua recuperação se deu apenas entre 1988 e 1989. Até o penúltimo ano da série, a produção física estadual havia se reduzido, tendo como ponto de mínimo o ano de 1984, quando recuara 21%. Ao longo da década, a produção física paulista e a nacional tiveram melhor desempenho, com aumentos da ordem de 4,6% e 11% respectivamente. (Anexo 3G)

Tabela 3.5 - Taxa de crescimento acumulado da Indústria de Transformação (em %)

Gênero e Período	1980-85		1985-89	
	Brasil	RJ	Brasil	RJ
Ind. de Transformação	-0,6	-2,9	2,8	4,9
Minerais não-Metálicos	-3,6	-10,2	4,5	5,8
Metalurgia	-1,0	-1,0	3,4	4,7
Mecânica	-5,5	-10,9	5,0	nd
M. Elétrico e Comunicação	-1,2	-4,1	4,9	29,0
Material de Transporte	-4,0	-12,2	1,8	-0,9
Papel e Papelão	2,9	-6,3	4,4	-3,4
Borracha	-0,5	1,6	nd	nd
Química	4,1	7,9	0,9	3,1
Produtos de Matérias Plásticas	-2,1	-2,5	nd	nd
Têxtil	-2,4	-4,0	1,6	-3,3
Vestuário e Calçados	-0,7	-6,9	-2,0	-4,0
Produtos Alimentares	1,3	-3,4	1,5	2,0
Bebidas	-1,1	-8,4	8,7	13,5

Fonte: FIBGE. Censo Industrial (1980 e 1985) *apud* Pacheco (1998:131-2)

Obs.: Taxas calculadas com base no índice de produção física e ajustadas pela série revista do produto real; nd : dados não disponíveis

Pelos Censos Industriais de 1980 e 1985, vemos que entre os 21 gêneros que compunham a indústria fluminense 16 sofreram reduções de participação no conjunto nacional, sendo as mais significativas em Material de Transportes (16% para 9%), Papel e Papelão (8,5% para 5%), Couros e similares (8% para 4,3%) e Bebidas (14,2 para 8,5%).

Com base nas taxas apresentadas, calculamos as participações da indústria regional para o ano de 1990, assim, pudemos ver que Metalurgia, Material Elétrico, Química e Alimentação aumentaram-nas. Perdas relativas consideráveis foram registradas em Material de Transportes (fim da FNM e crise no setor naval), Papel e Papelão (muito voltadas para a dinâmica do mercado local), Têxtil e Vestuário. (Tabela 3.6)

Tabela 3.6 – Participação (em %) na indústria brasileira: 1980-90

Gênero	1980	1985	1990
Transformação	10,1	9,5	10,2
Minerais não-metálicos	9,4	6,8	7,1
Metalurgia	11,6	12,3	12,8
Mecânica	8,3	6,5	nd
M. Elétrico e Comunicações	7,3	7,2	15,2
M. Transporte	13,4	8,9	8,0
Madeira	1,4	1,5	nd
Mobiliário	6,8	5,9	nd
Papel e Papelão	8,5	5,1	3,8
Borracha	5,0	5,9	nd
Couros, Peles e similares	8,1	nd	nd
Química	9,5	11,9	12,8
P. Farmacêuticos etc	27,6	27,6	nd
Perfumaria, Sabões e Velas	14,2	14,8	nd
P. Matérias Plásticas	13,4	13,0	nd
Têxtil	7,7	7,2	5,9
Vestuário e Calçados	11,7	8,7	8,1
Produtos Alimentares	6,3	6,0	6,9
Bebidas	10,5	8,5	9,9
Fumo	1,8	nd	nd
Editorial e Gráfica	28,0	25,8	nd
Diversas	10,8	13,6	nd

Fonte: Censos Industriais de 1985 e 1980 (IBGE) e inferência do autor para o ano de 1990 com base nas taxas da tabela 3.5.

Os dados relativos à alocação setorial da população ocupada (PO) também apontam para a perda de dinamismo da indústria estadual. Entre 1980 e 1991, a participação fluminense na PO da indústria nacional caiu de 12,1% para 9,2%. Em termos absolutos a redução foi de aproximadamente 125 mil pessoas, destacando-se os montantes referentes à indústria de transformação (31,2 mil) e da construção civil (29,7 mil).⁸⁰ A participação da indústria de

⁸⁰ As dificuldades da indústria de transformação estadual no que diz respeito à geração de postos de trabalho, estão perfeitamente expressas no desempenho da indústria de construção naval. De 1980 a 1990 o número de

transformação fluminense em sua respectiva PO nacional caiu de 11,4% para 8,9%, no período, ao passo que a referente à extrativa mineral saltou de 4% para 7%.

Já apontamos que um dos traços marcantes da estrutura industrial fluminense, cristalizada entre as décadas de 1930-80, era a acentuada participação das empresas estatais em sua composição. Isso fazia com que a presença do setor público na economia estadual ultrapassasse os limites referentes às atividades terciárias alcançando, em escala considerável, a esfera produtiva.⁸¹

Considerando seu papel no processo histórico de consolidação da estrutura industrial fluminense, podemos entender facilmente que ao serem afetadas pela redução do gasto/investimento público nos anos 1980, as estatais sediadas no Rio de Janeiro tornaram-se peças centrais do chamado ‘esvaziamento’ econômico estadual.

Boa parte dessas estatais encontrava-se em atividade nos ramos de serviços industriais (os chamados serviços industriais de utilidade pública, SIUP's). Pelos dados das Contas Nacionais do Brasil vemos que de 1985 a 1989, essas atividades sofreram expansão de aproximadamente 26,1% no Brasil (de 29,3% se considerarmos 1985-90), ao passo que no Rio de Janeiro esse percentual foi quase a metade: 14,1% entre 1985-89 e de 15,3% entre 1985-90.⁸² A importância relativa do Rio na produção desse setor em escala nacional foi reduzida de 27% para 20,2% (1985-89), chegando a 16,7% em 1990.

trabalhadores diretos empregados pelos estaleiros fluminenses declinou de 33.792 para 13.097, sendo que em 1979, estes haviam empregado 39.155 trabalhadores. Vale destacar que em 1980, a indústria naval fluminense fazia uso de aproximadamente 85% de sua capacidade instalada, percentual que caiu para 38% em 1990.

⁸¹ H. M. Tavares (2000:58) julga que o processo de concentração dessas indústrias (estatais), na região, foi acentuado pela preocupação do governo federal em balancear a distribuição dos recursos produtivos no espaço econômico e, no pós-1960, através da idéia de compensar a região pela transferência da capital para Brasília.

Ribeiro, M e Almeida, R (1993) apontam o interesse de organizar o espaço produtivo do sudeste, durante o Estado Novo, através da instalação de grandes estatais no Rio e em Minas, tornando essas economias complementares à paulista. Ao estado de Minas Gerais caberia o fornecimento da matéria-prima mineral, o Rio seria responsável pela transformação siderúrgica e química e São Paulo, por fim, caberia a produção de ponta.

⁸² O cálculo considera a expansão dos respectivos valores da produção total.

Voltando às estatais, e objetivando dimensionar sua importância para a economia fluminense, chamamos atenção para dados relativos ao grupo composto pelas quarenta maiores estatais brasileiras nos anos de 1980 e 1991. (Tabela 3.7)

Em 1980, uma dezena e meia dessas empresas estavam sediadas no Rio de Janeiro, respondendo juntas por 65% do patrimônio líquido do conjunto em amostra. São Paulo, por outro lado, sediava 10 outras que eram responsáveis por ¼ do patrimônio em questão. Em 1990, no Rio, elas passavam a 13 unidades, com o correspondente patrimônio de 48% do total, ao passo que São Paulo conseguira manter suas porcentagens praticamente inalteradas.⁸³

Tabela 3.7 – As 40 Maiores Empresas Estatais por sede e Patrimônio: 1980 e 1991.

1980	Sede	% Sedes	% P.L	1991	Sede	Sedes %	% P.L
RJ	15	37,5	64,5	RJ	13	32,5	47,9
SP	10	25,0	24,9	SP	10	25,0	24,4
DF	3	7,5	1,2	DF	2	5,0	4,5
Outros	12	3,0	9,5	Outros	15	37,5	22,6
Total	40	100,0	100,0	Total	40	100,0	100,0

Fonte: Balanço Anual da Gazeta Mercantil (1980 e 1991)

Avancemos, agora, analisando a estrutura terciária estadual durante a década. A proeminência dos serviços na economia fluminense tem raízes, como sabido, nas etapas iniciais do processo de formação econômica regional, onde, como vimos, as atividades mercantis, de administração pública e de intermediação financeira operavam à escala nacional, e se destacaram na consolidação das principais características da forte e diversificada estrutura urbana local.

Este setor era o mais expressivo, no tocante à geração de renda e empregos, na economia fluminense durante os anos 1980, quando sua participação no PIB estadual saltou de 63% para 67%. A título de comparabilidade, a importância desse setor para o PIB paulista girava em torno de 44%, enquanto que no país a média oscilava entre 49% e 52%.

⁸³ As principais estatais sediadas em território fluminense, na década, eram a Eletrobrás, a Petrobrás, RFFSA, CVRD e a Nuclebrás.

Contudo, o Rio de Janeiro manteve sua trajetória de perdas relativas também na economia terciária nacional: entre 1980 e 1990, sua participação declinou de 18,2% para 15,4%. (Tabela 3.2) Devemos frisar que em meados da década sua participação atingira os 13,9%, sofrendo certa recuperação, a partir de então, em função dos efeitos de recuperação parcial da renda interna nacional, durante a fase inicial do Plano Cruzado (1986).

Todos os percentuais de participação dos diversos gêneros do terciário estadual se reduziram durante a segunda metade da década. Assim, a situação do terciário estadual foi um tanto quanto delicada e complexa, tendo se intensificado o esvaziamento em alguns dos setores mais tradicionais do terciário estadual, caso de Intermediação Financeira e Administração Pública. (Tabela 3.8) Na década, a participação de Administração Pública fluminense reduziu-se de 21% para 15,8% e a de Intermediação Financeira, de 23% para 13,2%.

Tabela 3.8 - Participação do Terciário Fluminense na Renda do Brasil

Gêneros	1985	1986	1987	1988	1989
Comércio	10,7	10,1	10,3	10,1	8,1
Alojamento e Alimentação	17,0	14,7	14,7	15,3	14,4
Transportes e Armazenagem	14,5	12,0	12,1	11,3	11,1
Comunicações	26,9	27,3	26,3	25,0	26,5
Intermediação Financeira	17,4	17,4	17,4	17,4	16,8
Aluguéis	17,9	17,2	13,8	16,0	17,6
Administração Pública	18,4	14,5	15,8	14,4	10,8
Saúde e Educação Mercantis	12,3	11,3	11,8	12,4	11,2
Outros Serviços	27,1	28,0	24,4	22,7	23,5
Serviços Domésticos	16,5	16,2	17,4	17,1	15,6

Fonte: IBGE (Contas Nacionais, diversos anos)

Porém, durante a década, a participação dos serviços na renda estadual cresceu de 72% para 74%. Entre os setores, o que obteve aumento relativo mais expressivo foi Administração Pública (de 11,3% para 16,2%). O de Intermediação Financeira teve trajetória oscilatória:

saltou de 6,8% para 11,5% em 1985, atingiu os 20% em 1989, caindo imediatamente para 11,4% no ano seguinte, certamente em função do novo plano de estabilização monetária. (anexo 3C) No que se refere à população ocupada regional, as atividades terciárias, de modo geral, ganharam espaço em relação às produtivas, tendo em vista que sua participação subiu de 66% para 72% durante o decênio.⁸⁴ No que refere a sua participação na PO do país, contudo, a variação foi de 14,1% a 12,0%.

Vale apontar que, a participação fluminense no comércio interno do país, entre 1980 e 1985, reduziu-se, confirmando a continuidade da trajetória de perda de importância relativa da região no cenário nacional. Em 1980, o Rio respondia por 9,6% do total de estabelecimentos recenseados no país, enquanto no tocante à participação no pessoal ocupado e na receita do setor atingia as taxas de 13,3% e 13,4%. Meio decênio após, a região sediava cerca de 8,8% dos estabelecimentos recenseados, ao passo que estes representavam 12,2% do pessoal ocupado e a 10,9% da receita gerada.

Nos anos 1980 fortaleceu-se, na sociedade fluminense, a percepção de que a economia estadual estava envolta por um processo de esvaziamento econômico. Uma das dimensões mais visíveis desse processo foi o chamado ‘esvaziamento financeiro’.⁸⁵ Tornou-se comum, durante os anos 80 e início dos 90, afirmar que além das crises em diversos setores, o Rio sofria um processo de ‘esvaziamento’ financeiro.

Na verdade, é preciso assinalar, a perda de importância relativa e absoluta do setor financeiro já vinha desde, no mínimo, os anos 1960 e foi resultante, da transferência das sedes do Banco do Brasil da Caixa Econômica Federal para a nova capital Brasília, além de sedes de várias instituições financeiras para São Paulo, inevitável pelas próprias raízes da acumulação capitalista brasileira que, desde cedo, se fez territorialmente concentrada.

⁸⁴ A título de comparabilidade, as atividades agrícolas e da indústria de transformação sofreram reduções de 11,8% e 18,7%, respectivamente. Dentro das atividades terciárias, os maiores ganhos relativos foram alcançados pelas atividades de Prestação de Serviços (24,6%) e de Comércio (14,6%).

⁸⁵ Antes de seguirmos adiante expondo a questão do esvaziamento financeiro, devemos advertir, novamente, que a carência de dados estatísticos, prejudica nosso trabalho, pois inviabiliza a construção de uma série temporal de mais longo termo, necessária à adequada análise acerca da dinâmica setorial durante o período. Assim, utilizaremos outras fontes que nos permitam apresentar um quadro minimamente nítido acerca do esvaziamento financeiro.

As tabelas 3.9 e 3.10 apresentam a participação de algumas regiões no grupo formado pelos cinquenta maiores bancos comerciais em atividade no país entre 1980 e 1990. Sabemos das restrições e das dificuldades de generalização desses dados, considerando-se o universo restrito. Contudo, ao apresentá-los temos em mente oferecer um quadro minimamente representativo do processo de concentração financeira em São Paulo.

Como apresentado, em 1980, o Rio de Janeiro sediava oito instituições pertencentes ao universo em análise, ao passo que São Paulo duas dezenas. Minas Gerais aparecia em seguida com 4 unidades, sendo duas públicas. Já em 1990, a participação fluminense apresentou pequeno declínio (1 instituição), inversamente à paulista que cresceu para 25, tendo aumentado em três unidades o número de bancos privados e, em duas, o de públicos.

Tabela 3.9 - Sedes dos 50 Maiores Bancos Comerciais por Estados – 1980/90.

UF	1980			1990		
	Privados	Públicos	Total	Privados	Públicos	Total
RJ	7	1	8	6	1	7
SP	20	1	21	23	2	25
DF	0	2	2	0	1	1
MG	2	2	4	3	1	4
Outros	5	10	15	4	9	13
Total	34	16	50	36	14	50

Fonte: Balanço Anual da Gazeta Mercantil (1980 e 1990)

No que se refere ao total dos depósitos realizados nesse universo destacamos a acentuada participação do Distrito Federal, em função da presença do Banco do Brasil e da CEF. Quanto ao Rio de Janeiro cabe afirmar que já respondia, em 1980, por apenas 10,6% dos depósitos realizados no cinquenta maiores bancos comerciais do país, sendo que sua participação nos depósitos realizados nas instituições privadas era pouco maior, em torno de 14,7%. A participação de São Paulo era, nos depósitos totais, de 38,4%, alcançando a marca de 62,7% no total referente às instituições privadas.

Um decênio depois, os depósitos realizados nos bancos sediados no Rio de Janeiro caíram a pouco mais de 4% do total, enquanto a porcentagem paulista aumentara para 58%.

No Rio, ocorreu redução na sua já diminuta participação nos depósitos em instituições públicas, como também, nas instituições privadas, ao contrário de São Paulo.

Tabela 3.10 - Depósitos nos 50 Maiores Bancos Comerciais (em %) – 1980/90

UF	1980			1990		
	Privados	Públicos	Total	Privados	Públicos	Total
RJ	14,7	6,1	10,6	4,5	3,6	4,1
SP	62,7	11,4	38,4	72,0	35,9	58,0
DF	0,0	60,5	28,7	0,0	43,2	16,8
MG	8,6	5,7	7,2	7,5	1,6	5,2
Outros	14,0	16,3	15,1	16,1	15,7	15,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Balanço Anual da Gazeta Mercantil (1980 e 1990)

Por fim, chamamos atenção para as taxas de participação das Bolsas do Rio de Janeiro e de São Paulo no valor das operações realizadas no mercado acionário do país. Durante a década de 1980, a participação da BVRJ declinou de 45,9% para 39,4%, sendo que em 1984, atingiu pouco mais de 26,6% do valor total negociado em bolsas no país. A participação paulista, por sua vez, aumento de 54% para 60,6%, com especial destaque para o aumento obtido nas operações à vista. (Tabela 3.11)

Tabela 3.11 – Participação nas Operações do Mercado Acionário do País: 1982/89.

Anos	Total		À vista		A Termo	
	RJ	SP	RJ	SP	RJ	SP
1982	45,9	54,1	46,3	53,7	36,4	63,6
1984	26,6	73,4	29,7	70,3	12,8	87,2
1987	33,8	66,2	34,4	65,6	25,0	75,0
1989	39,4	60,6	39,5	60,5	35,4	64,6

Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil (vários anos)

3.2 – A Economia do Rio de Janeiro na Década de 1990

No tópico anterior, vimos que o Brasil passou, durante os anos 1980, por uma das maiores crises econômicas de sua história contemporânea. Os traços gerais do ambiente econômico da época foram o arrefecimento das taxas de expansão do PIB, o acentuado crescimento da dívida externa, a redução dos níveis de emprego e, muito especialmente, o recrudescimento inflacionário. Nesta época, a inflação foi elevada à condição de principal problema da economia brasileira tornando-se alvo principal da política macroeconômica. Apesar dos vários esforços em prol de seu equacionamento, nenhuma entre as diversas tentativas de estabilização monetária da década, salvo temporariamente, logrou êxito.

Os anos 1990 herdaram os principais desafios enfrentados pela economia nacional na década anterior: estabilização monetária e retomada da trajetória de modernização e crescimento. Destaca-se que em seu início, a situação macroeconômica não fora das mais favoráveis: em 1990 a taxa mensal de inflação atingiu a marca dos 80%, enquanto houve forte contração do PIB (-4,2%).

Em 1990, iniciou-se o governo Collor, tendo seu discurso pautado pelo combate à inflação, à corrupção, à pobreza e à retomada do crescimento. Sua política econômica tinha viés conservador e marcou, definitivamente, a inserção das ações pertinentes ao ideário neoliberal na condução da economia brasileira. Entre as principais medidas adotadas, destacaram-se a retenção de parte dos ativos financeiros no mercado nacional, a agressiva política de liberalização e abertura econômica e o processo de privatizações. Como efeitos destas medidas, tivemos a retração das taxas de expansão do PIB, o aumento do desemprego e redução dos níveis de atividade industrial.

Além de não alcançar os resultados almejados no campo econômico-social, o governo Collor foi atingido por denúncias sobre a existência de esquemas de corrupção envolvendo diretamente o presidente. A fim de evitar sua cassação política (em curso através de processo de *impeachment*), Collor renunciou (1992), assumindo a presidência seu vice, Itamar Franco.

Pode-se afirmar que as linhas gerais da política econômica adotada por Collor foram mantidas pelo seu sucessor. As premissas do chamado Consenso de Washington, nortearam,

cada vez mais, a economia brasileira.⁸⁶ Fernando Henrique Cardoso (ministro das relações exteriores de Itamar) assumiu a pasta da Fazenda em 1993, quando o desequilíbrio fiscal e a acentuada indexação da economia eram considerados as principais causas da inflação brasileira. Com base neste prognóstico, a nova equipe econômica propôs medidas e criou instrumentos que visavam o equilíbrio das finanças públicas e a desindexação progressiva dos contratos e preços da economia nacional.

Após o Programa de Ação Imediata (PAI) e a criação da Unidade Real de Valor (URV, misto de moeda e desindexador), foi lançado, em 1º de julho de 1994, o Plano Real. A reforma monetária foi sua mais importante medida, criando a nova moeda brasileira, o Real (R\$).

Aproveitando-se da significativa liquidez de moeda americana nos mercados internacionais, e influenciado por outras experiências ao redor do mundo, o governo brasileiro adotou a chamada âncora cambial como um dos pilares centrais da nova moeda. Sua adoção resultou, por um lado, em relativa estabilização monetária, e por outro, em crescentes déficits comerciais e na conta serviços.

Não obstante alcançar certo sucesso no que tange à estabilização monetária, o Plano Real resultou, de modo geral, em baixos níveis de expansão do produto interno brasileiro, em aumento do desemprego e da precarização do mercado de trabalho, maior endividamento público e fragilidade externa. Assim, o relativo êxito no que concerne ao controle inflacionário não foi capaz de reconduzir o país à sua trajetória de expansão e modernização, observada entre 1930-80.

O comportamento da economia fluminense, ao longo da década, foi caracterizado por dois movimentos distintos: um referente à continuidade do ambiente crítico vivido nos anos 1980, outro, a suposta inflexão positiva em sua trajetória de esvaziamento econômico. Embora não seja fácil periodizar precisamente movimentos tão recentes, podemos apontar que a primeira metade dos anos 1990 é representativa, ainda, da dinâmica estadual observada na década anterior, embora estivesse em curso parte das transformações que culminariam na alteração da trajetória de ‘esvaziamento relativo’ regional durante o pós-1995.

⁸⁶ Austeridade fiscal, redução da participação do Estado na economia e liberalização comercial e financeira são elementos que fazem parte deste arcabouço teórico.

Vimos que o estado do Rio de Janeiro não foi capaz de alterar sua trajetória de perdas de participação na produção nacional em meio ao desajuste da economia nacional nos anos 1980.⁸⁷ Pior: sua posição foi agravada, tendo passado por forte crise durante a década. Neste período, o esvaziamento relativo se converteu em crise ‘verdadeira’ que transpôs, inclusive, os limites referentes à economia, atingindo várias esferas da vida societária regional.

Pode-se dizer que a crise estadual se prolongou até parte dos 90’s. Para Natal (2004:02) esta crise foi *longeva, complexa e profunda*. Nas palavras do autor, o período foi marcado, para o Rio de Janeiro, pela “decadência e falta de competitividade industrial, redução do gasto público federal no estado, agravamento da questão social e dos conflitos de natureza federativa.”

O autor salienta, ademais, que a crise dos 80’s fez parte de um movimento econômico de maior dimensão, e sendo assim, deve ser entendida *para além da temporalidade apontada e mesmo transcendendo os limites geográficos do estado em exame*. Afirma que o “Rio de todas as crises” precisa ser analisado à luz das manifestações referentes à natureza do capitalismo brasileiro, ou seja, o entendimento do chamado esvaziamento relativo passa, obrigatoriamente, pela “compreensão da trajetória estadual na formação histórica do desenvolvimento do país, especialmente do último quartel do século XIX em diante.”⁸⁸

A baixa dinâmica da economia fluminense foi responsável por suscitar, em fins dos anos 1980, a idéia de que o Rio de Janeiro viesse a perder sua posição (de segunda economia

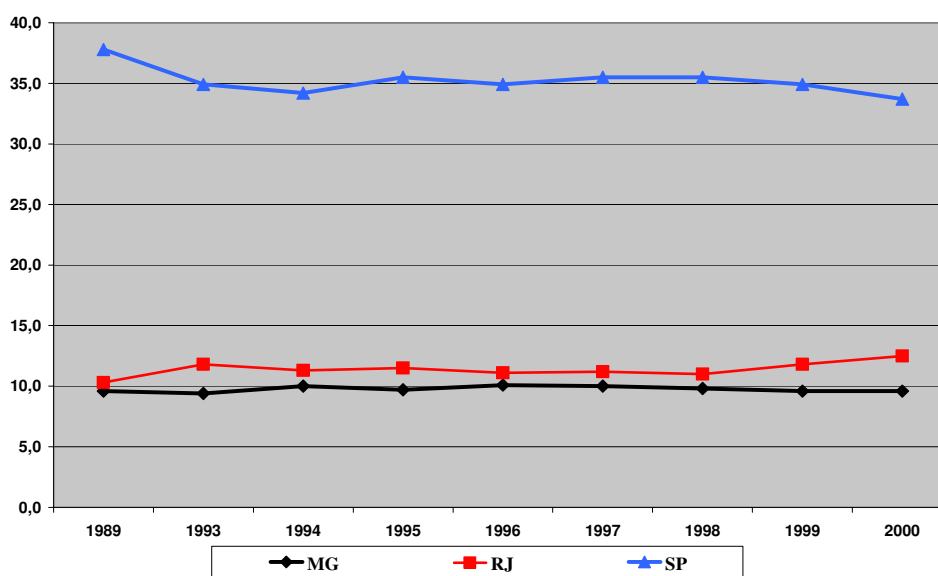
⁸⁷ Não é demasiado advertir novamente que até fins da década de 1970, a economia fluminense sofreu um processo de perdas de participação nacional que em nada significaram crise ou seu ‘encolhimento’ real. Suas perdas de participação foram resultantes do padrão de crescimento espacialmente concentrado da economia brasileira em território paulista e da posterior desconcentração da produção física e da renda terciária para diversas regiões do território nacional. Similarmente ao conjunto nacional, a trajetória econômica fluminense era de expansão e diversificação que, no entanto, ocorria em ritmo inferior à média do país.

⁸⁸ Natal entende que tendo São Paulo se consolidado como núcleo central da economia brasileira e considerando seu fantástico dinamismo, passou delegar às demais economias regionais funções especializadas e complementares. Analisando o comportamento das duas economias regionais existentes até 1975, o autor enfatiza em relação à porção não-carioca: “(...) como a economia do antigo Estado do Rio de Janeiro, por razões diversas (solo; transporte; mão-de-obra empregada, a escrava; frágil mercado interno e internacional; etc.), não tinha como competir com as formas mais tipicamente capitalistas implantadas em São Paulo, ela logo entrou em crise.” (op, cit: 03) Acerca do ex-distrito federal, ou seja, a cidade do Rio, afirma que esta economia não sofreu nenhuma “crise gravosa no sentido da liquidação da sua renda e emprego (até antes pelo contrário). Mas é preciso não perder de vista que apesar do anotado sua economia perde crescente posição relativa frente à paulista (...).” Sua situação foi agravada com a transferência da capital federal (1960), pela a fusão com seu ‘interior’ e pela ruptura do padrão de desenvolvimento capitalista experimentado pelo país, rompido durante os 80’s. (op, cit)

regional do país) para Minas Gerais: em 1989 a participação mineira (9,6%) estava muito próxima à fluminense (10,3%) dando margens a essas idéias.⁸⁹ (Gráfico 3.1)

No entanto, este quadro não se confirmou e o Rio manteve-se como segunda maior economia estadual. Não obstante aumentar sua importância relativa no produto brasileiro para 9,7% (2000), Minas Gerais não conseguiu superar o Rio de Janeiro, que obteve médias de crescimento mais acentuadas ao longo da década, cabendo assinalar que a participação estadual saltou para 12,5%. Sobre a economia paulista, destaca-se que perdeu participação no total nacional (37% para 33,7% entre 1990-2000), embora essa perda relativa não signifique o fim de sua hegemonia produtiva.

Gráfico 3.1 – Participação no PIB Brasileiro: RJ, SP e MG – 1989-2000 (em %)



Fonte: IBGE, Contas Nacionais.

A partir de meados dos 90's, os sinais de recuperação econômica tornaram-se mais evidentes, indicando que poderia estar em curso uma inflexão positiva na trajetória de esvaziamento da economia regional. Essa sinalização conseguiu, em alguma medida, reverter

⁸⁹ Outros indicadores apontavam para a 'superação mineira', com especial destaque para a participação regional na indústria de transformação nacional, em 1992, a participação mineira (8,56%) já era superior à fluminense (7,96%).

parte das expectativas acerca do futuro econômico da região, consolidando na sociedade local um amálgama de sensação e certeza de que *o pior já havia passado*, ou seja, o cenário vivido nos 80's estava paulatinamente sendo superado.⁹⁰

Natal (*op.cit.*) afirma que a partir desse período, a economia fluminense passou a apresentar um movimento que representou a ruptura do padrão iniciado no decênio anterior, correspondendo, em algum grau, a uma certa inflexão positiva, o que não significava a gênese de nenhuma fase de crescimento espetacular do produto estadual.⁹¹

É possível dimensionar melhor esta inflexão observando as taxas de expansão da renda regional em seus diversos setores. Entre 1993 e 2000, a expansão acumulada do PIB fluminense foi da ordem de 31%, enquanto na economia nacional essa taxa girou em torno dos 23%. Se considerarmos apenas a segunda metade da década, a expansão da renda fluminense atingiu os 21,4%, ao passo que a nacional 11,7%.

Antes de prosseguirmos examinemos alguns indicadores acerca da dinâmica demográfica regional durante o período em questão. Em 2000, a população fluminense era de aproximadamente 14,4 milhões (dos quais 52,1% mulheres) de habitantes, cerca de 1,2 milhões a mais que o contingente registrado em 1991. O crescimento geométrico estadual foi de 1,3% a.a, inferior à média do país (1,6%), destacando-se, internamente, as taxas obtidas pelas regiões das Baixadas Litorâneas (4,13% a.a) e Baía da Ilha Grande (3,47% a.a).⁹² (Tabela 3.12)

Destaca-se que 2,6 milhões de pessoas que residiam no Rio de Janeiro (em 2000) eram naturais de outras regiões, com especial destaque para a região nordeste (1,3 milhões). O estado concentrava o terceiro maior contingente populacional do país, sendo superado

⁹⁰ Inclusive no editorial Carta do IBRE de setembro de 1995 (Conjuntura Econômica, FGV) o assunto em pauta é a provável superação da crise estadual. Em texto em destaque os autores afirmam que “após um período de perplexidade com a magnitude dos problemas do Rio de Janeiro, a economia do estado apresenta inequívocos sinais de recuperação.” (*op. cit.*: 03)

⁹¹ Nas palavras do autor, “(...) se até meados dos anos noventa não havia elementos suficientes que permitissem sustentar a tese da positiva inflexão econômica (da economia fluminense), um pouco mais adiante há a manifestação de processos, fatos e números que embasam a sustentação da mencionada tese.” (*op.cit.*, parênteses meus)

⁹² Salienta-se que a população do recorte metropolitano cresceu 1,17% a.a, praticamente o mesmo percentual alcançado pelo Centro-Sul Fluminense (1,19% a.a) que, como sabido, é umas das regiões mais dinâmicas em termos econômicos.

somente por São Paulo de Minas Gerais. Sua participação na população brasileira, por sua vez, reduziu-se de 8,7% para 8,4%, enquanto sua taxa de urbanização (a maior do país) atingiu a marca dos 95,8%, tendo como extremos os percentuais referentes a RMRJ (99,3%) e ao Noroeste fluminense (79,2%).

Tabela 3.12 - Taxa de crescimento anual, de urbanização e densidade: RJ - 1991-2000

Regiões	Crescimento (%)	Urbanização	Densidade
Estado	1,30	96,0	328,1
Metropolitana	1,17	99,3	1.913,5
Noroeste Fluminense	0,96	79,2	55,3
Norte Fluminense	1,49	85,1	71,5
Serrana	1,01	83,2	108,0
Baixadas Litorâneas	4,13	85,9	110,7
Médio Paraíba	1,38	93,0	126,6
Centro-Sul Fluminense	1,19	83,1	83,7
Baía da Ilha Grande	3,47	86,3	84,9

Fonte: IBGE, 2000.

Mostramos anteriormente que a partir da década de 1980, o crescimento demográfico do Rio passou a ser percentualmente inferior ao brasileiro, rompendo seu histórico de expansão acima da média nacional. Não obstante isso, o decepcionante resultado da expansão de seu PIB fez com que o estado sofresse redução relativa de sua renda *per capita* frente à nacional.

Nos anos 1990, a taxa de expansão demográfica evitou, em primeiro instante, uma redução relativa mais acentuada da renda por habitante estadual. Num segundo, quando houve a recuperação do produto interno, contribuiu para aumentar o *gap* entre o PIB *per capita* regional e o nacional.⁹³ (Tabela 3.13)

⁹³ Em 1990, o produto *per capita* fluminense era de R\$ 7.165, valor superior ao nacional (R\$ 5.745) e aquém do paulista (R\$ 9.881). Dez anos depois, o produto fluminense alcançou os R\$ 9.572, enquanto o paulista e o brasileiro atingiram R\$ 9.995 e R\$ 6.473, respectivamente.

Em 1990, o PIB *per capita* fluminense era 23,6% maior que a média nacional. Durante a década, este percentual sofreu significativa expansão chegando aos 47,8% em 2000. Em sentido oposto, a renda por habitante paulista se aproximou da nacional ao longo do decênio, tendo em vista que a distância relativa entre estas caiu de 72,4% para 54,3%. Destaca-se que houve forte convergência entre as rendas *per capita*s fluminense e paulista: em 1990, esta última excedia a primeira em 39,5%, percentual que atingiu os 21,7% em 1995, chegando aos 4,5% em 2000.

Tabela 3.13 – Diferenças Relativas das Rendas por Habitantes Regionais: anos 1990.

Ano	RJ	SP	BR	SP/RJ
1990	123,6	172,4	100,0	139,5
1991	140,6	163,9	100,0	116,6
1992	139,0	164,6	100,0	118,4
1993	136,2	161,5	100,0	118,6
1994	131,8	157,8	100,0	119,7
1995	134,4	163,5	100,0	121,7
1996	130,6	160,7	100,0	123,0
1997	131,5	163,2	100,0	124,2
1998	129,3	162,9	100,0	126,0
1999	138,3	160,4	100,0	115,9
2000	147,8	154,3	100,0	104,5

Fonte: IBGE (Contas Nacionais)

Dados da Fundação CIDE apontam que, em 2000, o produto interno bruto fluminense girava em torno de R\$ 162 bilhões (preços correntes). Entre 1990 e 2000, o produto estadual cresceu 23,2%, destacando-se as variações anuais registradas em 1995, 1996 e 2000. (Tabela 3.14) Atenta-se que similarmente ao conjunto nacional, a economia estadual passou por forte retração nos anos iniciais da década.

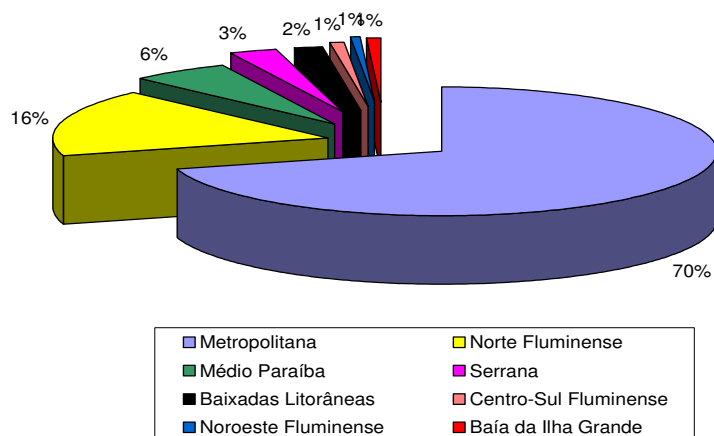
Tabela 3.14 – Evolução Nominal e Real do PIB Fluminense: 1990-2000

Ano	PIB em valores absolutos		Produto real	
	R\$ correntes	R\$ de 1998	Índice	Δ a.a (%)
1990	1 728 002,71	107 273 506 652,74	100	(-) 0,94
1991	10 157 831,62	102 922 744 732,62	95,94	(-) 4,06
1992	96 742 983,16	100 116 549 458,18	93,33	(-) 2,73
1993	2 014 324 788,80	101 089 934 616,89	94,24	0,97
1994	47 860 668 962,28	103 962 377 396,88	96,91	2,84
1995	83 987 957 395,10	109 242 439 977,50	101,84	5,08
1996	105 928 722 272,23	117 075 116 231,29	109,14	7,17
1997	113 137 283 179,45	119 072 898 691,82	111,00	1,71
1998	122 384 564 176,95	122 384 564 176,95	114,09	2,78
1999	140 496 766 082,47	140 496 766 082,47	117,73	3,2
2000	162 600 371 197,68	147 113 712 524,00	123,27	4,71

Fonte: Fundação CIDE (2004)

Uma das mais conhecidas marcas da economia fluminense é seu alto grau de metropolização, ou seja, a grande concentração de sua produção/renda na região metropolitana estadual. Aproximadamente 71% do PIB estadual eram gerados neste recorte espacial, em 2000, cabendo à capital estadual 54% do total estadual. O Norte fluminense ocupava a segunda posição no que se refere à geração do PIB estadual (16,8%), ao passo que as regiões do Médio Paraíba e Serrana, umas das mais industrializadas do estado, respondiam por 5,8% e 3,0%, respectivamente. (Gráfico 3.2)

Gráfico 3.2 - Distribuição do PIB Fluminense pelas Regiões Estaduais: 2000 (em %)



Fonte: CIDE, 2004.

A acentuada metropolização da economia fluminense e, especialmente, sua concentração na capital estadual, são marcas indeléveis da estrutura social-urbana regional, valendo lembrar que essa característica tem suas raízes na separação, institucionalizada em 1834, entre a cidade do Rio e o interior fluminense e na condição de capital (imperial e da república) exercida pelo território carioca durante quase dois séculos.

A tabela 3.15 nos oferece uma dimensão mais precisa da participação da RMRJ e do município do Rio na geração de trabalho, renda e tributos da economia local, destacando que a concentração econômica regional ocorre em duas escalas distintas, quais sejam, RMRJ frente ao território estadual e cidade do Rio de Janeiro ao recorte metropolitano.

Tabela 3.15 - Participações da RMRJ e da Capital na Economia Fluminense (em %)

Região	RMRJ/Estado (%)	M-S/RMRJ (%)
ESTABELECIMENTOS		
Indústria (1995)	78,24	67,78
Comércio (1995)	75,19	61,11
Serviços (1995)	79,46	64,35
EMPREGOS		
Indústria (1995)	80,91	75,00
Comércio (1995)	84,39	71,82
Serviços (1995)	88,96	84,40
FINANÇAS PÚBLICAS		
IPI (1991)	92,50	91,01
IR (1991)	93,95	95,19
ICMS (1996)	89,37	72,80
ISS (1995)	89,65	90,86
IPVA (1996)	80,84	81,27

Fonte: Plano Plurianual 1996-99 *Apud* Natal, J., Esteves, C. e Ruas, E.(1998)

Voltemos à análise da suposta ‘inflexão positiva’ da economia fluminense. Os percentuais de participação do estado no PIB nacional não deixam quaisquer dúvidas acerca da existência de um novo sentido em sua trajetória. Assim, essa inflexão positiva deixa de ser ‘suposta’ e passa a ser ‘real’, muito embora não possamos fazer qualquer prognóstico derradeiro acerca de sua durabilidade e/ou sustentabilidade.

No entanto, existe a necessidade de se classificar/qualificar esse movimento (inflexão), tendo em mente que ele não se apresenta setorialmente uniforme, ou em outras palavras, não atinge em sentido e capacidade expansiva os diversos setores da economia estadual. O ganho de importância relativa que o Rio de Janeiro vem adquirindo nos últimos anos é resultante não de uma expansão generalizada por diversos setores de sua economia, porém sim da dinâmica sofrida pela atividade industrial.

No entanto, essa expansão industrial deve ser avaliada, pois, como veremos em detalhes, o crescimento dos indicadores de produção da indústria regional decorrem mais da

atividade extrativa mineral, mais objetivamente da extração petrolífera. Vejamos o comportamento de cada setor da economia estadual separadamente.

Destacamos, inicialmente, que o setor primário estadual cresceu aproximadamente 13,3% entre 1990 e 2001. Entre 1995 e 2001, a expansão acumulada foi bem menor (2,6%), mostrando o maior arrefecimento da atividade agrícola no estado. O número de estabelecimentos agropecuários no território fluminense declinou, em milhares, de 91,3 para 53,7 entre 1985-96. A participação das atividades agrícolas na renda estadual caiu de 0,9% para 0,7%, enquanto sua participação na população ocupada regional reduziu-se de 3,4% para 2,4%.⁹⁴

Dados apresentando por Prochnik e Vaz (2002:153) mostram que a cadeia agroindustrial fluminense, em finais da década, era muito concentrada em atividades correlatas à preparação de alimentos e bebidas (39%) e papel e papelão (32,6%). Vale atentar para o fato de que as atividades leiteiras, da indústria de açúcar e da de café representavam, em ordem, 6,2%, 3,8% e 0,9% do valor agregado da referida cadeia produtiva.

No que se refere à indústria regional, a expansão acumulada na segunda metade da década foi de 69,4% - bem acima da brasileira (19,0%) -, e sua participação (no PIB industrial brasileiro) saltou de 10,2% para 14,5%. Devemos apontar que a participação do setor secundário na renda interna fluminense saltou de 46,7% para 48,3% na década. Por outro lado, a participação setorial PO estadual declinou de 24,2% para 20,1% entre 1991-2000 (em valores absolutos a redução no contingente de ocupados foi de aproximadamente 92 mil trabalhadores).

Por fim, no que tange às atividades terciárias, o crescimento observado no período foi praticamente nulo (0,1%), embora a média nacional tenha sido de 6%. A participação fluminense no produto terciário do país caiu de 13,8% para 13,0% e sua participação na renda estadual declinou de 52,4% para 50,8%. A variação no número de pessoas ocupadas no setor, entre 1991 e 2000, foi de 595 mil, aumentando, assim, a participação das atividades terciárias na PO estadual de 71,9% para 75,3%.

⁹⁴ Em termos absolutos a redução foi, em milhares, de 168,4 para 136,7 pessoas.

A importância fluminense no comércio exterior do país manteve-se reduzida durante os anos 1990, especialmente quando contrastada com a economia paulista. Isto evidencia que pouca coisa mudou em relação à estrutura produtiva regional, no que se refere à sua (baixa) abertura para o exterior.⁹⁵ Os principais produtos da pauta de exportação fluminense continuaram sendo petróleo e gás natural, laminados de aço, óleos combustíveis e produtos metalúrgicos não-ferrosos.

Assinala-se que participação da Petrobrás nas exportações estaduais é extremamente significativa, levando-se em conta que ela respondia, em 2001, por 48% do valor total comercializado.⁹⁶ Em seguida, destaca-se a CSN, que representa pouco mais de 8,5% do montante exportado pelo estado. Vale salientar, ademais, que as dez maiores empresas exportadoras respondem por 71,3% das exportações estaduais, sendo que mais de 65% são de companhias produtoras de bens intermediários. (Tabela 3.16)

Tabela 3.16 –As maiores Empresas Exportadoras do Rio de Janeiro em 2001

Empresas	2001	% Total
Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás	1155214	48,1
Companhia Siderúrgica Nacional	206307	8,6
Xerox Comércio e Ind. S/A	62691	2,6
Gerdau S/A	54253	2,3
H. Stern Comércio e Ind. S/A	46247	1,9
Petrobrás Distribuidora S/A	44704	1,9
Valesul Alumínio S/A	44411	1,8
Michelin Ind. E Com. Ltda	43179	1,8
Petroflex Ind. e Com.	31171	1,3
Esso Brasileira de Petróleo	24349	1,0
Subtotal - 10 principais empresas	1714527	71,3
Total Exportações	2403626	100,0

Fonte: Dieese (2002)

⁹⁵ Uma mudança importante foi o aumento de importância de automotores nas exportações estaduais, fruto da instalação de fábricas de caminhões e automóveis na região do Vale do Paraíba.

⁹⁶ A este percentual, podemos, ainda, adicionar os referentes à Petrobrás Distribuidora (1,9%) e a Petroflex (1,3%).

Em 1993, as exportações fluminenses representavam 5,5% das exportações nacionais, percentual que após muito oscilar durante a década atinge os 6,1% em 2002. A título de exemplificação, destacamos que as exportações de São Paulo correspondiam, em média, a 34% das exportações nacionais, no período. No que se refere às importações, a participação relativa do Rio de Janeiro foi mais expressiva, muito embora tenha se reduzido durante a década. Entre 1993 e 2002, sua participação nas importações nacionais declinou de 13,9% para 11,4%. Sua pauta de importação é composta, notadamente, por produtos das indústrias extrativas, química, mecânica, material de transportes, elétrico e de comunicações.

Por fim, os coeficientes de comércio interestadual fluminense sofreram significativo acréscimo entre 1985 e 1998. O percentual referente à participação das exportações no PIB estadual subiu de 28% para 32,8% neste intervalo, ao passo que o das importações saltou de 20,9% para 42%. Vale destacar, a título de comparabilidade, que a média nacional aumentou de 33,1% para 41,1% e o de São Paulo de 29,5% para 40,6% (exportações sobre o PIB) e de 23,2% para 31,6% (importações sobre PIB).

3.2.1 - Indústria Fluminense nos anos 1990: Trajetória de Sentidos Antagônicos

Compreender a retomada do crescimento econômico fluminense, a partir da segunda metade dos anos 1990, implica, obrigatoriamente, analisar a dinâmica da indústria regional, pois a inflexão positiva sublinhada linhas atrás esteve diretamente associada às taxas de expansão alcançadas por este setor.

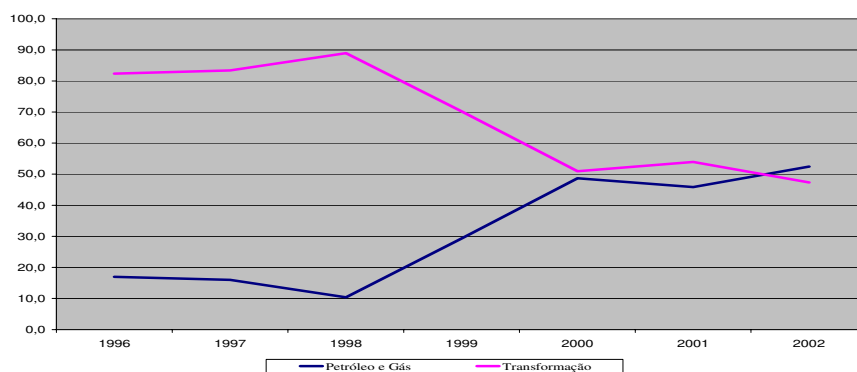
Embora os indicadores industriais apresentem, de modo indubitável, que o Rio de Janeiro vem passando por considerável expansão industrial, devemos analisar cuidadosamente esses resultados, destacando os pesos referentes à indústria de transformação e à extrativa mineral.

Assim, veremos que a recuperação da indústria estadual foi fortemente induzida pela expansão da atividade petrolífera, não obstante alguns importantes investimentos realizados na indústria de transformação fluminense ao longo dos anos 1990, notadamente no interior regional.

Quando ‘abrimos’ a estrutura da indústria regional e observamos as taxas de expansão de seus diversos gêneros, nos damos conta dos severos percalços pelos quais passou. Assim, chamamos atenção para a trajetória de sentidos antagônicos tomada pela atividade industrial do estado do Rio de Janeiro.

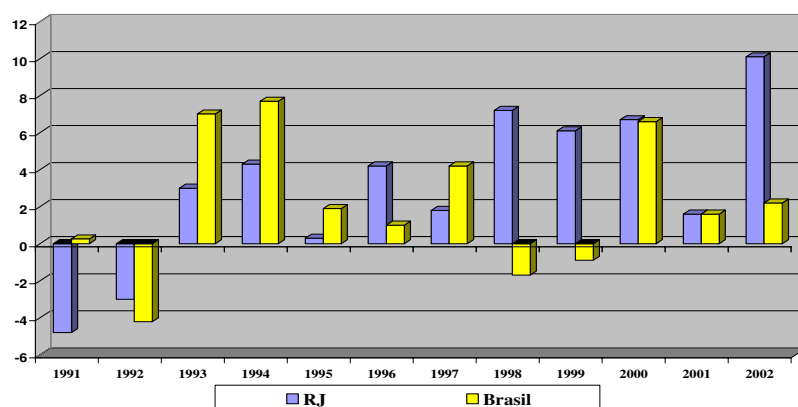
Se por um lado, a extrativa apresentou fantástica expansão e se tornou um dos sustentáculos da renda estadual, por outro, a de transformação não superou sua trajetória de perdas de participação no conjunto nacional, apresentando redução em sua produção. Entre 1996-01, a participação da extração de petróleo no PIB da indústria fluminense saltou de 17,0% para 52,4%, enquanto a importância relativa da indústria de transformação caiu de 82,4% para 47,3%. (Gráfico 3.3)

Gráfico 3.3 - Participação da Indústria de Transformação e da Produção de Petróleo no PIB industrial Fluminense – 1996-2002 (em %)



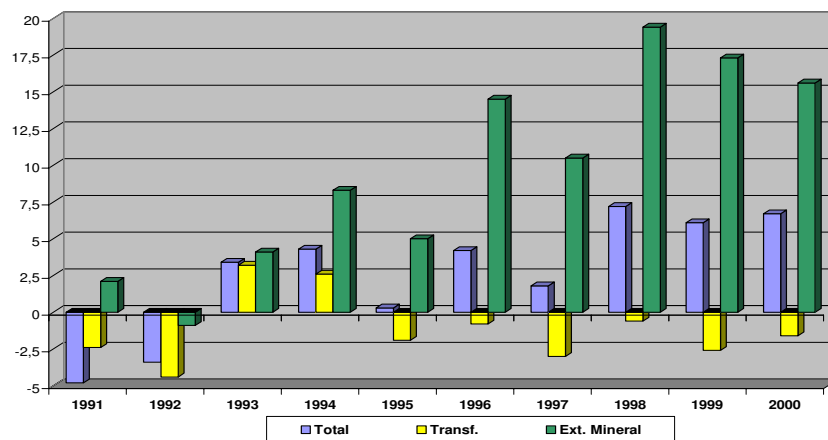
Fonte: CIDE, 2004.

As taxas de crescimento industrial (anual) mostram que após 1995, poucos foram os momentos nos quais a indústria fluminense foi superada pela nacional. (Gráfico 3.4) Acumuladamente, a renda industrial fluminense cresceu cerca de 70%, enquanto a média nacional foi de 20%, entre 1995-2000. (Ipeadata:2004)

Gráfico 3.4 - Crescimento Industrial ERJ e Brasil: 1991-2002 (a.a em %)

Fonte: IBGE

Quando observamos a expansão conforme o tipo de indústria (transformação ou extrativa) o quadro esboçado no gráfico anterior é totalmente modificado, pois este desempenho precisa ser creditado, exclusivamente, à indústria extrativa, mais rigorosamente à extração petrolífera que foi responsável pelo aumento dos índices de crescimento da indústria estadual como um todo. Vale anotar que de 1996 em diante, o crescimento da indústria extrativa foi superior a dois dígitos, alcançando, por exemplo, 19,4% em 1998. Inversa foi a trajetória da de transformação, que salvo em 1993 e 1994, apresentou taxas negativas. (Gráfico 3.5)

Gráfico 3.5 – Indústria do Rio de Janeiro: variação anual (em %)

Fonte: IBGE – Deptº de Indústria.

3.2.1.1 – A Indústria de Transformação: o outro lado da Moeda

Diferentemente de sua indústria extrativa, a indústria de transformação do Rio de Janeiro apresentou fraco desempenho ao longo da década de 1990, chamando atenção o fato de que todos seus setores tiveram, em algum momento, taxas de crescimento real negativas. (Anexo 23) Alguns apresentaram reduções muito significativas, com especial destaque para o de Material de Transportes (notadamente construção naval) que em 1996 alcançou 44,8% negativos.⁹⁷ O melhor desempenho foi obtido pelo setor de Bebidas que, apesar de passar por dificuldades no biênio 1998-99, conseguiu alcançar médias de expansão expressivas nos demais anos da série.⁹⁸

Vale destacar que não obstante atrair novos investimentos em setores de ponta da cadeia industrial (Volkswagen, Peugeot, etc...), a estrutura da indústria de transformação fluminense continuou concentrada na produção dos chamados bens intermediários e ainda voltada a seu mercado interno.

Assinala-se que o estado foi um dos principais alvos do programa de desestatização do governo federal. Na década, várias de suas principais empresas estatais foram transferidas para a iniciativa privada, entre as quais a Petroflex (1992), Companhia Nacional de Álcalis (1992), Companhia Siderúrgica Nacional (1993), Light (1996) e a Companhia Vale do Rio Doce (1997) e as empresas componentes do sistema Telebrás (1998). Destacamos, ademais, que muitas empresas públicas estaduais foram privatizadas (no âmbito do programa estadual de privatizações), com destaque para CERJ, CEG, BANERJ e CONERJ.

⁹⁷ Outro exemplo é o da indústria têxtil (símbolo do pioneirismo industrial fluminense) que apresentou por três anos consecutivos (1995, 96, 97) reduções acima dos 20%. Vale lembrar que esse é um setor que passou por grandes dificuldades durante a década, em nível nacional, haja vista a forte concorrência que passou com a abertura do mercado nacional e a sobrevalorização cambial adotada até 1999.

⁹⁸ Outro dado que destaca os percalços sofridos pela indústria de fluminense durante a década é o de utilização da capacidade instalada. Não obstante esse índice ter saltado de 71,1% para 77,6% entre 1992 e 2001, chamam atenção os baixos índices das indústrias mecânicas (terminou a série em 62%) e matérias plásticas (59,6% em 2001). O setor de material de transportes reduziu parcialmente sua capacidade ociosa a partir de 1997, após ter atingido o mais baixo índice de utilização da indústria fluminense na década (43,5% em 1992).⁹⁸ Por outro lado, os setores que apresentaram os índices mais expressivos foram: Metalúrgico, Material elétrico, Papel e papelão e Alimentação. (Anexo 3I)

Os índices de produção física confirmam os percalços sofridos pela indústria de transformação regional no período. Embora o índice acumulado (1991-2002) de produção física da indústria fluminense (28%) tenha sido superior à média da indústria brasileira (21%), devemos considerá-lo à luz da expressiva dinâmica expansiva da indústria petrolífera estadual. (Tabela 3.22) Enquanto a indústria extrativa mineral brasileira apresentou expansão de sua produção física da ordem de 79%, em território fluminense a expansão foi de 145%. Este desempenho responde pelos níveis alcançados pela indústria geral, tendo em vista que a de transformação estadual apresentou retração em sua produção próxima aos 11% no período. Em sentido oposto, a indústria de transformação brasileira apresentou crescimento de 17%.

Somente um setor da indústria de transformação fluminense ficou acima da média nacional, a saber 'Bebidas', que cresceu 65,3% contra os 34,4% referentes ao país. Devemos assinalar que entre os 14 setores analisados pela PIM-pf IBGE, apenas 2 não apresentaram reduções em seus índices (excetuando-se Bebidas): Minerais não-metálicos e Metalurgia.⁹⁹

Assim, a participação do estado do Rio de Janeiro no valor da produção da indústria de transformação brasileira reduziu-se de 8,2% para 6,5% entre 1990-2000, cabendo destacar, a título de comparabilidade, que a participação estadual no VP da indústria extrativa do país aumentou de 48,4% para 72,3%, neste intervalo.

⁹⁹ Pela PIM-pf IBGE, ratificamos que as indústrias 'Têxtil', de 'Material de Transportes' e 'Farmacêutica' apresentaram resultados decepcionantes, mesma realidade dos setores 'Química' e 'Matérias plásticas', que poderiam, em teoria se beneficiar mais diretamente da dinâmica sofrida pela indústria de petróleo, e não o fizeram.

Tabela 3.17 - Evolução da Produção Física Industrial Regional: 2000 (1990=100)

Setores	Rio de Janeiro	Brasil
Ind. Geral	128,0	121,0
Ext. Mineral	245,3	178,9
Ind. Transformação	88,7	117,2
Minerais não-metálicos	102,3	117,0
Metalúrgica	114,8	120,4
Mecânica	nd	108,0
Material elétrico	84,5	116,8
Material de transportes	36,3	148,5
Papel e papelão	77,0	132,7
Borracha	nd	126,5
Química	98,6	119,5
Farmacêutica	46,8	115,9
Perfumaria	74,4	147,7
Matérias plásticas	77,3	111,8
Têxtil	58,8	84,8
Vestuário	66,9	71,7
Produtos alimentares	85,0	123,9
Bebidas	165,3	134,4
Fumo	nd	97,0

Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-pf)

Chamamos atenção para as taxas de participação da indústria de transformação fluminense, em seus diversos setores, no VTI nacional. Para isso, utilizamos os cálculos elaborados por Caiado (2002) que encadeiam as taxas de participação regionais conforme os resultados obtidos pelo Censo Industrial de 1985 e pela Pesquisa Industrial Anual de 1998. (Anexo 24) As perdas de participação mais significativas foram observadas nos setores Têxteis (de 7,0 para 3,8%), Minerais não-metálicos (de 23,7% para 7,6%) e Fabricação de outros materiais de transportes (40,6% para 10,1%). Por outro lado, os maiores ganhos relativos estiveram presentes em Fabricação de aparelhos médicos, (7,8% para 12,2%) e Metalurgia básica (13,4% para 18,1%).

Concluindo, apresentamos as taxas referentes à participação dos diversos ramos da indústria de transformação no produto industrial regional. (Tabela 3.23) Internamente, os

setores mais importantes foram Metalurgia (9,0%), Material de Transportes (3,0%), Química (12,7%), Farmacêutica (3,8%), Alimentação (3,3%) e Bebidas (2,4%).

Tabela 3.18 – Participação no Produto Industrial Fluminense: 1996/2002

Gêneros da Indústria	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Extração de Petróleo e Gás	17,0	16,0	10,4	29,3	48,7	45,9	52,4
Total Transformação	82,4	83,4	89,0	70,2	51	53,9	47,3
Produtos de Minerais Não Metálicos	2,5	2,2	2,7	2,0	1,6	1,3	1,2
Metalurgia	14,3	14,0	14,2	10,2	9,1	9,2	9,0
Máquinas e Equipamentos	2,2	2,3	2,5	2,4	2,4	2,4	1,9
Material Eletro Eletrônico	2,0	2,0	1,8	1,0	0,9	1,0	0,6
Material de Transporte	2,2	3,0	3,6	2,6	2,0	2,7	3,0
Madeira e Mobiliário	1,7	1,4	1,2	0,9	0,8	0,6	0,4
Papel e celulose	0,9	0,7	0,6	0,3	0,3	0,2	0,2
Gráfica	6,9	7,2	6,0	3,9	2,8	3,6	2,9
Produtos de Borracha	1,4	1,3	1,4	1,4	1,7	1,4	1,4
Química	17,2	19,3	27,5	22,7	12,3	15,3	12,7
Farmacêutica	5,2	6,1	7,2	6,9	4,7	4,2	3,8
Artigos de Perfumaria	1,3	1,2	1,2	0,8	0,6	0,7	0,7
Artigos Plásticos	2,2	1,9	1,6	1,2	1,1	1,1	0,8
Têxtil	1,7	1,2	1,1	0,9	0,8	0,6	0,4
Vestuário e Calçados	3,8	2,7	2,4	1,5	1,1	0,7	0,2
Produtos Alimentares	8,2	8	7,3	5,6	4,8	4,1	3,3
Bebidas	5,5	6,2	3,6	2,8	1,8	2,3	2,4
Outras indústrias	3,2	2,7	3,1	3,1	2,6	2,5	2,4

Fonte: CIDE (2003)

Antes de encerramos esta etapa do trabalho, gostaríamos de tecer algumas considerações que reforçam a crescente importância do setor extrativo mineral para a economia fluminense, especialmente falando das empresas do sistema Petrobrás. Chamamos atenção para os dados expressos na tabela 3.24, referentes ao grupo composto pelas 100 maiores empresas em atividade no Brasil no ano de 2003.

São Paulo lidera o ranking quando a variável em pauta é o número de estabelecimentos sediados, tendo em vista que concentra quase a metade (47) do universo em análise. O Rio de

Janeiro é o segundo estado mais bem colocado, sediando 19 empresas; os outros estados, em conjunto, respondem pelos 34 restantes. Cabe salientar que se estendêssemos a análise para as 1000 maiores empresas, a participação fluminense cairia para 10,2%.

Quando destacamos a participação na receita total destas empresas, a economia fluminense lidera o ranking, participando com 38,8% do total. Logo após, encontra-se São Paulo (37,1%), sendo seguido mais de longe pelos demais estados (24,1%). Ou seja, não obstante ter participação menor no que tange o número de estabelecimentos, o Rio de Janeiro supera São Paulo no que se refere à receita total, mostrando que suas empresas são mais intensivas em capital.

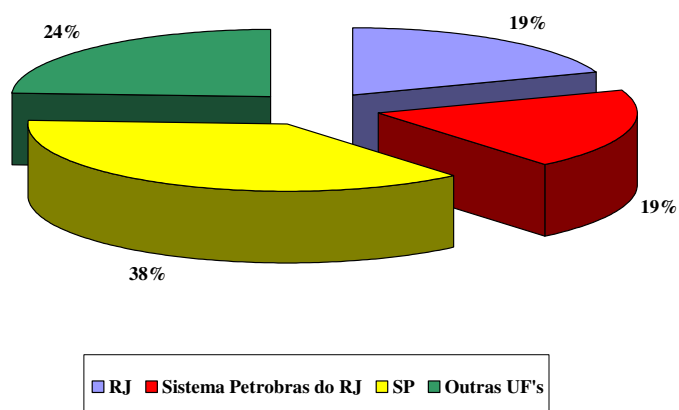
Tabela 3.19 – Participação no grupo “100 maiores empresas do Brasil em 2003.”

Região	Nº Empresas	Receita	% Receita
Rio de Janeiro	19	202,6	38,8
São Paulo	47	194,0	37,1
Outras UF's	34	126,2	24,1
Total	100	522,8	100,0

Fonte: Revista Valor 1000 (2004)

No entanto a participação fluminense, no na receita total do grupo, deve ser mais bem analisada em razão do alto peso que o sistema Petrobrás possui nestes percentuais. Observando o gráfico 3.7, notamos que metade da participação fluminense (19%) deve-se às empresas do sistema Petrobrás (Petrobrás e Petrobrás Distribuidora). Ou seja, a participação referente às demais empresas sediadas no Rio de Janeiro fica bem mais distante da participação paulista e pouco aquém do percentual dos demais estados em conjunto.

Gráfico 3.6 – Participação na Receita Total das 100 maiores empresas: RJ, SP, Outras UF's e Sistema Petrobrás



Fonte: Valor 1000 (2004)

3.2.1.2 – O Papel do Petróleo na Recuperação Econômica Fluminense

Desde o início de sua produção (1977), a região de Campos se consolidou como a mais importante província petrolífera do país, respondendo, na atualidade, por 81% da produção de petróleo e a 42,5% do gás natural realizada em território brasileiro.¹⁰⁰ Cabe destacar a forte expansão da produção petrolífera na década de 1990, sendo que em pouco mais de meia década (1995-2001), a produção fluminense mais que dobrou, atingindo $60.489 \cdot 10^3 \text{ m}^3$ (petróleo) e $6.000 \cdot 10^6 \text{ m}^3$ (gás natural) em 2001.¹⁰¹ (Tabela 3.17)

¹⁰⁰ Em se tratando das reservas provadas no país, a região responde por 87% do total de petróleo e a aproximadamente 48% de gás natural.

¹⁰¹ Vale destacar, a título de ilustração, que o volume produzido pela região tornaria possível sua entrada na OPEP, caso esta fosse um país, haja vista o volume de sua produção ser pouco inferior à de nações como Líbia e Qatar. Piquet (2003: 04)

Tabela 3.20 - Evolução da Produção de Petróleo e Gás Natural Brasil e ERJ 1995-2001

Ano	Produção de Petróleo (10 ³ m ³)			Produção de Gás Natural (10 ⁶ m ³)		
	Brasil	ERJ	ERJ/BR	Brasil	ERJ	ERJ/BR
1990	36590	23171	63,3	6279	2584	41,2
1991	36145	23486	65,0	6597	2757	41,8
1992	36538	23197	63,5	6976	2773	39,8
1993	37329	24338	65,2	7355	2842	38,6
1994	38766	25626	66,1	8395	2893	34,5
1995	40156	27128	67,6	8107	3165	39,0
1996	45.606	31.294	68,6	9.214	3.577	38,8
1997	48.832	34.662	71	9.865	3.876	39,3
1998	56.587	41.647	73,6	10.833	4.544	41,9
1999	63.921	49.110	76,8	11.898	5.528	46,5
2000	71.844	57.037	79,4	13.328	5.721	42,9
2001	75.219	60.489	80,4	14.045	5.968	42,5

Fonte: ANP (2004) www.anp.gov.br e NUSEG (1998)

A importância da atividade petrolífera para a economia fluminense ultrapassa o caráter especificamente produtivo, ou seja, não se circunscreve apenas aos ganhos materiais obtidos diretamente da atividade extrativa, atingindo a renda estadual através do emprego, das demandas derivadas, do transporte, impostos e outros. Na atualidade, a importância da atividade atinge de modo direto e muito especial às finanças públicas, tendo em vista a determinação legal do repasse de compensações financeiras (pelos produtores) às comunidades pertencentes ao circuito produtivo. Vale salientar que o estado do Rio de Janeiro e seus municípios são líderes nacionais no que diz respeito ao recebimento dos repasses feitos em forma de *royalties* e participações especiais.¹⁰²

Em 1994, o estado do Rio de Janeiro e seus municípios receberam, em conjunto, algo em torno de R\$ 30 milhões (correntes), correspondentes a 37% do total de *royalties* repassados naquele ano, em função da atividade petrolífera, no país. Em 2002, o montante recebido atingiu os R\$ 1,4 bilhões (correntes), ou 44% do total nacional. (Tabelas 3.18)

¹⁰² As leis que determinam e estabelecem essas compensações financeiras são as Leis n.º 7.990/89 e n.º 9.478/97 e o Decreto n.º 2.705/98.

O Rio de Janeiro lidera o *ranking* nacional referente aos repasses de *royalties* feitos aos estados da federação. Em 2002, por exemplo, o estado foi destinatário de 65,7% do montante repassado às UF's, sendo seguido pelo Rio Grande do Norte, destinatário de 10% do total. (Tabela 3.18 e Anexo 21)

Tabela 3.21 - Royalties Repassados sobre a Produção de Petróleo e Gás Natural 1994-2002

Beneficiários	Royalties distribuídos (mil R\$)								
	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Total	80,2	122,7	154,1	190,3	283,7	983,6	1.867,8	2.303,3	3.184,0
UF's	34,2	51,6	63,7	76,1	106,9	330,4	623,3	762,5	1.021,0
ERJ	14,5	22,6	29,2	38,6	55,9	190,0	367,8	461,5	671,7
Mun. do Brasil	29,6	45,4	57,3	71,4	101,4	327,4	622,9	769,3	1.070,4
Mun. ERJ	15,5	24,5	31,6	42,0	60,7	206,7	397,1	497,4	740,2
Fundo Especial	5,5	8,6	11,0	14,3	20,4	68,5	131,1	163,0	233,7
União	11,0	17,1	22,1	28,6	55,0	257,2	490,5	608,5	858,9
Total ERJ	29,9	47,1	60,8	80,6	116,6	396,7	764,9	958,8	1.411,9

Fonte: ANP/SPG, conforme as Leis n.º 7.990/89 e n.º 9.478/97 e o Decreto n.º 2.705/98

Obs: 1. Reais em valores corrente 2. Foi utilizado regime de caixa na elaboração da tabela

Assinala-se, ademais, que os municípios fluminenses lideram a lista dos maiores *royalties per capita* do país, que no caso de Quissamã, Carapebus e Rio das Ostras ultrapassou os R\$ 1,1 mil em 2002. Como salienta Piquet (2003:5) “para aquilatar a magnitude desses recursos, basta compará-los com os orçamentos *per capita* de outros municípios: Belém (R\$ 394,00); Pelotas (R\$ 446,00); Natal (R\$ 520,00); Niterói (R\$ 780,00); São Paulo (R\$ 912,00); Cubatão (R\$ 1774,00).”

A crescente importância dos *royalties* para a economia fluminense, pode ser averiguada, também, por sua participação no PIB estadual. Entre 1994 e 2002, a razão *royalties*/PIB saltou de 0,06% para 0,74%, com especial destaque para o crescimento observado no período posterior a 1998, ocorrido em função do aumento da produção física e de alterações nos valores repassados por barril produzido. (Anexo 22)

A crescente importância dos *royalties* para o setor público estadual pode ser dimensionada a partir dos dados abaixo. A tabela 3.19 mostra a razão entre esses repasses e a receita corrente referente às diversas regiões de governo do estado. Nas regiões limítrofes à Bacia de Campos, esse percentual atingiu ir os 50,8% em 2000, no Norte fluminense e a 30,8% nas Baixadas litorâneas.

Tabela 3.22- Razão entre *Royalties e Receita corrente por Região estadual - 1999-00**

Região de Governo	Rec. Cor.	<i>Royalties</i> *	Roy/RC	Rec. Cor.	<i>Royalties</i> *	Roy/RC
	1999			2000		
B. Ilha Grande	102.174	2.305	2,3	115.896	4.215	3,6
Baixadas Litorâneas	294.866	53.821	18,3	421.700	129.808	30,8
Centro-Sul	104.832	372	0,4	129.675	1.438	1,1
Médio Paraíba	444.436	4.016	0,9	612.505	10.830	1,8
Metropolitana	5.043.259	21.648	0,4	6.158.495	57.947	0,9
Noroeste	120.945	11.288	9,3	174.406	22.902	13,1
Norte Fluminense	284.281	113.923	40,1	589.713	299.282	50,8
Serrana	344.888	13.328	3,9	475.944	27.893	5,9

Fonte: CIDE (2001)

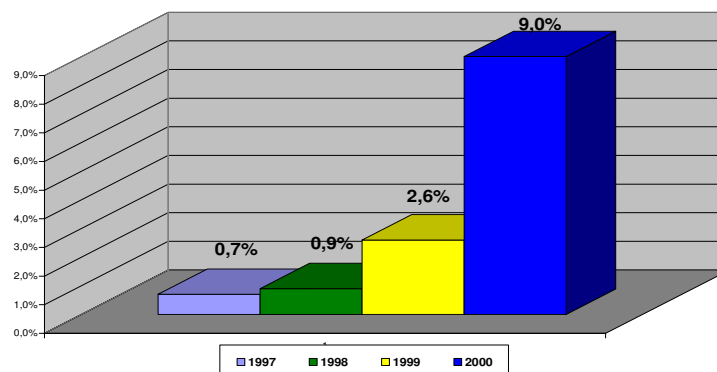
Quando a análise se volta à razão entre *royalties* e as receitas tributárias regionais, os percentuais se acentuam em grande medida. Bastando destacar que no caso do Norte fluminense, o montante de *royalties* recebidos foi equivalente a 8 vezes o valor da receita tributária, em 2000, sendo que em 1999, a diferença era de 3,5 vezes. Os *royalties* recebidos pelo Norte fluminense correspondem a 20,5% do volume arrecadado sob a rubrica do IPI (2000), no caso das Baixadas litorâneas, esse percentual era de 14%.(Tabela 3.20)

Tabela 3.23 - Razão entre os *Royalties e o IPI arrecadado por Região estadual - 1999-00 (em %)**

Regiões de Governo	IPI	<i>Royalties</i> *	Roy/IPI	IPI	<i>Royalties</i> *	Roy/IPI
	1999			2000		
B. Ilha Grande	493.682	2.305	0,5	494.267	4.215	0,85
Baixas Litorâneas	771.623	53.821	7,0	932.111	129.808	13,93
Centro-Sul	463.162	372	0,1	523.873	1.438	0,27
Médio Paraíba	1.919.724	4.016	0,2	2.228.691	10.830	0,49
Metropolitana	10.904.962	21.648	0,2	12.269.056	57.947	0,47
Noroeste Fluminense	581.695	11.288	1,9	672.115	22.902	3,41
Norte Fluminense	1.187.566	113.923	9,6	1.458.229	299.282	20,52
Serrana	1.173.054	13.328	1,1	1.373.668	27.893	2,03

Fonte: CIDE (2001)

Cabe ainda destacar, no que concerne às finanças públicas estaduais, que a evolução da razão *royalties*/ICMS recolhido cresceu de maneira exponencial, atestando, ademais, a contínua e crescente importância desses repasses aos cofres públicos municipais e estadual. Em 1997, os *royalties* recebidos pelo estado do Rio de Janeiro correspondiam a 0,7% do total do ICMS recolhido naquele ano. Em 1999, este percentual já havia praticamente triplicado (2,6%), alcançando os 9,0% no ano seguinte. (Gráfico 3.6) Sublinha-se que a contribuição setorial à economia fluminense (especialmente falando dos cofres públicos) seria bem maior caso a tributação referente ao ICMS sobre petróleo e derivados passasse a ser feita na origem e não mais no destino, como atualmente é realizada.

Gráfico 3.7 – Evolução da relação percentual *Royalties*/ICMS: ERJ 1997-2000

Fonte: TCE, 2001

Finalizando, é preciso assinalar que a partir de 2000 uma nova compensação financeira passou a ser paga aos estados e municípios produtores de petróleo e gás natural sob a rubrica de “Participações Especiais”. Como visto na tabela 3.21, o estado do Rio de Janeiro e seus municípios recebem junto com a União, a totalidade desses repasses. Ao estado do Rio destinam-se cerca de 40% do montante total, enquanto a seus municípios outros 10%, cabendo à União os 50% restantes.

Tabela 3.24 - Distribuição da PE sobre a Produção de Petróleo e de GN: 2000/2002

Beneficiários	Participação especial distribuída (R\$)		
	2000	2001	2002
Total	1038738082,9	1722047359,6	2510181607,0
U. Federação	415495233,2	688818943,3	1004072644,0
ERJ	415495228,0	682945847,7	995630018,0
Municípios	103873808,2	172204736,1	251018157,0
Municípios ERJ	103873806,9	170736461,9	248907501,0
União	519369041,5	861023680,3	1255090806,0

Fonte: ANP/SPG, conforme as Leis n.º 7.990/89 e n.º 9.478/97 e o Decreto n.º 2.705/98

Notas: 1. Reais em valores correntes 2. Foi utilizado regime de caixa na elaboração da tabela

3.2.2 – Considerações sobre o Terciário fluminense nos anos 1990

Em razão de sua acentuada participação na renda e no emprego estaduais, o setor serviços demanda estudos que dêem conta dos vários aspectos de sua dinâmica e composição, trabalho que geralmente esbarra na precariedade ou inexistência de dados que permitam traçar um quadro mais fidedigno acerca da sua evolução e transformações.

Não obstante, procuramos evidenciar as linhas gerais da economia terciária fluminense durante os anos 1990, tendo por intuito central verificar se a trajetória de ‘inflexão positiva’ também lhe afetou. Em outras palavras, buscamos saber se a expansão havida na economia estadual, nos últimos anos da década, foi resultante (ou atingiu) também a dinâmica terciária e não apenas a indústria extrativa, ou, ainda, se esta lhe causou efeitos positivos.

Durante a década, o setor continuou sendo o mais importante no tocante à geração do PIB estadual, embora sua participação relativa tenha se reduzido de 63,6% para 62,1% entre 1990 e 2000. (Tabela 3.25) Revemos, ademais, que o setor primário diminuiu ainda mais sua baixa participação no PIB, mas a indústria (total), dada a expansão petrolífera aumentou significativamente sua participação nos últimos anos da série.

Tabela 3.25 - Participação Setorial no PIB Fluminense: 1990-2000 (em %)

Setores	Primário	Secundário	Terciário
1990	1,0	35,4	63,6
1995	1,0	33,2	65,8
1996	0,5	29,0	70,5
1997	0,4	30,0	69,6
1998	0,4	28,7	70,8
1999	0,4	32,7	66,9
2000	0,4	37,6	62,1

Fonte: IBGE (para 1990 e 1995), Fundação CIDE para 1996-2000

Entre 1990 e 2000, o crescimento acumulado do valor da produção terciária (VP) fluminense foi de 15,5%, em boa medida abaixo do nacional (21,9%). Destaque-se que na segunda metade da década, a expansão foi de 9,7%, ou seja, superior à média nacional que foi de 8,8%. (Tabela 3.26) A importância relativa do Rio de Janeiro na produção terciária do país caiu de 10,4% para 10,1% ao longo da década, sendo que em 1995 o percentual era de 9,5%.

Os percentuais apresentados mostram dois movimentos distintos, tendo em vista que não obstante perder participação relativa na renda nacional, a economia terciária fluminense a recupera parcialmente a partir de meados da década, crescendo, inclusive, acima da média nacional. Assim, podemos ver que a inflexão positiva assinalada no tópico que tratou sobre a indústria também alcançou, ao que parece, a economia terciária regional.

Tabela 3.26 - Índice de Crescimento do Valor da Produção do Terciário - BR e RJ: 1990-2000

Ano	Brasil	RJ	RJ/BR
1990	100,0	100,0	10,4
1991	101,2	99,3	10,5
1992	101,5	98,7	10,5
1993	105,4	100,0	10,3
1994	108,8	102,3	9,5
1995	112,0	105,3	9,5
1996	114,4	106,9	9,2
1997	116,4	108,4	9,0
1998	118,0	110,5	9,0
1999	119,5	113,1	9,7
2000	121,9	115,5	10,1

Fonte: IBGE (contas nacionais)

Considerando-se o débil desempenho do setor primário e da indústria de transformação, podemos concluir que a expansão oriunda do extraordinário crescimento do setor petrolífero (ademais seus *royalties*) e novos investimentos em certos setores (comunicações, comércio, transportes, etc.) permitiram que o setor serviços estadual experimentasse nova trajetória de crescimento, embora estes fatos não consigam explicar a totalidade desse crescimento.

Examinemos o movimento de seus principais segmentos internos, *vis-à-vis* os respectivos totais nacionais. Na década, o único segmento do terciário estadual que cresceu acima da média nacional foi o de Aluguéis e seu percentual (26,9%), superou em pouco o do país (25,9%). Ademais dele, as maiores taxas de expansão foram observadas em Comunicações (39,6%) e Serviços Domésticos (31,5%), por outro lado, os percentuais menos expressivos ficaram a cargo de Outros Serviços (2,8%), Alojamento e Alimentação (7,4%), Financeiro (9,9%) e Administração Pública (9,3%) (Tabela 3.27)

Tabela 3.27 – Índice de Crescimento do PIB por setores do terciário – BR e RJ

Brasil	Comer.	Alimen.	Transp.	Comum.	Financ.
1990/2000	124,8	117,5	133,8	168,1	123,0
1990/1995	118,4	106,7	112,6	131,5	111,7
1995/2000	105,4	110,1	118,8	127,8	110,1
Rio de Janeiro					
1990/2000	112,9	107,5	113,6	139,7	110,0
1990/1995	109,3	92,5	90,4	111,7	102,4
1995/2000	103,3	116,2	125,7	125,0	107,4

(continua)

Tabela 3.27 – Índice de Crescimento por setores do terciário – BR e RJ (conclusão)

Brasil	Alug.	APU	S&Edu	Outros	S. Dom
1990/2000	125,9	114,5	114,7	110,6	137,5
1990/1995	113,1	107,6	107,1	104,2	130,9
1995/2000	111,4	106,4	107,1	106,1	105,0
Rio de Janeiro					
1990/2000	123,1	109,3	110,2	102,8	131,5
1990/1995	115,1	104,7	104,7	98,4	122,4
1995/2000	106,9	104,3	105,2	104,5	107,4

Fonte: IBGE (contas nacionais)

Com base nestes percentuais, vemos que somente o setor de Aluguéis aumentou sua participação na respectiva renda nacional ao longo da década (12,7% para 14,5%). Em sentido inverso, as maiores perdas de participação foram observadas em Comércio (11,6% para 8,5%), Comunicações (26,4% para 12,4%) e Financeiro (13% para 11%). (Tabela 3.28) A queda deste último setor se deveu às razões já apresentadas, da forte concentração setorial em São Paulo e da expansão pelo resto do país. Os outros três setores, cresceram mais no restante do país, face à expansão da agropecuária de exportação (no sentido de Sul, São Paulo e CO) e da mineração NO e NE, da crescente urbanização do interior do país, e da grande expansão da oferta e da demanda regional criada pelos novos investimentos em comunicações.

Tabela 3.28 - Participação Fluminense na Respectiva Renda nacional por setores (em %)

Ano	Comer.	Aloja.	Trans.	Comum.	Financ.	Alug.	Ad Pub	S& Edu.	Outros	S.Dom.
1990	11,6	16,1	11,2	26,4	13,2	12,7	15,8	11,6	21,6	15,0
1991	12,4	16,6	10,4	24,4	14,3	13,4	14,9	11,5	21,1	14,6
1992	10,8	16,5	10,4	25,2	14,4	14,3	13,9	11,4	18,4	14,3
1993	10,1	15,6	10,3	22,2	14,6	16,0	15,4	10,4	17,9	14,3
1994	9,7	15,0	10,2	20,0	11,9	15,4	15,1	10,7	17,9	14,0
1995	10,1	13,7	9,4	18,1	11,4	14,1	14,7	10,9	18,8	13,6
1996	8,3	13,5	9,3	17,0	10,5	13,5	12,8	11,6	19,6	14,4
1997	8,6	14,4	9,2	16,3	9,9	13,2	12,9	10,6	19,9	13,5
1998	8,9	16,5	9,1	17,6	10,2	14,4	11,4	11,0	19,9	13,8
1999	8,8	15,7	9,4	19,0	10,8	14,3	11,4	11,1	19,6	14,0
2000	8,5	15,7	9,8	12,4	10,9	14,5	13,9	10,9	18,5	13,8

Fonte: IBGE (Contas Nacionais)

No que se refere à participação no produto terciário estadual, os aumentos mais significativos foram registrados em Aluguéis (10% para 22%), Comunicações (3,9% para 5,6%) e Saúde e educação privados (3,5% para 5,8%). As maiores perdas relativas foram, em ordem, dos setores Financeiros (21,7% para 9%) e Comércio (15,4% para 10,2%).

Cabe apontar que o aumento relativo das atividades de Comunicações se explica, entre outras causas, pelos vários investimentos realizados no setor após o processo de privatização do sistema Telebrás, bem como a expansão de outros modais de telefonia.

A expansão da renda aluguéis é explicada pelo acelerado crescimento urbano em regiões voltadas para as classes sociais de maior poder aquisitivo, certamente decorrente da notória piora da distribuição de renda pessoal, com os acentuados ganhos de rendas financeiras via dívida pública.¹⁰³

Acerca de Educação e Saúde privadas, podemos assinalar que foram setores que se expandiram em meio à desorganização dessas atividades em âmbito público e do elevado desemprego nos ditos setores produtivos. Provavelmente, foi o aumento da carga tributária nacional e os *royalties do petróleo* que possibilitaram aumento do gasto público nesses setores. A obrigatoriedade de gastos vinculados decorrentes da Constituição de 1988, certamente corrobora esse aumento.

O percentual referente às atividades de alojamento e alimentação ficou praticamente estável em cerca de 4,5%, enquanto as importâncias relativas às atividades de administração pública (31% para 32%) e de serviços domésticos (0,5% para 0,7%) remunerados aumentaram timidamente. Vale assinalar, acerca deste último ramo, que sua baixa participação na renda terciária regional, face ao baixo nível de suas remunerações, não reflete sua alta importância para a população ocupada regional, como mais detalhadamente, adiante, veremos. (Tabela 3.26).

¹⁰³ Destaca-se que o setor de aluguéis foi o único do terciário fluminense a aumentar sua importância relativa na respectiva renda nacional durante o decênio, em função da aceleração da urbanização, criação de novos bairros voltados às classes média e média alta (Barra da Tijuca, Itaipava, etc) e a dinamização de áreas turísticas no interior do estado, especialmente falando da Região dos Lagos e da Costa Verde.

Tabela 3.29 – Participação no PIB Terciário fluminense: 1990-2000 (em %)

Ano	Comer.	Alojam.	Trans	Com.	Finan.	Alug.	Ad Pub	S & E.	Outros	S. Dom.
1990	15,4	4,4	5,9	3,9	21,7	10,0	30,9	3,5	3,8	0,5
1991	15,6	4,6	5,5	3,8	19,0	15,9	27,4	3,8	4,0	0,5
1992	12,7	4,5	5,4	4,4	31,4	13,0	21,2	3,9	3,2	0,5
1993	11,0	3,7	4,9	4,2	36,0	10,6	23,6	3,0	2,5	0,5
1994	12,6	4,4	5,8	4,3	20,8	13,3	31,3	3,9	3,0	0,6
1995	14,1	4,1	4,5	3,7	11,7	18,4	35,5	4,0	3,5	0,6
1996	10,9	4,4	5,0	4,9	10,2	21,6	33,2	5,1	4,0	0,7
1997	11,1	4,4	5,3	4,6	9,8	22,9	32,2	4,6	4,5	0,7
1998	10,8	5,1	5,5	5,7	10,3	25,8	27,1	4,5	4,5	0,7
1999	10,8	4,9	6,0	7,8	10,3	24,3	26,7	4,3	4,3	0,7
2000	10,2	4,6	6,1	5,6	9,0	22,0	32,0	5,8	4,0	0,7

Fonte: IBGE (Contas Nacionais)

Em função de alterações metodológicas presentes no Censo Demográfico de 2000, fica praticamente impossível comparar os valores desta fonte com os do censo de 1991. São várias as alterações, especialmente no que tange à classificação das ocupações, das atividades econômicas e do período usado como referência na pesquisa. O problema crucial é que a PEA (“PEA ampliada”), no de 2000 foram incluídos vários segmentos não computados nos censos anteriores (“PEA restrita”), impossibilitando a comparação entre ambas.¹⁰⁴

Desconsiderando as alterações quantitativas, cabe apontar que em termos de participação relativa, o aumento da importância do setor terciário na população ocupada estadual saltou de 71,9% para 75,3%, entre os censos demográficos de 1991 e 2000. Pela PNAD, a participação terciária na PO fluminense também se elevou, de 73,2% para 78,7% entre 1992 e 2001.

Embora apresente discrepâncias quanto aos resultados obtidos, vale destacar as participações de cada setor dos serviços na PO estadual em cada ano censitário. Em 1991, os ramos do terciário que possuíam maior importância relativa para a PO fluminense foram os ligados ao comércio de mercadorias (14,7%), aos serviços domésticos remunerados (8,7%), aos transportes (5,3%) e alojamento e alimentação (4,7%). Em menor escala, mas também com taxas significativas vinham as atividades bancárias (2,1%), o comércio ambulante (2,6%), ensino (5,9%), administração pública (2,7%) e defesa e segurança pública (3,4%). (Anexo 25)

Em 2000, os mais importantes ramos dos serviços para a PO fluminense eram os de comércio, reparação de veículos e objetos pessoais (19%), de serviços domésticos remunerados (9,3%) e de atividades imobiliárias (9,1%). Vale destacar que em 2000, quase 520 mil pessoas trabalhavam em atividades domésticas remuneradas no estado do Rio de Janeiro, mostrando que a baixa importância relativa do setor para a renda terciária estadual não reflete sua importância para o emprego.

Embora os dados do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) se refiram apenas ao emprego formal, e que na economia urbana fluminense haja um alto grau de atividades informais, chamamos atenção para os dados da tabela 3.29, acerca da evolução e distribuição

¹⁰⁴ Para melhor entendimento destas alterações e de suas implicações recomendamos a leitura do texto de Dedecca, C.S. & Rosandiski, E., *Sensos e Dissensos: as inovações metodológicas do censo demográfico de 2000*.

dos estabelecimentos de serviços *vis-à-vis* os industriais, no estado e em sua região metropolitana, entre 1992 e 1999.

Como se vê, o número total de estabelecimentos (NE), no estado, cresceu 51,5%, percentual pouco acima daquele registrado pela área metropolitana (49,9%). Assim, verificamos pequena desconcentração econômica no território fluminense, pois a participação da RMRJ no total do NE foi reduzida de 78,8% para 78%, neste período. (Tabela 3.30)

Contudo, enquanto o NE industrial decresceu cerca de 6,3% para o total estadual, esse percentual no caso da RMRJ foi de -13,5%, dessa forma, a participação relativa desta região no NE industriais do estado caiu de 71,8% para 66,2% no período. No que se refere aos NE de serviços, a participação da região metropolitana sofreu pequeno decréscimo (de 81% para 80%), sendo que sua expansão em seu território foi de 67,4% (contra os 69,4% do estado)

Tabela 3.30 – N° Estabelecimentos por Setor – ERJ e RMRJ: 1992 e 1999 (em %)

Setor/ano	1992			1999		
	Indústria	Serviços	Total	Indústria	Serviços	Total
Total	17657	56800	74457	16549	96238	112787
RM	12673	45998	58671	10959	76991	87950
RM/Total	71,8	81,0	78,8	66,2	80,0	78,0

Fonte: Ministério do Trabalho. RAIS

Um ponto destacado no tópico que trata sobre os anos 1980 foi o chamado ‘esvaziamento financeiro’ que, lembrando, seria a contínua perda de importância do setor financeiro fluminense no contexto nacional. Argumentamos que este processo não seria resultante direto apenas do esvaziamento relativo de toda a economia estadual, porém sim, fruto do processo de acumulação capitalista brasileiro que consolidou São Paulo como principal centro econômico do país, o que implicou em estabelecer-lhe como a principal praça financeira nacional.

Entre 1990 e 2000, consolidou-se a perda de importância relativa da região fluminense nesse setor nacional, que caiu de 13,2% para 10,9%, ao passo que a paulista subiu de 35,7%

para 48%. O percentual alusivo às demais economias estaduais em conjunto reduziu-se de 51,1% para 41,2%, mostrando que o ‘esvaziamento’ setorial não é um processo exclusivamente fluminense.

Um duro golpe adicional desferido contra o setor foi o encerramento das transações realizadas pela Bolsa de Valores do Rio de Janeiro em 2000, com o que a operação do mercado acionário brasileiro foi todo concentrado na Bovespa.

As participações regionais no grupo composto pelos cinquenta maiores bancos em atividade no país mostram que embora não tenha se reduzido a importância relativa do Rio de Janeiro no que se refere ao número de sedes presentes em seu território (10% do total), sua participação nos depósitos totais do grupo caiu de 3,5% para 2,3%. (Tabela 3.31)

Cabe enfatizar que este não foi um movimento restrito à economia fluminense, tendo em vista que Minas Gerais e o grupo composto pelos demais estados da federação sofreram significativas perdas percentuais. Estas regiões sofreram acentuado processo de perdas de sedes bancárias ao longo da década: algumas encerraram atividades ou, foram adquiridas por outros bancos (nacionais ou estrangeiros), e em muitos casos houve a transferência da sede para a capital paulista.

Os dados mostram que São Paulo continuou fortalecendo sua posição dentro do sistema financeiro nacional. Sua participação no número de sedes bancárias aumentou de 44% para 63%, enquanto seu percentual alusivo aos depósitos totais deste universo subiu de 39,3% para 44,4%. Por fim, destacamos que embora tenha perdido participação no número de sedes, o DF aumentou seu percentual nos depósitos totais, em função da sabida importância que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal têm no sistema bancário do país.

Tabela 3.31 – Participação no Grupo composto pelos 50 maiores Bancos em atividade do Brasil: RJ e UF's – 1990 e 2000 (em %)

UF	1990				2000			
	Sedes	% Sedes	Dep. Totais	% D.T.	Sedes	% Sedes	Dep. Totais	% D.T.
RJ	5	10	1472	3,5	5	10	7211	2,3
SP	22	44	16592	39,3	31	63	141665	44,4
MG	3	6	1033	2,4	2	4	2584	0,8
DF	3	6	18079	42,8	2	4	143450	44,9
Outros	17	34	5052	12,0	9	18	24264	7,6
Totais	50	100	42228	100,0	49	100	319174	100,0

Fontes: Exame (1991) e Gazeta Mercantil (2001)

Por fim, cabe destacar a importância do setor público federal (herança da *capitalidade*) para a economia estadual. O setor de administração pública fluminense, como um todo, perdeu participação na correlata renda nacional. Entre 1990 e 2000 seu percentual declinou de 15,8% para 13,9%.

Pelo censo de 1991, podemos ver que era ampla a participação relativa de alguns setores públicos estaduais em seus respectivos nacionais. A título de ilustração, destacamos que a participação da população ocupada (PO) fluminense alocada na administração pública federal em sua congênere nacional era de 15,3% (cerca de 32 mil pessoas).

Outra herança dos tempos de capital, é a acentuada presença de estruturas militares em todo o território fluminense. Em 1991, 25,4% do pessoal ocupado no exército, 69,3% na marinha e 33,9% na aeronáutica se localizavam no Rio de Janeiro. Vale destacar que segundo a PNAD, a participação conjunta de militares e funcionários públicos no pessoal ocupado fluminense girava em torno de 9% do total, em 2001.

Infelizmente, o censo de 2000 não apresenta estes percentuais separadamente o que torna inviável sua comparação temporal. No que se refere à administração pública federal, especificamente dos servidores civis ativos do executivo.

Chamamos atenção para o fato de que o Rio de Janeiro, segundo dados do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, abrigava quase 96 mil desses funcionários, o que em termos relativos correspondia a 21% do total nacional. (Tabela 3.32)

Tabela 3.32 – Servidores públicos do executivo federal por situação de vínculo por UF

UF	Ativos	% Total Estadual	Aposent.	% Total Estadual	I. Pensão	% Total Estadual	Total Estadual
DF	44354	32,5	42651	31,2	49586	36,3	136591
MG	39563	45,7	31158	36	15810	18,3	86531
PE	19407	37,4	21506	41,5	10971	21,1	51884
RJ	95935	35,2	106379	39,1	69985	25,7	272299
RS	25754	48,2	20241	37,9	7436	13,9	53431
SP	36327	44,9	30456	37,6	14116	17,4	80899
Outras	195732	50,7	132220	34,2	58365	15,1	386317
Total	457072	42,8	384611	36	226269	21,2	1067952

Fonte: SRH/MP

Assinala-se, ademais, a participação fluminense no tocante à despesa anual com pessoal civil do poder executivo federal, entre 1997 e 2002. Como visto, o Rio de Janeiro foi destinatário de aproximadamente 25% do montante relativo à despesa com pessoal civil do executivo neste período. (Tabela 3.33)

Tabela 3.33 – Despesa Anual com Pessoal Civil do Executivo Federal: 1997-2002 (em %)

UF	1997	1998	1999	2000	2001	2002
DF	10,5	10,6	8,9	8,9	9,1	10,1
RJ	24,2	24,0	24,8	25,1	24,8	24,1
MG	8,1	8,1	8,4	8,4	8,4	8,3
RS	5,7	5,6	5,7	5,7	5,7	6,0
SP	8,9	8,7	8,9	9,2	9,3	9,1
PE	5,1	5,1	5,1	5,0	5,0	5,0

Fonte: MPOG (2003)

Concluindo, chamamos atenção para os dados extraídos do Cadastro Geral de Empresas realizado pelo IBGE, referentes a 1998. Eles mostram as participações fluminense, paulista e mineira em alguns ramos do terciário brasileiro no que concerne ao número de empresas e à massa salarial. (Tabela 3.34)

Tabela 3.34 – Participação Estadual no n° de empresas e na massa salarial – 1998 (em %)

Ramo e Região	RJ		SP		MG	
	N° Emp	Salários	N° Emp	Salários	N° Emp	Salários
Total	10,8	12,6	32,7	34,3	11,3	8,5
Aloj/alimentação	9,3	16,1	36,4	43,1	12,6	7,3
I. Financeira	12,1	12,4	37,7	40,5	9,2	6,6
Imob/aluguéis	12,1	16,3	36,9	47,0	10,2	6,7

Fonte: IBGE, Cadastro Geral de Empresas (1998)

As participações mais significativas do Rio de Janeiro são alusivas às empresas ligadas aos ramos de intermediação financeira e aluguéis e atividades imobiliárias (12,1% n° de empresas). Nestes setores, destaca-se a participação das atividades imobiliárias e aluguéis na massa salarial setorial brasileira.

Concluindo, assinala-se que embora a participação fluminense (9,3%) nas empresas do setor de alojamento e alimentação seja menor que a mineira (12,6%), sua participação nos salários é mais significativa. Provavelmente a melhor remuneração indique suas maiores especialização e modernização frente àquele estado. Por fim, ressaltamos que os percentuais confirmam a posição central de São Paulo no setor terciário brasileiro, tanto em número de estabelecimentos, quanto nos salários pagos.

CONCLUSÕES

Tendo em vista que ao longo deste trabalho várias questões já receberam tratamento conclusivo, seria repetitivo e dispensável enunciá-las, de maneira pormenorizada, neste epílogo. Assim, tão-somente lembraremos os resultados mais significativos a que chegamos, salientando algumas questões importantes que, a nosso juízo, merecem novas investigações e aprofundamentos.

Na Introdução, colocamos como questão central da dissertação a análise do caráter do *esvaziamento* econômico regional, ou seja, a necessidade de analisar se a economia fluminense sofreu decadência real ou se suas perdas foram apenas relativas, e em que setores e períodos teriam ocorrido. Para tanto, partimos da conhecida trajetória econômica estadual desde sua inserção nos fluxos da economia colonial brasileira do século XVIII, e posterior implantação da economia cafeeira, até fins do século XX.

No capítulo 1 mostramos como a crise cafeeira fluminense, concomitante com a grande expansão do café em São Paulo, no último quartel do século XIX, já inicia um processo de perdas de participação, absoluta, no caso do café, mas apenas relativa, nos demais segmentos de sua economia, salvo na indústria, onde, talvez até o início da Primeira Guerra Mundial, o Rio de Janeiro levava a dianteira nacional. A precariedade de dados e fontes estatísticas, notadamente no caso da agropecuária regional, impediu-nos de analisar mais profundamente esse movimento.

No capítulo 2, que examina o período 1930-1970, analisamos as principais transformações de suas estruturas produtivas setoriais, *vis-à-vis* o processo de industrialização e modernização vivenciado pela economia nacional. Evidenciamos em quais períodos e setores a economia fluminense apresentou crescimento negativo, próximo ou superior ao observado no país. Mostramos, ainda, sua trajetória de perdas de participação no conjunto nacional, destacando os setores e períodos nos quais o esvaziamento econômico foi resultante de perdas reais de renda e não apenas do descompasso entre suas taxas regionais de crescimento e as da média brasileira.

Enfatizamos., contudo, que, de maneira geral e semelhante ao conjunto nacional, o Rio de Janeiro, nesse período, continuou se expandido e diversificando sua economia. Frisamos que, entre os censos de 1939 e de 1980, a expansão média anual da economia fluminense foi de quase 6%, enquanto a média brasileira chegava aos 7% e a paulista aos 7,5%.

Analisamos a dinâmica regional em dois momentos distintos: durante 1930-55 (correspondente à etapa de industrialização *restringida*) e, em seguida, no intervalo 1956-80 (referente à etapa de industrialização *pesada*). No primeiro, a participação estadual no PIB nacional caiu de 21% para 18%, e as perdas setoriais de participação relativa foram menos acentuadas que no segundo, com o que, em 1980, aquele percentual atingia pouco mais de 13%.

Assim, neste último intervalo, embora apresentando ritmo expansivo elevado (7% a.a.), o Rio de Janeiro, cresceu menos que o conjunto da nação, cuja taxa média anual foi de 8,4% a.a, fortemente influenciada pelo crescimento paulista, e, especialmente na década de 1970, pela forte desconcentração produtiva para o restante do país. Ainda neste período, a taxa de crescimento de sua agricultura foi de 1% a.a, distanciando-se muito da nacional (4% a.a).

Entre os vários fatores que contribuíram para que o esvaziamento econômico regional fosse menos acentuado neste período, destacam-se: i - o crescimento de sua agricultura ainda manteve razoável ritmo anual entre 1939 e 1955; ii - o fato de a indústria fluminense ter recebido importantes investimentos ao longo, que muito contribuíram para sua forte expansão, tanto durante a industrialização *restringida*, quanto na *pesada*. Entre as principais empresas instaladas, citemos, a CSN, FNM, CVRD, estaleiros navais e a REDUC; iii - o terciário apresentou importante expansão no primeiro período e mais acentuada no segundo. Suas principais perdas resultaram, principalmente, da transferência da capital federal para o planalto central e da contínua cristalização de São Paulo como centro financeiro do país. Lembremos ainda a ‘desconcentração’ terciária para outras regiões do país como resultado natural da acelerada urbanização nacional e desconcentração produtiva, observadas no período.

Necessário salientar, para o mais preciso entendimento do desenvolvimento capitalista em São Paulo e no Rio de Janeiro, que a inserção fluminense na economia internacional

(especialmente no século XIX) ocorreu em um contexto muito diverso do experimentado pela economia paulista, já no século XX. Quando São Paulo ocupou o espaço de primeira economia nacional, sua inserção nos fluxos da economia mundial se deu no que poderíamos chamar livremente de ‘novo capitalismo’, ao passo que o Rio capitaneava a economia nacional em momento de frágil articulação interna e limitada inserção externa, tendo em vista as barreiras intrínsecas ao modelo agroexportador. Iniciada a industrialização brasileira, São Paulo (especificamente a região metropolitana e o ABC paulista) tornou-se o epicentro da economia e indústria brasileira, consolidou-se, no Rio de Janeiro, uma estrutura industrial com alta concentração nos chamados bens intermediários, como metalurgia e química e na indústria naval.

O fim do *milagre brasileiro*, e a "crise da dívida externa" desnudaram as fragilidades da economia nacional, muito afetando a economia fluminense. Aqui se originam fatos que levariam à frase *Rio de todas as crises*, da econômica à societária, vivida por sua população a partir dos anos 1980. Como visto no capítulo 3, esta década parecia ter sido muito mais ‘perdida’ para o Rio do que para a nação: o PIB nacional cresceu à medíocre taxa média anual de 2,2%, mas a do Rio foi ainda pior (0,27%), caindo sua participação no PIB nacional, de 13,2% para 12,3%. Com isto, *esvaziamento* tornou-se vocábulo de lugar-comum designando as diferentes facetas da crise regional. Sublinhemos que o esvaziamento relativo se converteu em crise real justamente no momento em que a ‘construção da moderna economia brasileira’ foi interrompida, evidenciando os fortes laços de solidariedade que a economia nacional mantinha com a economia fluminense naquele tempo.

Embora a década de 1980 tenha sido caracterizada pela crise, um novo elemento se apresentaria à dinâmica econômica estadual: a consolidação da Bacia de Campos como a maior província petrolífera do país. Entre os diversos investimentos industriais do II PND em território fluminense, este foi, sem embargo, o que mais êxito logrou, tendo a participação estadual na produção petrolífera e extrativa mineral brasileira crescido de modo exponencial.

Assim, entendemos o esvaziamento fluminense não como um processo de decadência econômica, mas sim, com exceção da década de 1980, como resultante do descompasso entre as taxas de crescimento regional e nacional. O Rio, semelhantemente ao conjunto nacional, apresentou expressivo crescimento e modernização, se inserindo efetivamente no movimento

da economia brasileira, porém em função da assimetria entre as taxas de expansão, a região perdeu continuamente participação no conjunto nacional.

O esvaziamento fluminense foi resultante do próprio padrão de crescimento da economia nacional que mostrou espacialmente concentrado em território paulista e das singularidades estruturais da economia do Rio de Janeiro que de certo modo o impossibilitaram a criação de maiores ‘encadeamentos dinâmicos’ nos setores produtivos, sem contar a situação vivida pela agricultura regional.

Voltando ao movimento recente, é preciso destacar que a importância do *ouro negro* para a economia fluminense se consolidou na década de 1990, com o Rio de Janeiro respondendo por mais de 80% do petróleo produzido no país, e gerando importantes transformações para sua economia, entre outras, o crescente volume de recursos repassados aos cofres públicos estadual e municipais a título de *royalties* e participações especiais.

Não obstante, o setor petrolífero pouco emprega mão-de-obra, pouco afetando o elevado grau de informalização do mercado de trabalho regional, especialmente o terciário, onde são expressivos os segmentos que Aníbal Pinto, classificou como terciário ‘expúrio’. A situação do mercado de trabalho urbano fluminense e da renda *per capita* estadual não se agravou ainda mais, em razão da inflexão em sua histórica trajetória de grande receptor de fluxos migratórios nacionais. Desde a década de 1980, o Rio vem apresentando crescimento demográfico abaixo da média nacional, muito em função desta inflexão.

Vale lembrar que a situação do emprego urbano sofreu os ‘choques’ referentes à adoção de políticas ortodoxas e neoliberais a partir da década de 1990, que culminaram em aumento do desemprego. Sendo o Rio ainda muito dependente do gasto e investimento público, sofreu diretamente os efeitos das políticas de ajuste fiscal e das privatizações, que resultaram em muitas demissões.¹⁰⁵

O crescimento do setor petrolífero atuou, inclusive, alavancando diversos indicadores da economia estadual, mostrando que, de maneira geral, o Rio de Janeiro superou o cenário crítico dos anos 1980. Embora essa inflexão positiva seja fato incontestado, sua natureza merecia

¹⁰⁵ Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – IPEA/PNUD, cerca de 18% da renda fluminense é proveniente de transferências governamentais. Este percentual para o país é de 15%.

melhor qualificação e a isso procedemos nos tópicos finais do capítulo 3, quando tratamos do duplo e antagônico caminho trilhado pela indústria local e mostramos que a situação da indústria de transformação foi complexa, tendo em vista que se manteve a trajetória de perdas (não apenas relativas; mas reais em inúmeros setores) no conjunto nacional.

Apesar de sua crescente importância, faz-se necessário tentar estender parte da dinâmica da indústria petrolífera a outros setores econômicos, especialmente à indústria de transformação que, como vimos, apresentou comportamento diametralmente oposto à extração petrolífera. Acerca desta classe industrial, salienta-se que não obstante as dificuldades enfrentadas ao longo da década, ela vem apresentando nos últimos tempos sinais de recuperação, facilmente observados através dos novos investimentos executados por praticamente todo o território estadual: indústria automobilística, química, construção naval, alimentação, editorial e gráfica, turismo, etc.

Outro ponto destacado nesta dissertação é a crescente importância dos *royalties* e congêneres para as finanças públicas estadual. Devemos considerar que, por mais distante que esteja, haverá no futuro, um limite para a extração de petróleo, surgindo daí a obrigatoriedade dos repasses financeiros sob a forma de compensação à comunidade pela extração de um recurso comunitário não-renovável.

Ganha destaque, neste ponto, uma questão-chave menos discutida nesta dissertação, dada sua complexidade e amplitude: o uso público destes valores financeiros (atuais ou futuros), tendo em vista a necessidade de se promover a justiça intergeracional e a social, quando um recurso natural é exaurido. Serra, R.V. (2003) e Leal, J. e Serra, R. (2002) São vários os casos no mundo em que o petróleo cria *territórios ricos de povos pobres*, em função de vários aspectos, entre os quais a falta de encadeamento setorial-produtivo e a má (ou inadequada) gestão dos recursos públicos.

Embora os *royalties* sejam recebidos pelo governo do estado do Rio de Janeiro e boa parte dos municípios fluminenses, sua importância é maior para os municípios fronteiriços à Bacia de Campos, que juntos recebem cerca de 80% do total repassado (destaca-se que estes municípios respondem por cerca de 9% da população fluminense). Os municípios da RMRJ, na qual residem aproximadamente 76% da população estadual, recebem conjuntamente, algo

em torno de 6,5% do montante total. Segundo Vidigal (2004: 01), em 2002, “*Campos dos Goytacazes dependia de 79% da indenização relativa à produção petrolífera na composição de seu orçamento, número não menos alarmante do que os de Rio das Ostras (76%) e de Macaé (73%).*”

Destacamos que o caráter ‘partido’ sempre atribuído à cidade do Rio de Janeiro pode, facilmente, ser utilizado para as demais regiões do estado. Na verdade, o Rio de Janeiro é um estado partido em múltiplas escalas e não somente RMRJ-Interior. Enquanto a região metropolitana, a sul fluminense e a serrana apresentam-se como as mais industrializadas, o norte tem na agricultura e na pecuária leiteira (ademais o setor público) sua principal fonte de renda. Até mesmo Campos, um dos municípios centrais para a produção petrolífera estadual, possui, ainda, atividades agrícolas de destaque, algumas das quais envoltas (por vezes) por denúncias de descumprimento de regras trabalhistas.

Assim, acreditamos ser necessário para a economia fluminense criar mecanismo de canalização do potencial da indústria petrolífera para outros setores industriais e urbanos (a exemplo da consolidação do pólo gás-químico em Duque de Caxias), tendo em vista não só o fato de ser a extração uma atividade temporalmente limitada, mas também sua baixa capacidade (em termos do volume de recursos investidos e produzidos) de geração de empregos diretos.

A evidente inflexão positiva, ao se limitar a poucos setores terciários e à extração mineral, demanda políticas públicas e privadas que almejem seu transbordamento para o conjunto dos demais setores da economia fluminense, com especial destaque para a indústria de transformação, agricultura e comércio. Por fim, queremos ressaltar a necessidade da sociedade fluminense, como um todo, se voltar mais efetivamente para o debate e a proposição de soluções acerca dos problemas regionais. O país não pode (e não deve) lembrar do Rio de Janeiro apenas quando se fala de seu carnaval, de suas praias, de cultura, do samba e de petróleo e, cada vez mais, da violência metropolitana.

ANEXOS

Anexo 1 – População Residente ERJ por Microrregiões: 1940-2000 (em milhares)

Ano	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Noroeste	305	283	286	245	242	273	297
B. Litorâneas	136	141	180	238	301	389	560
Médio Paraíba	159	218	336	446	599	694	784
Centro- Sul	121	142	167	177	202	228	254
B. Ilha Grande	28	30	40	56	78	109	148
Norte	344	366	431	471	514	611	697
Serrana	285	312	393	467	579	686	751
Metropolitana	2.231	3.181	4.874	6.891	8.772	9.814	10.872
Total	3.612	4.674	6.709	8.994	11.291	12.807	14.367

Fonte: IBGE (Censos Demográficos do Brasil)

Anexo 2 – Taxas de Crescimento Populacional por período Censitário

Ano	1940-50	1950-60	1960-70	1970-80	1980-91	1991-00
Noroeste	-0,75	0,10	-1,51	-0,12	1,08	0,96
B Litorâneas	0,33	2,52	2,82	2,36	2,36	4,12
Médio Paraíba	3,18	4,42	2,89	2,99	1,34	1,40
Centro- Sul	1,60	1,62	0,60	1,33	1,09	1,21
B Ilha Grande	0,70	3,04	3,24	3,39	3,08	3,46
Norte	0,62	1,66	0,88	0,89	1,58	1,46
Serrana	0,91	2,32	1,74	2,18	1,56	0,72
Metropolitana	3,61	4,36	1,97	2,30	1,15	1,28
Total	2,61	3,68	2,97	2,30	1,15	1,28

Fonte: IBGE (Censos Demográficos do Brasil)

Anexo 3 - Participação das Regiões do RJ na População Estadual (em %): 1940-2000

Ano	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Noroeste	0,084	0,061	0,043	0,027	0,021	0,021	0,021
B Litorâneas	0,038	0,030	0,027	0,027	0,027	0,030	0,039
Médio Paraíba	0,044	0,047	0,050	0,050	0,053	0,054	0,055
Centro- Sul	0,034	0,030	0,025	0,020	0,018	0,018	0,018
B Ilha Grande	0,008	0,006	0,006	0,006	0,007	0,009	0,010
Norte	0,095	0,078	0,064	0,052	0,046	0,048	0,049
Serrana	0,079	0,067	0,059	0,052	0,051	0,054	0,052
Capital	0,488	0,509	0,493	0,473	0,451	0,428	0,407
Metropolitana	0,618	0,681	0,726	0,766	0,777	0,766	0,757
Total	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000

Fonte: IBGE (Censos Demográficos do Brasil)

Anexo 4 – Distribuição Setorial da PEA Nacional (em %)

Ano	Primário	Secundário	Terciário
1940	70,2	10,0	19,8
1950	60,7	13,1	26,2
1960	54,0	12,7	33,3
1970	44,2	17,8	38,0
1980	29,0	25,0	46,0
1991	22,5	23,0	54,5

Fonte: IBGE (Censos Demográficos diversos)

Anexo 5 – Distribuição Setorial da PEA Fluminense (em %)

Ano	Primário	Secundário	Terciário
1940	28,2	19,1	52,7
1950	19,6	25,7	54,7
1960	14,3	21,0	64,7
1970	8,8	25,7	65,5
1980	4,7	29,6	65,7
1985	4,8	25,4	69,8

Fonte: IBGE (Censos Demográficos diversos).

Anexo 6 – Diferença entre as Rendas *per Capita* Regionais: 1940/80 (n° índice)

Ano	Brasil	ERJ
1940	100,00	238,53
1950	100,00	214,47
1960	100,00	176,00
1970	100,00	166,46
1975	100,00	153,20
1980	100,00	142,78
1985	100,00	139,50
1991	100,00	123,60

Fonte: Contas Nacionais do Brasil

Anexo 7 - Coeficientes de exportação regional – 1970 a 1994 (em %)

Região	1970	1975	1980	1985	1990	1994
São Paulo	7,6	6,3	9,8	14,1	8,0	8,0
Rio de Janeiro	2,8	2,1	4,3	7,8	3,2	3,3
Brasil	7,6	7,4	9,4	12,5	7,4	7,8

Fontes: CACEX – Banco do Brasil; FUNCEX; IBGE. Anuário Estatístico do Brasil; FGV/PPE/EBAP *apud* Pacheco (1998: 188).

Anexo 8 - Coeficientes de Importação regional: 1975 a 1994 (%)

Região	1970	1980	1985	1990	1994
São Paulo	14,3	12,2	7,3	6,5	8,0
Rio de Janeiro	16,3	20,6	18,3	10,5	7,3
Brasil	10,5	10,7	6,4	5,0	6,0

Fontes: CACEX – Banco do Brasil; FUNCEX; IBGE. Anuário Estatístico do Brasil; FGV/PPE/EBAP *apud* Pacheco (1998: 196).

Anexo 9 - Crescimento real acumulado por setor: 1949-59 (em %)

Setor/Região	RJ	SP	BR – (RJ+SP)	Brasil
Transformação	108,7	177,8	114,7	144,3
Minerais não-metálicos	70,6	121,7	177,0	123,0
Metalurgia	252,4	140,2	159,4	174,0
Papel e Papelão	98,8	121,5	68,6	103,2
Borracha	57,5	144,0	167,0	136,6
Couros, Peles e similares	-55,9	29,6	236,0	35,6
Química	176,5	605,9	4856,5	636,6
Têxtil	85,5	62,0	38,9	57,2
Produtos Alimentares	65,6	103,7	61,0	89,1
Bebidas	385,6	121,1	13,7	76,7

Fonte: IBGE (Censos industriais diversos)

Anexo 10 - Crescimento real acumulado por setor: 1959-70 (em %)

Setor/Região	RJ	SP	BR – (RJ+SP)	Brasil
Transformação	93,8	127,7	112,4	117,6
Minerais não-metálicos	47,5	115,5	165,7	108,9
Metalurgia	39,8	223,7	240,4	166,2
Mecânica	188,3	126,3	416,7	159,3
Mat. El. E Comunicações	233,9	286,4	517,6	292,4
Mat. Transporte	390,1	247,3	497,9	271,0
Papel e Papelão	75,2	148,0	126,0	130,9
Borracha	169,5	192,4	362,7	201,9
Química	607,8	177,2	211,5	232,0
Têxtil	-1,4	26,8	7,4	17,2
Produtos Alimentares	56,3	83,9	62,2	70,3
Bebidas	24,0	30,7	88,7	45,6

Fonte: IBGE (Censos industriais diversos)

Anexo 11 – Participação Relativa do Comércio Paulista no Brasil: 1940/85

Ano	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985
Nº Estab.	0,222	0,231	0,219	0,352	0,196	0,255	0,251
P. Ocupado	0,239	0,342	0,278	0,432	0,267	0,289	0,290
Receita	0,270	0,473	0,336	0,475	0,390	0,347	0,349

Fonte: IBGE (Censo Comercial e dos Serviços, vários anos)

Anexo 12 - Participação do Comércio das ‘Demais Regiões’ no Brasil: 1940/85

	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985
Nº Est	0,648	0,632	0,672	0,478	0,724	0,649	0,661
PO	0,559	0,390	0,562	0,350	0,604	0,578	0,588
capital	0,488	0,140	0,485	0,259	0,457	0,519	0,542

Fonte: IBGE (Censo Comercial e dos Serviços, vários anos)

Anexo 13 – Participação no Comércio Intra-estadual por Tipo de Via

Ano	RJ			SP		
	cab	vint	total	cab	vint	total
1939	0,51	0,44	0,47	0,31	0,59	0,44
1949	0,47	0,52	0,50	0,33	0,43	0,39
1959	0,41	nd	0,46	0,36	nd	0,36
1969	0,41	0,20	0,88	0,05	0,54	0,51
1979	0,50	0,17	0,02	0,41	0,39	0,39

Fonte: IBGE (Anuário Estatístico do Brasil, vários anos)

Anexo 14 – Quociente entre o PIB Governo e a Produção Física Fluminense: 1939/80

Ano	1939	1949	1959	1965	1970	1980
Ex-RJ	0,17	0,16	0,19	0,24	-----	-----
GB	0,46	0,83	1,16	1,01	-----	-----
Atual RJ	0,37	0,54	0,65	0,61	0,54	0,29
SP	0,09	0,08	0,10	0,12	0,13	0,08
BR	0,13	0,15	0,17	0,19	0,23	0,13

Fonte: Contas Nacionais do Brasil

Anexo 15 – Participação da População ocupada fluminense na PO Brasileira por setor

	1940	1950	1960	1980	1991
Total	9,3	9,7	10,0	10,1	9,0
Agropecuária	3,8	3,2	2,5	1,6	1,4
Total Indústria	15,9	16,8	13,1	12,1	9,3
Indústrias Extrativas	4,4	5,3	4,2	4,0	7,0
Indústrias de Transformação	17,4	18,3	15,8	11,4	8,9
Construção Civil	20,6	20,2	8,7	12,5	10,0
Produção e Dist.de Eletricidade, Gás etc	47,0	27,5	29,1	nd	11,0
Total serviços	11,5	11,4	12,3	14,1	12,1
Comércio de Mercadorias	19,5	17,9	16,6	11,5	10,8
Alimentação	17,9	14,2	14,5	0,0	7,3
Vestuário	21,3	17,9	17,1	0,0	10,9
Ambulante	18,6	15,4	13,0	11,9	13,0
Bancos	27,7	26,9	24,7	0,0	12,5
Transporte e Comunicações	20,8	20,7	19,0	6,7	0,1
Administração Pública	52,9	46,7	35,7	8,1	7,7
Administração Pública Federal	44,2	50,4	50,0	0,0	8,4
Administração Pública Estadual	5,5	7,0	29,0	0,0	9,1
Administração Pública Municipal	28,5	28,1	8,7	0,0	15,3
Administração Paraestatal e Autáquica	43,1	23,3	72,9	0,0	6,7
Público	15,0	10,9	11,0	0,0	8,0
Privado	17,8	21,4	20,5	0,0	16,9
Defesa Nacional, Segurança Pública	31,7	38,2	35,3	22,9	21,4
Forças Armadas	39,2	48,1	45,3	0,0	0,4
Atividades Domésticas Remuneradas	18,4	20,4	18,5	14,6	11,7
Hospedagem e Alimentação	33,1	25,6	19,5	17,2	12,9

Fonte: IBGE (Censos Demográficos diversos).

Anexo 16 – Participação na Área Utilizada por Atividade Agrícola (Em %)

Atividade Predominante	RJ/BR		RJ/RJ		BR/BR	
	1940	1960	1940	1960	1940	1960
Total	1,2	0,9	100,0	100,0	100,0	100,0
Agricultura e agropecuária	1,7	0,9	55,4	34,5	41,2	33,0
Banana	19,8	6,8	10,2	6,4	0,6	0,8
Café	1,7	0,6	8,1	1,6	6,0	2,4
Laranja	19,1	0,2	1,7	0,1	0,1	0,4
Arroz	1,3	0,4	9,5	3,6	9,0	7,5
Cana-de-açúcar	5,1	7,4	11,5	12,5	2,8	1,5
Milho	1,0	0,4	7,2	1,7	8,9	3,7
Pecuária	1,0	0,9	40,5	60,6	48,7	60,8
Bovinos	1,1	0,9	39,5	59,6	44,3	57,1
Horticultura e floricultura	27,7	18,0	0,9	1,9	0,0	0,1
Hortaliças	23,8	nd	0,7	nd	0,0	nd
Avicultura	11,6	2,2	0,4	1,5	0,0	0,6
Outros	0,3	0,2	2,8	1,5	9,9	5,5

Fonte: IBGE (Censos Agrícolas diversos).

Anexo 17 – Expansão do PIB Comércio por Região e período (% a.a)

Região	RJ	SP	BR-(RJ+SP)	BR
1939-80	4,7	5,5	5,9	5,5
1939-56	3,2	3,1	10,5	3,5
1956-80	5,8	7,2	7,0	7,0

Fonte: IPEADATA (2003).

Anexo 18 – Expansão do PIB Transportes e Comunicações por Região e período (% a.a)

Região	RJ	SP	BR-(RJ+SP)	BR
1939-80	4,3	5,9	6,8	6,0
1939-56	6,1	4,4	10,1	5,7
1956-80	3,0	7,0	6,2	6,2

Fonte: IPEADATA (2003).

**Anexo 19– Participação do ERJ na área plantada (ha) do país por produção principal
(em %)**

Região	RJ/RJ			RJ/BR		
	1980	1985	1995	1980	1985	1995
Total	100,0	100,0	100,0	0,9	0,8	0,7
Agricultura	34,5	34,1	19,6	0,9	0,9	0,6
Banana	6,4	7,2	nd	6,8	7,8	nd
Café	1,6	2,2	0,9	0,6	0,7	0,4
Laranja	0,1	2,5	0,7	0,2	4,4	0,9
Arroz	3,6	3,1	0,4	0,4	0,4	0,1
Cana-de-açúcar	12,5	11,8	8,3	7,4	5,3	3,1
Milho	1,7	1,6	0,6	0,4	0,3	0,2
Pecuária	60,6	61,7	62,4	0,9	0,8	0,7
Bovinos	59,6	60,2	60,3	0,9	0,9	0,7
Horticultura e floricultura	1,9	1,7	2,0	18,0	14,1	5,1
Avicultura	1,5	0,6	0,7	2,2	1,4	0,3
Outros	1,5	1,9	15,2	0,2	0,3	0,7

Fonte: IBGE (Censos Agrícolas diversos).

**Anexo 21 – Distribuição (em %) de *Royalties* sobre a Produção de Petróleo e Gás Natural
1994-2002**

Beneficiário	Participação percentual nos <i>Royalties</i> distribuídos (mil R\$)								
	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
UF's	42,6	42,1	41,3	40,0	37,7	33,6	33,4	33,1	32,1
ERJ	18,0	18,4	18,9	20,3	19,7	19,3	19,7	20,0	21,1
Mun. do Brasil	36,8	37,0	37,2	37,5	35,7	33,3	33,3	33,4	33,6
Mun. ERJ	19,3	20,0	20,5	22,1	21,4	21,0	21,3	21,6	23,2
Fundo Especial	6,8	7,0	7,2	7,5	7,2	7,0	7,0	7,1	7,3
União	13,7	14,0	14,3	15,0	19,4	26,2	26,3	26,4	27,0
Total ERJ	37,3	38,4	39,5	42,4	41,1	40,3	41,0	41,6	44,3

Fonte: ANP/SPG, conforme as Leis n.º 7.990/89 e n.º 9.478/97 e o Decreto n.º 2.705/98

Notas: 1. Reais em valores correntes

2. Foi utilizado regime de caixa na elaboração da tabela

Anexo 22 - Participação percentual dos *Royalties* no PIB fluminense*: 1994-2002

Ano	<i>Royalties</i>	PIB	%
1994	29923	47860668,96	0,0625
1995	47132	83987957,4	0,0561
1996	60817	99144243	0,0613
1997	80604	107217005	0,0752
1998	116594	116008452	0,1005
1999	396749	129795325	0,3057
2000	764865	146432666	0,5223
2001	958811	167619540	0,5720
2002	1411863	190708961	0,7403

Fonte: CIDE, 2004 e ANP, 2004.

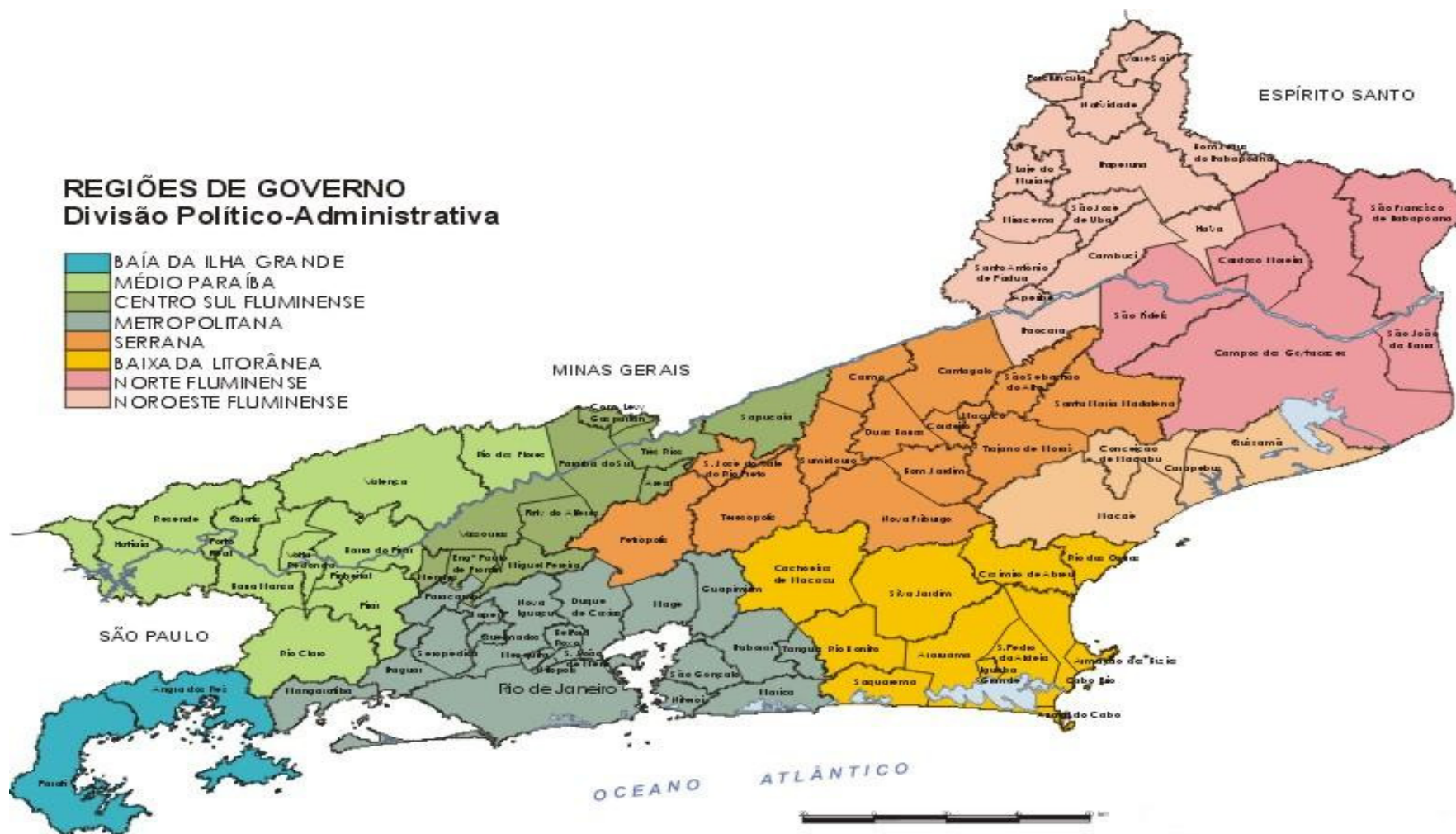
* em milhões de Reais correntes

Anexo 23 – Crescimento Industrial, segundo as classes e gêneros, RJ - 1994-2000 (% a.a)

Classe e Gênero	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Total	4,27	0,29	4,2	1,84	7,21	6,05	6,67
Extrativa mineral	8,25	5,03	14,52	10,48	19,43	17,31	15,61
Indústria de transformação	2,56	(-) 1,86	(-) 0,82	(-) 3,02	(-) 0,62	(-) 2,62	(-) 1,62
Mínerais não metálicos	(-) 1,71	4,3	10,59	3,06	(-) 2,19	(-) 3,34	(-) 2,28
Metalúrgica	7,04	(-) 5,23	(-) 3,29	7,1	(-) 5,51	(-) 0,27	2,5
M. Elétrico e de Comunicações	(-) 2,94	2,86	0,99	(-) 0,32	10,76	(-) 18,72	20,14
Material de transporte	9,87	(-) 7,75	(-) 44,85	(-) 30,94	(-) 23,84	(-) 18,93	16,57
Papel e papelão	(-) 1,53	(-) 3,76	2,99	(-) 5,29	(-) 7,77	(-) 4,00	8
Borracha	5,15	5,47	4,82	(-) 3,90	(-) 0,54	(-) 4,70	12,06
Couros e peles	(-) 9,68	(-) 33,90	0,75	5,26	(-) 5,98	(-) 8,34	11,78
Química	(-) 3,24	(-) 4,38	19,24	(-) 2,97	7,59	4,95	(-) 11,55
Farmacêutica	(-) 4,40	15,94	(-) 7,96	(-) 7,99	(-) 8,19	(-) 16,62	(-) 18,14
Perfumaria, sabões e velas	(-) 6,78	(-) 12,40	(-) 1,66	24,16	(-) 4,64	(-) 7,68	14,32
Produtos de matérias plásticas	0,35	21,65	11,6	5,41	(-) 7,4	(-) 7,69	(-) 17,93
Têxtil	6,9	(-) 20,38	(-) 20,36	(-) 23,94	(-) 9,40	5,37	33,67
Vestuário, calçados, etc	13,08	(-) 0,61	(-) 5,59	(-) 10,69	(-) 8,73	(-) 1,79	0,58
Produtos alimentares	6,45	6,6	(-) 7,08	(-) 8,90	2,28	(-) 10,13	(-) 3,17
Bebidas	8,69	33,27	11,67	5,38	0,02	(-) 6,14	23,49

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Departamento de Indústria

Anexo 20 – Mapa Político do Rio de Janeiro: 2000



Anexo 24 – Distribuição Regional do VTI Regional , segundo Divisões – 1985 e 1998 (em %)

Divisões	SP	RJ	MG	SP	RJ	MG
Indústrias de Transformação	51,9	10,3	8,4	51,2	7,6	8,7
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	36,6	5,8	7,4	39,0	5,8	8,3
Fabricação de Produtos do Fumo	15,6	13,7	37,7	4,0	0,6	39,8
Fabricação de Produtos Têxteis	50,7	7,0	10,2	47,9	3,8	11,1
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	43,2	13,2	5,7	39,4	8,9	6,9
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro,	30,0	1,5	5,4	16,3	2,4	4,6
Fabricação de Produtos de Madeira	20,1	1,3	2,2	22,7	1,3	2,9
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	57,3	4,6	5,6	55,2	2,7	5,9
Edição, Impressão e Reprodução de Gravações	48,6	29,8	4,1	59,2	16,7	3,7
F. de Coque, R. Petróleo, El.de Combustíveis Nucleares e P. Álcool	54,4	12,1	9,5	51,4	(x)	6,7
Fabricação de Produtos Químicos	55,0	14,5	3,4	62,1	11,9	3,9
Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico	66,6	9,7	2,6	62,1	6,9	3,9
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	34,9	23,7	11,0	38,8	7,6	16,2
Metalurgia Básica	37,3	13,4	31,8	27,1	18,1	29,3
Fabricação de P. de Metal - Exclusive Máquinas e Equipamentos	62,6	9,6	8,1	55,8	5,7	11,0
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	69,2	5,4	3,8	63,9	3,8	4,1
F. de Máquinas para Escritório e Equipamentos de Informática	49,4	14,8	0,3	63,5	(x)	2,5
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	71,5	6,7	3,6	68,2	4,1	3,8
F. Material Eletrônico e de Aparelhos e Equip. de Comunicações	55,7	4,7	1,7	63,6	1,8	1,9
Equip.Médico-Hosp., de Precisão e Ópticos e Automação Industrial	59,4	7,8	7,4	55,8	12,2	4,2
Fab. e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	81,8	1,1	7,8	71,6	4,0	13,5
Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte	42,7	40,6	1,6	51,2	10,1	2,8
Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	58,0	6,7	3,9	44,5	5,5	9,0
Reciclagem	-	-	-	41,4	17,8	16,1

Fonte: IBGE/DEIND – Tabulações Especiais do Censo Industrial de 1985.
- Informação inexistente

APÊNDICE METODOLÓGICO

Para o cálculo das taxas de crescimento industrial fluminense e das demais regiões, expressas nas tabelas 2.12 até 2.15, utilizamos a série de deflatores construídas por Haddad (1974) encadeada com a série produzida pelo centro de contas nacionais do IBRE (1972: 99). Isto porque os dados do primeiro trabalho compreendem o período 1900-47, ao passo que o segundo informa os valores correspondentes a 1947-1970.

Vale salientar que as séries não apresentam índices para todos os gêneros industriais, o que foi devidamente advertido no corpo da dissertação. Para a década de 1970, construímos o deflator geral a partir dos índices anuais do produto real contidos em Indicadores IBGE, volume 6, nº 8, agosto de 1987, suplemento 1.

Com base nos índices encadeados de cada setor industrial e em seus respectivos índices nominais do VTI, construímos deflatores implícitos específicos para cada ramo industrial. Após esses procedimentos, pudemos transformar os valores correntes do VTI para um mesmo ano-base, permitindo, assim, a comparação temporal.

BIBLIOGRAFIA

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO (ANP). *Dados Estatísticos Diversos*.

ARAÚJO FILHO, W. F. *Política e ideologia na crise econômica do Estado do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, RJ: IPPUR/UFRJ. 1994

ALMEIDA, F.R.F. *Fruticultura: opção para o Estado do Rio*. Revista Conjuntura Econômica, FGV, julho de 1995.

BATISTA, J. C. *A Estratégia de ajustamento externo do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento*. IN: Revista de Economia Política, vol.7, n° 2, abril-junho. 1997.

BELLUZZO, L. G. M., COUTINHO, R. (org.) *Desenvolvimento Capitalista no Brasil*. 2ª Ed. Campinas, SP: Instituto de Economia – Unicamp, 1998. (30 Anos de Economia, n° 9)

BRESSER PEREIRA, L. C. *Desenvolvimento e Crise no Brasil: 1930-1983*. 14ª ed. São Paulo, SP: Brasiliense. 1985.

CAIADO, A. *Desconcentração Industrial Regional no Brasil (1985 – 1998): pausa ou retrocesso?* Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da Unicamp em novembro de 2002

CANO, W. *Migrações, Desenvolvimento e Crise no Brasil*. IN: II Encontro Nacional de Economia. Águas de Lindóia, SP: dez/ 1996. p.39-57.

_____. *Auge e Inflexão da Desconcentração Econômica Regional*. IN: AFFONSO, R. & SILVA, P. (org.) *Federalismo no Brasil*. São Paulo, SP: FUNDAP – UNESP, 1996.

_____. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. 4ª ed.. Campinas, SP: Instituto de Economia – Unicamp, 1998A. (30 Anos de Economia, n° 1)

_____. *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-70 e 1970-95*. 2ª ed. revista e aumentada. Campinas, SP: Instituto de Economia – Unicamp, 1998B. (30 Anos de Economia, n° 2)

_____. *Reflexões sobre o Brasil e a Nova (Des)Ordem Internacional*. Campinas, SP: Unicamp - FAPESP, 1995.

_____. *Ensaio sobre a Formação Econômica Regional do Brasil*. 1ª ed. Campinas, SP: Unicamp. 2002.

CANTINI, O. *O Papel do Setor Público no Mercado de Trabalho do estado do Rio de Janeiro*. Monografia. Niterói, SP: Faculdade de Economia da UFF, 1995.

CARDOSO DE MELLO, J. M. *O Capitalismo Tardio*. Campinas, SP: Instituto de Economia – Unicamp, 1998. (30 Anos de Economia, n° 4)

CARNEIRO, R. *Desenvolvimento em Crise: a Economia Brasileira no último Quarto do Século XX*. São Paulo, SP: UNESP, IE – Unicamp, 2002.

CARVALHO, P. M. *Desempenho da indústria do Rio foi insatisfatório nos anos noventa*. IN: *Jornal dos Economistas*, N° 142, Fev./Mar de 2001

CIDE. Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro. *Rio de Janeiro: um Olhar Comparativo*. Rio de Janeiro, RJ. 2003. Disponível em: < www.cide.rj.gov.br >

_____ Boletim da Economia Fluminense. (vários anos)

_____ A Economia Fluminense nos anos 1990. (CD Rom)

_____ Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro (2002) (CD Rom)

CONJUNTURA ECONÔMICA *O RIO não pode parar*. (Carta do IBRE). Rio de Janeiro, RJ. Editora da Fundação Getúlio Vargas. setembro de 1995.

DAIN, S. *Rio de todas as Crises – Crise Econômica*. IN: *Série Estudos e Pesquisas*, n° 80, IUPERJ, Rio de Janeiro, dezembro, 1990.

DAVIDOVICH, F. R. *Um Foco Sobre o Processo de Urbanização do Estado do Rio de Janeiro*. IN: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, RJ. n° 48, julho-setembro, 1986.

_____. *Estado do Rio de Janeiro: Singularidade de um contexto territorial*. IN: *Revista Território*, Rio de Janeiro, RJ. n° 9, jul-dez 2000. 10-24p.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-econômicos. *Anuário dos Trabalhadores do Rio de Janeiro*. São Paulo, SP. 2002.

_____. *O Esvaziamento do Sistema Financeiro no Rio de Janeiro*. Boletim Dieese, São Paulo, SP. N° 145, abril de 1993.

DINIZ, C.C. *A Dinâmica Regional Recente da Economia Brasileira e suas Perspectivas*. IPEA, Brasília, texto para discussão n° 375, 1995.

_____. *Impactos Territoriais da Abertura Externa, Privatizações e Reestruturação Produtiva no Brasil*. IN: Anais do V Seminário Internacional da RII, Toluca, México, 1999.

DOBB, M. H. *A Evolução do Capitalismo*. 3ªed. São Paulo: Nova Cultura, 1988.

EGLER, C. A. G. *Reflexões sobre Espaço e Periodização: origens da indústria no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, dissertação de mestrado, 1979.

EVANGELISTA, H.A. *A fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro/RJ: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

EXAME. *O Rio de Janeiro tem Saída?* Caderno Especial Integrante da Edição n° 664, 1998.

FERREIRA, M. M. *Industrialização no Rio de Janeiro: Novas Perspectivas de Análise*. IN: Anais do 18° Encontro Nacional de Economia- ANPEC, p.1281-1308, 1990.

_____, GRZYNSZPAN, M. *A Volta do Filho Pródigo ao Lar Paterno? A Fusão do Rio de Janeiro*. IN: Revista Brasileira de História, São Paulo, volume 14, n° 28, p.74-100, 1994.

FIORENCIO, A. C. *Comércio Fluminense: 1940/1980*. IN: Economia Fluminense 1 (2), Departamento de Economia da UFF. Niterói, outubro de 1986.

FREIRE, D., FEIJÓ, C., e CARVALHO, P.G.M. *A Economia do Estado do Rio de Janeiro na segunda metade dos anos 90*. In: XXX Encontro da SEP. Uberlândia, MG, 2004.

FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. 27ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional: PUBIFOLHA. 2000. (Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro)

_____. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. 10ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. 2ªed. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

GONÇALVES, Maria F. (org.) *O Novo Brasil Urbano: impasses, dilemas e perspectivas*. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1995.

GUIMARÃES NETO, L. *Dinâmica Regional no Brasil*. Brasília: 1997. (mimeo)

GRANZIERA, R. G. *A Guerra do Paraguai e o Capitalismo no Brasil: moeda e vida urbana na economia brasileira*. São Paulo: HUCITEC, Unicamp, 1979.

GURVITZ, H. *Economia Fluminense*. IN: Conjuntura Econômica (Conjuntura Setorial), junho, 1992.

HADDAD, C.L.S. *Growth of Brazilian Real Output, 1900-47*. Chicago: Universidade de Chicago, 1974 (dissertation, PHD)

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contas Regionais do Brasil – Departamento de Contas Nacionais. Vários anos.

_____ Censo Demográfico (Diversos anos).

IBRE - Instituto Brasileiro de Economia. Contas Nacionais do Brasil. Centro de Contas Nacionais. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Guanabara, 1972.

LEOPOLDI, M. A. P. *Crescimento Industrial, Políticas Governamentais e Organização da Burguesia: O Rio de Janeiro de 1844 a 1914*. IN: Revista do Rio de Janeiro. Niterói: UFF, vol. 1, número 3, 1986.

LESSA, C. *A Estratégia de Desenvolvimento 1974-76: Sonho e Fracasso*. 2ª Ed. Campinas, SP: Editora do Instituto de Economia – Unicamp, 1998. (30 Anos de Economia – Unicamp, nº 5)

_____. *O Rio de todos os Brasis – uma Reflexão em Busca de Auto-estima*. 1ª Ed. Editora Record. Rio de Janeiro, RJ: 2000. (Coleção Metrôpoles)

LEVY, M. B. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas: esboços de história empresarial*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

LOBO, E L. *História do Rio de Janeiro: Do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro*. Rio de Janeiro, RJ: IBMEC, Volumes 1 e 2, 1978.

_____. *Economia do Rio de Janeiro nos Séculos XVIII e XIX*. IN: Economia Brasileira: uma visão Histórica. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

MELO, Hildete P. O Café e a Economia Fluminense – 1889/1920. IN: SILVA, S. & SZMRECSÁNYI, T. *História Econômica da Primeira República*. São Paulo: HUCITEC-FAPESP, 1996.

_____ *A Lenta Agonia do Café no Rio de Janeiro*. IN: Anais do XX Encontro Nacional de Economia. Campos do Jordão/SP, dezembro de 1992.

_____ *A Trajetória da Industrialização do Rio de Janeiro*. IN: AMÉRICO FREIRE, C. E. & MOTTA, M.S. (org.). *Um Estado em Questão: os 25 anos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, RJ: 2001.

_____ & CONSIDERA, C. M. *Industrialização Fluminense – 1930-1980*. IN: Revista do Rio de Janeiro., Niteroi: UFF, vol. 1, número 3, 1986.

_____ & CONTRERAS, E. C. *A Trajetória Desigual do Desenvolvimento Econômico Fluminense*. IN: Anais do XVI Encontro Nacional de Economia. Belo Horizonte, MG, dezembro de 1988.

_____ *A Lenta Agonia do Café no Rio de Janeiro*. IN: Anais do XX Encontro Nacional de Economia. Campos do Jordão, SP, dezembro de 1992.

_____ & GUTIERREZ, Margarida. *Os Complexos Industriais da Economia do Estado do Rio de Janeiro*. IN: Anais do 18º Encontro Nacional de Economia- ANPEC, p.1061-1080, 1990.

IETS, Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. *Dez Anos Depois: como vai você, Rio de Janeiro?* Ano:3, nº 5, mar.2003. Análise do Mercado de Trabalho.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Séries históricas das Contas Regionais Atualizadas*. Acesso: www.ipeadata.gov.br ,em 2003.

LEAL, J. & SERRA, R. Notas sobre os Fundamentos Econômicos da Distribuição Espacial dos Royalties Petrolíferos no Brasil. IN: Anais do XXX Encontro Nacional de Economia – ANPEC, Nova Friburgo, Rio de Janeiro. 2002

MESSENTIER, L. *O esvaziamento econômico do Rio de Janeiro, mas também de São Paulo*. In: Anais do Quinto Encontro da ANPUR, vol. 2, pp. 763-82. Belo Horizonte, 1993.

MOTA, M. S. *De grande Capital a mera Cidade ... O Destino do Distrito Federal após a Transferência da Capital para Brasília*. IN: Anais do VI Encontro Regional de História – ANPUH, 1994.

_____. A Fusão da Guanabara com o Estado do Rio: Desafios e Desencantos. IN: AMÉRICO FREIRE, C. E. & MOTTA, M. S. (org.). *Um Estado em Questão: os 25 anos do Rio de Janeiro*., Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

MYRDAL, G. *Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Saga, 1972.

NATAL, J.L. *O Estado do Rio de Janeiro no Limiar do Século XXI – História, diagnóstico e Perspectivas de Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ, 2001. (relatório de pesquisa)

_____. *Recuperação Econômica e Desenvolvimento Regional no Estado do Rio de Janeiro: a problemática inflexão econômica pós 1996 e sua suposta ambigüidade espacial*. (mimeo)

_____, ESTEVES, C. & RUAS E. *A Reiteração das Desigualdades Espaciais Fluminenses – os Papéis atuais da Inflexão Econômica e das novas Políticas Governamentais*. IN: Relatório de pesquisa, IPPUR –UFRJ. Rio de Janeiro, 2001.

_____, OLIVEIRA, A. *Mercado de Trabalho e Dinâmica Espacial: uma análise à luz da positiva e recente inflexão econômica do Estado do Rio de Janeiro*. IN: Anais do X Encontro Nacional da Anpur. Belo Horizonte, MG. 2003

NETO, L. G. *Ciclos Econômicos e Desigualdades Regionais no Brasil*. IN: II Encontro Nacional de Economia, dezembro de 1996, p. 480-498.

NUSEG-UERJ. *Balanco Energético do Estado do Rio de Janeiro: 1980-97*. Rio de Janeiro, 1998.

OLIVEIRA, C. A. B. de. *Processo de Industrialização – do capitalismo originário ao atrasado*. São Paulo: UNESP, IE – Unicamp, 2003.

PACHECO, C. A. *Fragmentação da Nação*. Campinas, SP: Instituto de Economia da Unicamp, 1998.

_____. *Novos Padrões de Localização Industrial? Tendências Recentes dos Indicadores da Produção e do Investimento Industrial*. Brasília: IPEA, 1999. (texto para discussão n° 633)

PEREIRA, A. S. *A Dinâmica de Crescimento da Economia do Estado do Rio de Janeiro: 1850-1990*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, RS: FCE-UFRGS, 1996.

PENALVA SANTOS, A. M. S. *Economia, Espaço e Sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. 228p.

_____. *Uma Metrópole em Mutação: o Rio de Janeiro*. IN: *Revista do Rio*, s/d.

PIGNATON, A. A. G. Origens da Industrialização no Rio de Janeiro. IN: *Revista Dados*, n° 15, 1977.

PINTO, A.. *Metropolización y Terciarización: Malformaciones Estructurales em el Desarrollo Latinoamericano*. IN: *Revista de la Cepal* n° 24. Cepal, Santiago de Chile, Chile, 1984.

PIQUET, Rosélia. (org.) *Rio de Janeiro: Perfis de uma Metrópole em Mutação*. Rio de Janeiro: IPPUR – UFRJ, 2000.

_____. *Petróleo, Royalties e Região*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

_____. *Mudança Econômica e Novo Recorte Regional no Norte Fluminense*. In: *Anais do X Encontro Nacional da Anpur*. Belo Horizonte, 2003.

POCHMANN, Marcio. *A Década dos Mitos*. São Paulo: Contexto, 2001.

PROCHNIK, V. e Vaz, B. O. *Cadeias Produtivas Relevantes*. IN: *Minas Gerais do Século XXI – Integrando a Indústria para o Futuro*. BDMG, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Rona Editora, 2002.

RIBEIRO, L. C. Q. *Rio de Janeiro: Exemplo de metrópole partida e sem rumo?* Rio de Janeiro: IPPUR – UFRJ, 1995. (Série Estudos e Debates, n° 4).

RIBEIRO, M. A. C e ALMEIDA, R. S. *Análise da Organização Espacial da Indústria na Região Sudeste*. IN: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, volume 55, n° 144, 1993.

RIO Trabalhador. *Revista Istoé*. Rio de Janeiro, n° 1816, p. 54-75, 28 de jul. 2004. (Especial Desenvolvimento)

RODRIGUES, M. C. P. *Rio de Janeiro: Mercado em Crise?* IN: *Revista Conjuntura Econômica*, julho de 1993.

SERRA, J. Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do pós-Guerra. IN: BELUZZO, L. G. e COUTINHO, R. *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: Ensaio sobre a Crise*. 4ª E. Campinas, SP: Instituto de Economia – Unicamp, vol. 1, 1998. (30 Anos de Economia – Unicamp, n° 9)

SERRA, Rodrigo Valente. “*Desdobramento Espacial da Exploração e Produção de Petróleo no Brasil: em busca de um nexos para a distribuição dos royalties entre os municípios*”. IN: Anais do X Encontro Nacional da Anpur. Belo Horizonte, 2003.

STEIN, S. J. *The Brazilian cotton manufacture; textile enterprise in an underdeveloped area, 1980-1950*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1957.

SUZIGAN, W. *Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento*. IN: São Paulo: HUCITEC, Ed. Unicamp, 2000. (Economia & Planejamento; 40. Série “Teses e Pesquisas”; 24)

TAUNAY, A. E. *História do Café no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1943. 15v.

TAVARES, H. M. Ciência, Tecnologia e Inovação na Metrópole do Rio de Janeiro. IN: PIQUET, R. (org.) *Rio de Janeiro: Perfis de Uma Metrópole em Mutação*. IPPUR/UFRJ, 2000.

TAVARES, M. C. Império, Território e Dinheiro. IN: FIORI, J. L. *Estados e Moedas no desenvolvimento das nações*. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

TANNURI, L. A. *O Encilhamento*. São Paulo: HUCITEC, 1981.

VALOR 1000. *As 1000 maiores empresas do Brasil*. São Paulo, SP. ano 4, n°4, julho de 2004. (Edição 2004).

VENTURA, Z. *Cidade Partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

VERSIANI, F. R. *Imigrantes, trabalho qualificado e industrialização: Rio e São Paulo no início do século*. IN: Revista de Economia Política, vol.13, n° 4, out-dez. 1993.

VIDIGAL, R. *Um Balanço da Economia Fluminense*. IN: www.oglobo.com.br/ projeto revitalização do Rio, artigos. 2004.